

0032424/2003



L0000032427

COLEÇÃO

Dr. José Francisco de Viveiros

ORMA
920
V857V

T. 32424
L. 32427

O Austerio

CENTENÁRIO NATALÍCIO

DO

DR. JOSÉ FRANCISCO DE VIVEIROS

24 de Dezembro de 1840 - 24 de Dezembro de 1940

FILIAL HOMENAGEM

do casal

Americo-Esther de Viveiros

Com a colaboração do Professor Jerônimo José de Viveiros e dos Desembargadores Modesto Perestrello de Carvalho e Arthur Quadros Collares Moreira.

"Os vivos são sempre e cada vez mais necessariamente governados pelos mortos"

Augusto Comte

24 de Dezembro de 1940

Vila Esther - Mendes

Esther de Viveiros

INTRODUÇÃO

O culto dos mortos, disse Vico, é apanágio da espécie humana. Sensível desde os primórdios da evolução desta, foi êle que transformou o nômade, fixou-o, desenvolveu nele, com o carinho pelos túmulos dos entes amados, o apêgo à terra natal.

No fetichista êsse culto era ingênuo. É que o fetichista não tem idéa de morte - esta é para êle uma vida sem locomoção, idêntica à dos seres inorgânicos, aos quais atribui as suas próprias qualidades - tudo é vida.

Os teologismos introduziram a idéia de morte, com a idéia de alma, o sôpro (anemos) divino que dá vida.

Vieira dizia: "Os vivos são pó levantado, os mortos são pó caído; os vivos são pó que anda, os mortos são pó que jaz; os vivos, pó com vento e por isso vão, os mortos, pó sem vento e por isso sem vaidade."

A evolução veio restituir ao nosso planeta a vida que o teologismo transportara para o céu: vida objetiva, cujo destino é transmitir, melhorada, a herança recebida de nossos predecessores, vida subjetiva - a outra vida - que isenta nossos Mortos - mais vivos do que nós - das leis rigorosas da ordem material e nos permite viver com êles, fortificando os laços que a êles nos unem, tornando-os presentes, embora invisíveis.

Se Clotilde, onze anos depois de morta, pudesse reabrir a porta da casa da rua Mr. Le Prince e dizer: "Meu Amigo, eis-me aqui, voltei.", Augusto Comte poderia responder: "Encontras-me, minha Amada, tal qual me deixaste. Meu coração é hoje para ti o que foi sempre. Retoma ao pé de mim o lugar que sempre foi teu."

A evolução iniciou uma nova era, um novo regime moral e a retrogradação atual, que nos acabrunha, não será capaz de deaviar definitivamente a humanidade da rota baseada em leis naturais.

O homem já compreende tôda a nobreza, tôda a dignidade e tôda a felicidade que encerra a abnegação pura e desinteressada. Não é mais a esperança de recompensas inefáveis, nem o temor de castigos eternos que o levam a caminhar com perseverança no sentido de um ideal de perfeição e sim a lei suprema do Amor, um amor que, longe de ser inerte, impele arden-

temente para a mais completa atividade que possa comportar a realização do bem que êle visa.

O combate misterioso entre a natureza e a graça (S. Paulo) se transformou na luta permanente entre o egoísmo e o altruísmo, entre os instintos que nos levam a satisfazer tendências pessoais e os que, ao contrário, nos impelem a amar e a fazer bem a outrem.

Devemos operar a própria conversão para que o Reino do Amor se irradie do centro de nós mesmos.

Que nos seja dado assim transformar

A treva em claridade

A dor em alegria

O ódio em amor

A descrença em fé viva

A dúvida em certeza

A maldade em bondade

A ignorância em compreensão e sabedoria.

A dureza em ternura

A fraqueza em fôrça

O egoísmo em cântico fraterno

O orgulho em humildade

O torvo mal em infinito bem!

Comprimir o egoísmo, desenvolver o altruísmo, subordinar sempre o primeiro ao segundo, ser, à custa de sofrimento, cada vez menos imperfeitos, mais semelhantes ao Ser Supremo de quem somos filhos, a fim de nos tornarmos seus dignos órgãos e representantes, em resumo: "Viver para outrem, a fim de reviver em outrem, por outrem" eis a síntese completa de nossos maiores deveres e de nossas mais gratas aspirações.

As grandes almas modernas não visam a outra recompensa que não seja êsse infinito Bem, que não seja a de serem incorporadas ao "Invisível côro" que governa os vivos, conforme os profundos versos de George Eliot, traduzidos por Miguel Lemos com tanta expressão:

"Possa eu juntar-me ao invisível côro
Dos mortos imortais que resuscitam
Em ânimos por êles melhorados;
Que vivem num pulsar só dirigido
A generosos fins; em nobres feitos
De ousada retitude, e no desprezo
De ambições miseráveis que se extinguem
.....
.....

Viver assim é céu: a encher o mundo
De imorredoura música soante,
Qual ordem pulcra que fatal regula
Com crescente govêrno a grei dos vivos...

.....
Possa eu chegar a êsse céu tão puro
E ser para outras almas infelizes
A taça de vigôr na agra agonia;
Nos peitos acender briosa flama;
De alimento servir a afetos puros;
Gerar sorrisos que não têm fereza;
Ser o doce assistir de um bem difuso
A dilatar-se sempre com mais fôrça

Tal me unirei ao invisível côro,
Cujo canto sonoro alegra o mundo."

Para as almas de elite não há morte, há transformação da vida objetiva em vida subjetiva nos "ânimos por elas melhorados", trabalhando sempre para o bem e o progresso dos seres amados que não terminaram a jornada.

É assim que vive nosso Pai. E para que a essência luminosa de sua alma seja sempre um almo luar", mesmo para aquêles de seus descendentes que não tiveram a ventura de seu contato objetivo, aquí procuramos fixar, na data do centenário de seu nascimento, os pensamentos que dêle conhecemos - como homenagem de filial ternura e imensa gratidão por tudo quanto dêle recebemos e continuamos a receber.

O MEIO

S. Luís do Maranhão era uma das capitais mais cultas do Brasil. Não é em vão que lhe chamavam a "Atenas brasileira".

É que o contato com a Europa era muito estreito. As famílias abastadas davam-se ao luxo de lá fazer grande parte de suas compras e lá mandar educar seus filhos, sobretudo em Coimbra - foi êsse o caso de nosso Avô, o Barão de S. Bento, que em Coimbra se doutorou em matemáticas... para ser lavrador.

Da Europa vinham companhias líricas que regressavam muitas vezes sem ter vindo ao Sul e, ainda em 1927, fomos encontrar em S. Luís uma coleção de libretos de ópera, remanescentes dessas magníficas temporadas.

Tudo isso mantinha um nível elevado que se revelava na linguagem castiça, a mais parecida com o português bem falado em Portugal, e que ainda persiste, mesmo nas câmodas populares.

A vida era patriarcal e farta. A convivência fechada, mas fidalga de trato e maneiras - imitadas pelas espevitadas mucamas que substituíam o telefone nos recados transmitidos e o cartão, sem ponta dobrada, nas visitas que faziam em nome de suas Sinhás. Também carregavam bandejas de roupa para suas amas mudarem nas casas de intimidade, onde iam passar o dia, em dolce far niente, a palestrar nas redes.

Cada Sinhôzinho ou Sinhâzinha tinha, logo ao nascer, sua mucama, freqüentemente companheira dedicadíssima para o resto da vida; a de um de nossos primos, depois do desastre financeiro de seus senhores, com a abolição, empregou-se para que o Sinhôzinho, com seu ordenado, pudesse continuar os estudos.

E foi êsse amor de nossas mães pretas, a cuja chama se aqueceram nossas almas de crianças, que nos tornou um povo privilegiadamente bondoso. Só quem nunca viajou ou o fêz observando superficialmente, muitas vezes à luz de uma admiração servil, é que pode deixar de ter sentido viva e fraterna a bondade brasileira em relação a outros povos.

A base material dessa sociedade era, infelizmente, o trabalho escravo, mais intenso em Maranhão do que nos outros Estados do Norte, porque as culturas do algodão e, mais tarde da cana, tinham atingido um desenvolvimento muito maior do que alhures.

O sacrifício de nossos irmãos negros não podia deixar de prejudicar o aprimoramento moral dos senhores, habituados a ver em seus escravos os instrumentos passivos e dóceis, não só da satisfação de seu bem estar material, como de seus caprichos e até de suas maldades.

Lembro-me, com alegria, de ter ouvido nosso Pai profligar semelhante regime, certo dia em que percorríamos juntos, a cavalo, o canavial onde os escravos, com o torso retinto mal protegido por uma camisa de algodãozinho contra o terrível pico da cana, mourejavam suarentos e cansados, sob um sol ardente.

Mas em breve seria apagada essa mancha horrível da nobre terra maranhense. Entre as grandes cabeças surgidas na terra onde viveu o padre Antônio Vieira, mais alta, muito mais alta ainda do que a de Gonçalves Dias, ergueu-se, como pico altaneiro, a sobrepujar todos os outros, a do maior abolicionista.

Corpo franzino, como o de quase todos os grandes homens, que muito raramente foram homens grandes, foi um santo, um sábio, com nervos de aço e vontade de bronze para executar o que seu coração imenso sugeria e sua inteligência privilegiada esclarecia. Foi Teixeira Mendes - e só êle, entre tantos outros, basta para encher de luz a história do Maranhão.

A FAMÍLIA

Viveiros, que, por corrução ortográfica se escreveu Bibeiros, é apelido nobilíssimo em Portugal.

A família que usa dêste apelido descende dos condes de St^a Martha de Hortiguera, do reino de Galiza, Espanha.

São suas armas as seguintes:

Escudo de ouro, com tres montes de verde assentes sôbre um conta-chefe ondado e faixado de seis peças de prata e azul, sustendo cada monte um ramo de urtigas de sete fôlhas do segundo esmalte.

Timbre - uma pêga negra, picada de prata e de azul, com um ramo do escudo no bico.

Não há dúvida sôbre filiar a família Viveiros a êste tronco genealógico, o que é fácil verificar pelo primeiro Viveiros português que veio para o Brasil e que, segundo todas as probabilidades, era da Madeira, onde se radicou um ramo dela até ao século XVIII.

O Barão de São Bento, Dr. Francisco Mariano de Viveiros, fidalgo cavaleiro da casa imperial do Brasil, obteve nôvo brasão de armas em 6 de junho de 1857, registado no cartório da nobreza do império, no livro VI, fôlhas 35, que indica a sua procedência portuguesa.

Estas armas são as seguintes:

"Escudo Esquartelado: no primeiro quartel, em campo de ouro, tres viveiros de água azulados, com orla de verde (modificação do primeiro escudo); no segundo, em campo azul, um muro com porta, entre duas tôrres, tudo de prata, e lavrado de preto; no terceiro, em campo de prata, duas cervas de púrpura passantes e uma bordadura vermelha cheia de escudinhos das armas de Portugal; e no quarto, também em campo de prata, uma aspa azul com cinco besantes de ouro nela. Corôa de barão. Paquife com metais e côres das armas."

O último quartel dêste escudo é de Araujos. Os demais parecem peculiares ao novo brasão, ainda que o segundo seja igual ao primeiro corte das armas dos Mendes de Tânger.

Estes brasões eram concedidos, em regra, mediante justificação genealógica de nobreza antiga.

O arquivo do cartório de nobreza existe ainda, anexo ao Ministério do Exterior. Esteja onde estiver, pode-se obter certidão da justificação e da carta de armas.

Aludirá o segundo quartel destas armas ao comando que teve um Francisco de Viveiros, de uma fortaleza na ilha da Madeira? É provável.

Há tempos publicou-se no Rio um livro intitulado "Nobiliarquia brasileira" feito, parece, pelo barão Smith de Vasconcelos. Nesse livro deve existir uma notícia sobre o barão de São Bento e um cliché de suas armas.

Classificação feita por nosso primo, o desembargador Modesto Perestrello de Carvalhosa, das armas do Barão de São Bento:

Escudo Esquartelado:

1º quartel: "Em campo de ouro, tres viveiros cheios de água azulada, com orla de verde."

Armas falantes próprias de "Viveiros" no Brasil. Têm a mesma significação das armas antigas, pertencentes à família dêste apelido e que são:

"Em campo de ouro três montes de verde assentes sobre um conta chefe ondado e faixado de seis peças de prata e azul, sustendo cada monte um ramo de urtigas de sete fôlhas do segundo esmalte."

2º quartel: "Em campo azul um muro com porta, entre duas tôrres, tudo de prata, e lavrado de preto."

Constitui a primeira faixa das armas concedidas em 8 de junho de 1520 a Manoel Mendes, valoroso soldado em Tânger, pelos grandes serviços que fêz naquela praça por El-rei D. Manoel. Seu filho, Bastião Mendes, teve a confirmação destas armas, com o apelido de Tânger, em 8 de fevereiro de 1858.

3º quartel: "Em campo de prata duas cervas de púrpura passantes e uma bordadura vermelha cheia de escudinhos das armas de Portugal."

Armas falantes, próprias do apelido Cerveira, do lugar do mesmo nome, de que foi senhor João Nunes de Cerveira, em tempo de El-rei D. Sancho II, onde está hoje edificada Vila Nova de Cerveira.

São armas mal ordenadas, segundo as leis de armaria e com diferença de esmaltes.

Os escudinhos são próprios das armas dos "Pereiras" do condestável Nun'Alvares, com quem se entronca a família. Outro ramo desta família usa armas esquarteladas. Nos primeiro e quarto quartéis de vermelho, em cruz florenciada e vazia de prata e bordadura do mesmo, carregada de doze escudetes de

azul, que competem a Pereira de Nun'Alvares; no segundo e terceiro, em campo de prata, duas cervas de púrpura passantes, uma sôbre a outra.

4º quartel: "Em campo de prata, uma aspa azul com cinco besantes de ouro nela. Coroa de barão. Paquife com metais e côres das armas."

São as armas próprias e extremes dos "Araujos" de Portugal, que tomaram o apelido do Castelo de Araujo, no reino de Galiza, de que são senhores e onde têm armas diversas.

Procedem daquele reino de onde vários ramos passaram a Portugal.

A composição, portanto, do braço de armas do Barão de São Bento, está indicando que o mesmo foi concedido em virtude de prévia justificação de nobreza antiga.

A íntegra do processo de justificação de armas deve estar transcrita na carta de padrão.

"Eu O Imperador Constitucional, Defensor Perpétuo do Imperio do Brazil: Faço saber a vós Paulo Barboza da Sylva do Meu Conselho Gentil Homem da Minha Imperial Camara e que servis de Meu Mordomo Mor. Que Me foi por bem e Me Praz Fazer Mercê a José Francisco de Viveiros, filho legitimo do Barão de São Bento de o Tornar no Fôro de Fidalgo Cavalleiro da Minha Imperial Casa. Pagou quarenta mil reis de Direitos que forão lançados no Livro de Receita respectivo como consta de hum conhecimento em forma. Dado no Palacio do Rio de Janeiro em vinte hum de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e sete, trigesimo-sexto da Independencia do Imperio. -Imperador- Paulo Barboza da Silva. Praz á Vossa Magestade Imperial Fazer Mercê a José Francisco de Viveiros, filho legitimo do Barão de S. Bento, de o Tomar no Foro de Fidalgo Cavalleiro da Sua Imperial Casa, Como neste Alvará se declara. Para Vossa Magestade Imperial vêr. Francisco Pinto de Mello -o fez- Passado por Decreto de 13 de Agosto de 1857. Izidoro José Martins Pamplona Corte Real o fez escrever. Nº 4 Sello 50\$000. P.g. cincoenta mil reis. Rio 26 de Setembro de 1857. -Baptista- Oliveira. Nesta Secretaria da Mordomia-mór e expediente dos Filhamentos da Casa Imperial fica este Alvará registrado.

Rio de Janeiro 28 de Setembro de 1860.

Francisco Pinto de Mello. Deve pagar dez mil reis de emolumentos. 3ª Secção do Thesouro Publico Provincial do Maranhão 11 de Julho de 1860.

Lapa - Recebi - O Fiel do Chefe - Rodrigues.

Conforme - O Secretario Aristides Augusto Coelho de Souza."

Alcantara é o bêrço brasileiro dos Viveiros.

Cidade próspera outrora, aristocrática, a que está hoje reduzida!

Montões de ruínas, que se encontram em plenas ruas, das quais têm escapado, não se sabe por que milagre, os sobradões dos nossos maiores.

Em perfeito estado se acham os três sobrados da praça: o da Baroneza, o do Dr. José Francisco de Viveiros, o do Dr. J. Coqueiro, seu genro. E até a Igreja que resistiu à ação destruidora da inércia foi a do Carmo, a escolhida pelos nossos maiores para guardar os seus restos mortais. Lá estão, na capela dos Passos, a nossa Tetravó - Francisca Xavier de Jesus Viveiros e seu marido - Alexandre José de Viveiros- que foi vereador da Camara aí por volta de 1810, apesar de nas suas colheres de prata escrever o seu nome com L; estão tambem lá os cinco filhos deste casal: Francisca Izabel, casada com o velho José Maria; Anna Benedita, casada com o Snr. José Souto; o capitão-mór Francisco Mariano e o mais môço da irmandade, o Senador do Império - Jerônimo José de Viveiros; enfim, lá descansam igualmente a mulher do senador e seu filho: Dr. Alexandre José de Viveiros.

A Família era realmente poderosa e rica.

Mariana Francisca Corrêa de Souza levou ao Primo Francisquinho (futuro Barão de S. Bento), quando se casou, a soma enorme, para aquele tempo, de 900 contos ganhos pelo português José Maria, a quem a Família deveu seu esplendôr.

Conta-se que não foi sem relutância da parte da noiva que esse casamento se realizou. Nossa Avó achava o primo feiosão, o que, seja dito de passagem, era parti pris. Decidiu-a o côvado ao canto da sala, com que a ameaçou sua mãe.

Apesar disso, enviuvando moça, nossa Avó rejeitou brilhantes partidos que se lhe apresentaram.

Essa fortuna quasi desapareceu dentro de meio século. Dois fatos concorreram poderosamente para isso: 1º o abando da policultura, seguida pelos velhos, pela monocultura da cana de açúcar, cujo preço caiu justamente na ocasião em que se remodelavam os engenhos da família, fato motivado pelo grande progresso do plantio da beterraba na Europa.

2º a paixão política, política que então se fazia a pêso de oiro, tirado, não como mais tarde dos cofres do Estado, mas do patrimônio de cada chefe.

Quem lê os jornaes de 1845 a 1860 tem a impressão de que o Barão de S. Bento gastava sem pena.

Quanto não custaria a eleição do comendador Jerônimo para senador, em 1852? Rezam as crônicas que, em Sto. Antônio e Almas, votos foram comprados por 500\$000!

E nessa outra pugna gigantesca, ferida em 59, para o preenchimento da vaga dêsse mesmo senador, a que se apresentou o Barão?

Deixou-nos êle nessa ocasião uma das mais belas lições a ser transmitidas às gerações vindouras como preciosa herança:

O Barão combinara com seu oponente que cada um daria ao outro o excesso de votos nos distritos respectivos. O pleito seguia seu rumo, quando vieram avisar o Barão de que Vieira da Silva rompera o pacto. Era tempo. O Barão poderia ainda impedir que seus eleitores votassem em Vieira da Silva e haveria equilíbrio, e a eleição seria ganha.

O Barão passeava de um lado para outro. A Baronesa acompanhava-o com o olhar ansioso. Os amigos guardavam silêncio, prontos para executar-lhe as ordens.

- Resolva, Barão, disse-lhe nossa Avó.

O Barão calava, funda ruga a sulcar-lhe a frente alta. Disse afinal, lentamente:

- Seja êle só o traidor!

Ficou por êsse motivo no segundo lugar da lista triplíce e isso constituiu para êle tão cruciante desgosto que daí resultou a congestão fatal, em plenos 40 anos de idade.

"O Conservador" de sábado, 28 de janeiro de 1860, assim noticiou o falecimento do Barão de S. Bento: "Recebemos a dolorosa notícia da infausta e prematura morte do Barão de S. Bento.

O grande vulto do político eminente, que como Cidadão e como Deputado, com um coração generoso e puramente Brasileiro, sustentou até o último instante de sua existência os mais puros sentimentos de amor e fiel adesão à Monarchia, à liberdade, e à ordem, com sincera dedicação pelo engrandecimento e futuro do seu paiz, desapareceu da vida presente, deixando immorredôra lembrança e reaes saudades não somente a sua Exma. e Illustre familia, e numerosos amigos, mas tambem geralmente a todos quantos conhecerão o distincto Brasileiro, sem contestação a primeira influencia politica que realmente possuia o partido Conservador n'esta bella Provincia do Maranhão.

Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, filho legitimo do Exm. Senador Jeronimo José de Viveiros, e de sua esposa D. Anna Roza Mendes de Viveiros (ambos fallecidos), nasceo na cidade de Alcantara, d'esta Provincia do Maranhão, aos 12 de Janeiro de 1819.

Sendo educado com esmero, na sciencia para que desde a infancia mostrou vocação, tomou o gráo de Doutor em Mathematicas na universidade de Coimbra, aos 22 de Julho de 1839, sendo ali tão assiduo, e tendo tão boas notas, que a illustrada congregação no acto da entrega de sua carta unanimemente lhe offereceu um attestado dizendo, - que não tinha dado uma só falta em todo seu curso (!) que as suas notas forão sempre as milhores, bem como exemplar, sua conduta civil e literaria.

Regressando á Provincia casou-se, a 3 de Março de 1840, com a Exma. Snra. D. Mariana Francisca Corrêa de Viveiros, (hoje Baroneza de São Bento), filha legitima do Illm. Sr. Coronel Commendador José Maria Corrêa de Souza, e de sua esposa a Exma. Sra. D. Francisca Isabel de Viveiros Corrêa.

Foi membro d'Assemblêa Legislativa d'esta Provincia do Maranhão na Legislatura de 1848.

Foi agraciado, por Sua Magestade o Imperador, com o titulo de Barão de São Bento, a 13 de Julho de 1853; e com o fôro de Fidalgo Cavalleiro da casa Imperial, em 4 de Maio de 1855.

Foi eleito Deputado á Assemblêa Geral Legislativa, pelo 2º circulo d'esta Provincia, na Legislatura que começou em 1857; e teve permissão do Augusto Soberano para usar d'armas proprias a 30 de Junho do dito anno de 1857.

Finalmente entrou em 1859 na lista triplíce para a escôlha do Senadôr, que devia occupar a cadeira que ficou vaga no Senado por fallecimento do seu illustre Pae.

Parece que desde essa epocha (a da eleição para senadôr), o nobre finado concentrava na sua intelligencia e vontade toda sua força vital, porque seu corpo soffria consideravelmente pela aggravação de pequenas enfermidades adqueridas no patriotico e grandioso empenho de sustentar as instituições juradas, e aos homens a quem protegia, alguns dos quaes o atraiçoarão sem proveito é verdade, mas que ele sabendo sentia profundamente haver passado por tão amarga provança.

Tendo chegado ultimamente do Rio de Janeiro, dos trabalhos da Assemblêa Geral, achava-se descançando das fadigas, rodeado de tudo quanto lhe éra mais charo, e já em pre-

parativos de partida para o seu engenho de Kadós, quando foi acometido de uma congestão cerebral tão rebelde que, zombando de todos os recursos da sciencia, cortou-lhe o fio da existencia pelas nove horas e meia da noite do dia 10 do mez corrente.

Não temos a vaidade de suppôr, que nossa fraca pena seja a mais habilitada para escrever a byographia de tão prestimoso homem politico, que não só como tal, mas tambem como generoso e cheio de verdadeira caridade, fazia o/mais sublime uso de sua grande fortuna, soccorrendo, sem olhar a quem, todos quantos o procuravão
..... Temos, porem consciencia de haver-mos suscintamente historiado a vida do nosso preclaro amigo, que offerecemos a sua Exm. espôsa, a Sra. Baroneza de São Bento, ás suas Exmas. filhas, a seu filho, nosso amigo, o Illm. Sr. José Francisco de Viveiros, aos Illmos. Srs. commendadores Dr. Alexandre José de Viveiros, e José Maria Corrêa de Souza, e as suas Exmas. consórtes, como lenitivo a dôr que a todos tem compungido pêrda tão irreparavel

E a todos os numerosos amigos e com-provincianos do nobre finado, pedimos uma lagrima de saudade sob a louza do Barão de São Bento, cuja memoria já pertence à historia, e a terra lhe seja leve....

Maranhão 20 de Janeiro de 1860."

Esta noticia constitui a primeira do referido numero de jornal. Outros houve que, em sinal de luto, conservaram a primeira página em branco, com larga tarja.

Os dados biográficos do Barão de São Bento encontram-se no livro "Ephemérides Maranhenses" - 1ª parte, páginas 107, edição de 1923.

NOSSO PAI

A vida de nosso Pai, nascido em 24 de dezembro de 1840, tem lances de grandeza d'alma, exemplos que constituem a mais preciosa herança - honra e responsabilidade para nós que a devemos transmitir aos vindouros.

Dos seus primeiros anos de vida, cumpre destacar o episódio do incêndio da casa de seus Pais, na fazenda de S. Malaquias.

Alta noite acordaram todos com estalidos, como os de um chicote brandido por mão vigorosa, a garganta apertada pelo cheiro acre de fumaça. Era um incendio. Um incêndio sem bombeiros, sem água abundante a jorrar de mangueiras, sem socorro de espécie alguma.

Estremunhados, correram todos para fóra. Lá ao ar fresco da noite despertou completamente nossa Avó. Deu um grito angustioso:

- Zèzinho!

As labaredas já lambiam o telhado, em tórno do qual se enovelavam negros rolos de fumaça. Era impossível penetrar na casa. Foram segundos terríveis, em que os pensamentos em tropel não permitiam ajustar um plano para salvar o menino de uma morte atroz - se é que a fumaça já o não sufocara!

Mas a velha Domingas que, como um fiel cão de guarda sob a rede do seu Sinhôzinho, nunca adormecia profundamente, trazia-o a correr do fundo da casa, a carapinha tostada, um cotovelo queimado, quasi nua, mas um riso bom a mostrar uns dentes brancos como o branco dos olhos que revirava para dizer:

- Vossuncê não se assuste! Sinhô Zèzinho nem acodou!

E aqui fica um preito de gratidão para essa humilde Mãe preta a quem tanto devemos. Que o seu nome nunca seja esquecido em nossa Família: Mãe Domingas!

Nosso Pai veio para o Rio em 53, em companhia de duas irmãs.

Fez o seu curso no Colégio Marinho, rua Matacavalos (atual Riachuelo), esquina de Inválidos.

No Colégio Marinho teve como colega de classe outro menino de Alcântara, Felipe Franco de Sá, filho do Senador

Franco de Sá (o segundo marido de Da. Belmira) chefe do partido liberal e inimigo rancoroso dos Viveiros.

Felipe era inteligentíssimo e bom estudante. Embora fôsse muito amigo de seu colega Viveiros, desejava suplantá-lo. Não o conseguiu, porém, dizia nosso Pai, mais tarde, entre risos e saudoso.

E Felipe era um grande talento. Provou-o na Camara dos Deputados, no Ministério, no Senado e num livro que nos legou sobre a língua portugêsa.

Nosso Pai cursou o Colégio Marinho até 1857 e quando saiu deixou tão boas recordações que mais tarde, quando já estudante em Recife, mereceu a visita do Dr. Marinho que por lá passou, em viagem à Europa.

Em 57 matriculou-se na Faculdade de Recife, onde encontrou Augusto Olímpio Gomes de Castro, môço de grande talento, que nosso Bisavô, José Maria Corrêa de Souza, muito apreciava, e a quem nosso Pai fôra recomendado. Gomes de Castro casou-se depois com a irmã de nosso Pai, Anna Rosa.

Tia Sinhazinha contava ter ouvido de tio Castro que nosso Pai fôra um estudante de valor, o que muito o surpreendera, dizia êle, em um môço que supunha, como menino rico, mimoso e vadio.

Em 62, ano de sua formatura, a 15 de novembro, casou-se na Família Duarte Pereira, antiga Família de tradições, descendente do donatário da capitania, D. Duarte Coelho Pereira. Nossa Mãe, Guilhermina, era filha de Felipe Duarte Pereira. Bonita moça, mais tarde bela senhora de alva cabeleira branca e porte senhoril, foi o que dizia um livre pensador (escolhido para ser citado, exatamente por isso) P.J.Proudhon, que deixava por vêzes aparecer seus bons sentimentos através de seu espírito revolucionário: "Auxílio para o homem porque, mostrando-lhe a idealidade de seu ser, torna-se para ele um princípio de animação, uma graça de fôrça, de prudência, de justiça, de paciência, de coragem, de santidade, de esperança, de consolação, sem o que êle seria incapaz de suportar o peso da vida, de guardar sua dignidade, de cumprir seu destino, de suportar-se a si próprio."

Nossa Mãe foi o Anjo tutelar de nosso lar, um modelo de ordem.

Nos anos de 1870 e 1871, era nosso Pai deputado à Assembléia Legislativa da antiga província do Maranhão.

Ocupou a curul governamental, na qualidade de 1º vice-presidente da Província, três vêzes: em 1874, 75 e 86.

Sobre a sua administração em 1886, encontramos a seguinte interessante documentação:

Do "O País" nº 146 - de 3-7-86

"O ORÇAMENTO PROVINCIAL

É ponto incontestável, que nem pretendemos negar, ter o atual orçamento em alguns artigos aumentado os impostos existentes e criado outros novos. Mas é também necessário examinar si as circunstâncias financeiras da província eram prósperas ou se exigiam maiores sacrifícios dos contribuintes.

As circunstâncias financeiras da província, cumpre dizer a verdade, são péssimas; a banca rota se aproxima emminente.

Esmaga o tesouro uma dívida fundada de quasi oitocentos contos e a dívida flutuante deste exercício se encerra próxima de trezentos contos.

Confrange todo coração patriota ir ao tesouro provincial. Os credores se agrupam ao redor do tesoureiro, pedem, instam e se empenham pelo pagamento das dívidas, como se fosse aquilo os destroços de uma casa falida, de que se receia prejuízo.

Já a assembléa provincial do biênio passado havia autorizado a emissão de duzentos contos em apólices para consolidação da dívida flutuante. As apólices foram quasi todas emitidas e deve-se dizer que já houve relutância na praça em aceitá-las; muitos credores as receberam porque receiavam não serem pagos em dinheiro. Não obstante esta emissão, a dívida flutuante do atual exercício se aproxima de trezentos contos.

As companhias do gaz e fluvial maranhense têm no tesouro avultadas quantias e este empate de capital prejudica necessariamente o andamento regular de seus negócios.

O funcionalismo público não anda pago em dia.

Nestas aflitivas circunstâncias, que cumpre ter sempre em vista, o que competia fazer a assembléa provincial?

Ela por sua vez autorizou tambem o presidente a emitir apólices para consolidação da dívida flutuante. Mas compreende-se facilmente que este recurso não pode ser usado e abusado.

O crédito tem limites. É completamente impossivel admitir-se que todos os anos autorise a assembléa provincial emissão de apólices para consolidação da dívida flutuante.

Deste modo, as rendas públicas, em pouco tempo seriam applicadas exclusivamente para pagamento de juros; seria

converter-se em meio ordinário um recurso extremo, seria em uma palavra, acelerar a aproximação da banca-rotta.

Cumpria, pois, á assembléa provincial decretar outros meios para o equilíbrio entre a receita e a despeza.

.....

Foi imensamente injusto para a assembléa o Snr. Dr. Fabio Leal, afirmando que a parte final do orçamento sob o título - Disposições permanentes - está recheiada de favores pessoais, com prejuizo das rendas públicas.

Apesar da cultura e moderação de seu espírito, cedeu o Snr. Dr. Fabio Leal ao sentimento partidário.

Não contem a lei esses favores pessoases. Abundam, é verdade, os perdões de pagamento do imposto de décima urbana.

Não temos uma lei reguladora do imposto predial. O tesouro lança o imposto sobre casas de pessoas paupérrimas, que não podem pagá-lo. Elas então pedem á assembléa o perdão da dívida. É um favor sempre concedido, porque a execução destas dívidas seria uma dolorosa extorsão, uma iniquidade revoltante.

Podemos afirmar que todos os orçamentos feitos nas diferentes situações políticas contem sempre uma longa lista desses perdões.

Foi tambem concedida por dois exercícos a isenção de direitos para os produtos do Engenho Castelo, do Dr. João Antonio Coqueiro. Igual favor concedeu a última assembléa liberal ao Engenho Central S. Pedro. E si uma companhia que dispõe de grandes capitaes mereceu da província este favor, era de equidade tambem concedê-lo a um particular, que pela energia da vontade conseguiu tambem o aperfeiçoamento do fabrico do assucar, que as análises químicas igualavam aos do Engenho Central.

Para ser justo devia o Snr. Dr. Fabio Leal tambem dizer que as "Disposições Permanentes" contem muitas medidas de rigorosa economia. É assim que reduziu a 20% a porcentagem dos coletores e escrivães sobre as quantias arrecadadas. É assim que descontou das praças do corpo de polícia 80 réis diários para as despezas de fardamento. É assim que revogou a lei nº 998 que permitia conceder licenças com gratificações. É assim que passou a ficar a cargo da camara municipal a conservação e a administração dos jardins públicos. É assim que reduziu os ordenados de vários professores da Casa dos Educandos. É assim que suprimiu os guisamentos ás matrizes. É assim que

suprimiu diferentes cadeiras de instrução primária que, por pouco frequentadas, eram inúteis. É assim que a verba "Obras Públicas" ficou reduzida a 6 contos, verba tão largamente dispensada em orçamentos anteriores.

Nota: A receita orçada para o exercício 86-87 era de 715.906\$099.

A questão do orçamento de 86
(Da representação do comércio á Assembléa Geral
Legislativa)

Lei nº 1393

- 1% sobre direitos de todas as mercadorias importadas do estrangeiro.
- 5% sobre o assucar que entrar para o consumo da capital.
- 2% sobre os gêneros de outras províncias que forem reexportados.

Maranhão, 28 de Junho de 1886
Ilmo. Snr.

Atendendo ao que me representou a diretoria da Associação Comercial tenho nesta data ordenado ao Inspetor do tesouro público provincial que só comece o lançamento dos impostos estabelecidos no nº 1 da tabela A da lei nº 1393 de 12 do corrente, passados 60 dias desta data, e quanto á cobrança do imposto do parágrafo 39 do artigo nº 1 da referida lei, aguarde a expedição do respetivo regulamento. Deus guarde a V.Sra.

J.F. de Viveiros

Ao Sr. Presidente da Associação Comercial

Do "O País" de 17-9-86 - nº 208

(Da Associação Comercial)

Com relação ao imposto de 1% sobre o despacho de mercadorias extranfeiras, concordou a Associação Comercial no seu pagamento durante o atual exercício financeiro, em atenção ao máu estado das finanças da província, etc.

Do "O País nº 131 - de 14-6-86

Sobre as demissões

O Snr. Carlos Ribeiro no primeiro dia do seu governo assinou 68 demissões. E entre estas havia algumas realmente re voltantes.

Foi demitido, a bem do serviço público de promotor da capital, o Snr. Celso de Magalhães, que era uma glória desta província, o espírito mais eminente que Silvio Romero conheceu durante seu lustre escolar.

Apesar da integridade do seu carater, da cultura de sua inteligência privilegiada, foi o Snr. Celso de Magalhães demitido para satisfação de uma vingança pessoal dos mesmos que hoje prégam a tolerância.

O País

23 de Agosto de 1886

A administração provincial

Deixou hoje a administração da província o ilustre snr. Dr. José Francisco de Viveiros. E examinando calma e desapassionadamente os atos praticados por S. Exc. não hesitamos em afirmar que o governo do Snr. Dr. Viveiros se recomendou á estima pública e ao respeito de seus concidadãos.

Não permitiram as terríveis circunstâncias financeiras, que hoje assoberbam a província que S. Excia. empreendesse grandes melhoramentos materiaes ou iniciasse empresas de elevado alcance.

Foi porém o Snr. Dr. Viveiros um presidente económico e ativamente promoveu a cobrança da dívida pública, único recurso de que ia vivendo o tesouro para satisfação das despesas.

Influência política das mais prestimosas e ligado por laços de parentesco ao chefe do partido conservador, o ilustre Snr. Dr. Gomes de Castro, guardou entretanto o Snr. Dr. Viveiros a mais severa imparcialidade no pleito municipal. Foi uma realidade a liberdade do voto, também mantida nas eleições procedidas para preenchimento de duas vagas de deputados provinciaes.

Foi apesar disto o Snr. Dr. Viveiros desbragadamente atacado pela imprensa oposicionista. Excetuando o Liberal,

que, não obstante empregar linguagem por demais enérgica e ás vezes mesmo violenta, ainda guarda nas discussões a delicadeza de quem se preza e respeita, os outros jornaes se distinguiram por uma fraseologia tão injusta quanto ofensiva.

Não discutiram os atos do presidente; a declamação de uma retórica já gasta e sedição substituiu o argumento sério e persuasivo; e deram o triste testemunho de quanto cega a paixão partidária que até faz esquecer os princípios mais comesinhos da mais rudimentar civilidade.

Acuzaram o Snr. Dr. Viveiros por ter feito tremenda derrubada. S. Excia. porém, se limitou a dez demissões de empregados que não podiam ser conservados, uns por ineptos e portanto incapazes do desempenho do cargo, e outros pela virulência com que atacaram o governo.

Não somos partidários das demissões em massa, como se pratica na grande república americana.

Entendemos que com isto perde o serviço público pela falta de um funcionalismo prático e experiente. Mas como o nobre Barão de Cotegeipe, vivamente neste ponto apoiado pelo Snr. Gaspar Martins, entendemos que por mais larga que seja a tolerância, não pode o governo permitir que o empregado público se torne censor injusto de seus atos, arauto da oposição sistemática.

Proceder de modo contrário, seria uma criminosa fraqueza, seria a anarquia organizada, seria acabar com a hierarquia essencial á natureza das funções públicas.

Cousa notavel! Os que mais clamaram contra as demissões foram os que mais aplaudiram a honrosa reação de 1878. O que no Snr. Dr. Viveiros foi um crime, no Barão de Grajaú foi preconizado como energia, notando-se que o Snr. Dr. Viveiros apenas demitiu empregados ineptos ou oposicionistas incondicionaes e o Snr. Barão de Grajaú em dois dias assinou 74 demissões.

Um partido deve manter a coerência de seus atos e idéas no poder, com as censuras na oposição. Si os liberaes no poder entendem que é seu direito cercar-se de auxiliares de sua confiança, como censuram aos conservadores assim o praticar?

Foi tambem motivo de acerbas censuras da oposição liberal o procedimento do Snr. Dr. Viveiros na questão dos impostos.

Foi entretanto correta sua conduta. Votada e sancionada a lei, estando funcionando o parlamento, não tem o

governo competência para suspender sua execução. Só exigem o contrário os que ainda não leram o Ato Adicional. Fez o Snr. Dr. Viveiros o que estava em seu alcance para dar uma solução satisfatória aos interesses do comércio. Adiou o lançamento, não só para que o comércio exportasse, como pediu, os gêneros tributados, como também á espera da resolução que tomaria a camara dos deputados.

Queriam os liberaes que o Snr. Dr. Viveiros suspendes se a execução da lei. Esqueceram-se porém, que o Ato Adicional ainda não foi revogado. Mereceu, entretanto, o procedimento do Snr. Dr. Viveiros os aplausos do Snr. Silveira Martins, que, qualificando de correta sua conduta, pediu ao Governo que a recomendasse aos presidentes das outras províncias."

Notas: Silveira Martins era um dos chefes nacionaes do partido liberal.

O Dr. Viveiros assumiu, pela 3ª Vez, a presidência da Província em 29 de abril de 1886 e deixou-a a 23 de agôsto do mesmo ano.

Das suas administrações foi esta a mais agitada. Foi substituído pelo Snr. José Bento de Araujo

Fêz parte da Junta Provisória, logo depois da proclamação da República, no governo do Novo Estado, de 18 de novembro a 17 de dezembro de 89.

No tocante ás idéas democráticas, o Maranhão não differia das condições das outras províncias brasileiras, quando no dia 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República.

Desde 5 de junho dêsse ano que o partido liberal estava no poder, pregando medidas avançadas, como a federação, que era um dos pontos do programa republicano. O partido conservador, por seu lado, mostrava-se desgostoso com a monarquia.

Dêste modo, à surprêsa do golpe de 15 de novembro succedeu no Maranhão a adesão de ambos os partidos - assim conservador como o liberal - ao novo regime que se acabava de instituir.

A notícia que correra como boato ao anoitecer de 15, só fôra confirmada na noite de 17, com o telegrama do Governo Provisório ao comandante da guarnição federal - tenente-Coronel João Luiz Tavares, autorizando-o a organizar um govêrno provisório para a Província.

Na manhã de 18, foi constituída pelo referido comandante a junta governativa, que se compôs de quatro militares e

tres civís: Tenente-Coronel Tavares; Capitão-Tenente Candido Floriano da Costa Barreto, Capitão dos Portos; 1º Tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros; Capitão José Lourenço da Silva Milanez; Drs. José Francisco de Viveiros e Francisco de Paula Belfort Duarte e Francisco Xavier de Carvalho.

Como se vê, num momento delicadíssimo de crise política, como êsse de transformação da fôrma de governo do Maranhão, não pôde o Comandante da Guarnição dispensar o concurso do Dr. José Francisco de Viveiros.

Consultado em sua residência pelo Coronel Tavares sobre a organização da junta, e sabendo que dela fariam parte tres civís, dos quais o segundo seria o republicano histórico Paula Duarte, foi o Dr. Viveiros quem indicou o terceiro na pessoa do comerciante e capitalista Francisco Xavier de Carvalho.

De posse do govêrno, desde o meio dia de 18, quando o presidente Desembargador Titó de Matos lho transferiu em palácio, a junta dirigiu os destinos do Maranhão até 17 de dezembro seguinte, passando-o ao primeiro governador nomeado, Dr. Pedro Augusto Tavares Junior.

Não chegou, portanto, a um mês a ação do primeiro govêrno republicano maranhense.

Entretanto, acusaram-na de "não ter compreendido a sua missão, e, em vez de esforçar-se por tornar popular a nova instituição e velar pela ordem e segurança pública e particular, ter-se deixado tomar de ares quixotescos e estabelecido o regime do terror, além de uma política de desnecessária hostilidade aos adeptos do partido, a que sucedêra no poder."

A última frase deste período bem evidencia a paixão política que dominava o espírito do crítico dos atos da junta governativa.

Linhas adiante, positivando os fatos, escreven êle: "a polícia cometida na própria capital a pessôas as menos idôneas para exercerem-na, por conhecida falta do critério, tratou aí mesmo de se impôr pelo mêdo, efetuando prisões a torto e a direito, castigando com palmatoadas a pessôas do povo de um e outro sexo e raspando-lhes a navalha as sobrançelhas e metade do cabelo da cabeça."

E nada mais aduzindo em desabono do primeiro govêrno republicano do Maranhão, é bem de ver que as acusações do crítico se limitam a simples questões de policiamento da cidade e

que, como tais, são fracas para justificar a tese de não ter a junta compreendido sua missão.

A verdade é que a lei de 13 de maio impeliu das fazendas do interior para a capital da Província considerável massa de ex-escravos, que, sem o hábito do trabalho livre, deslocando-se do seu habitat, procuravam no roubo os meios de subsistência. Da audácia desse grupo de infelizes diz bem alto o ataque feito por êles à redação do jornal republicano "Globo" cujo redator chefe, o Dr. Paula Duarte, teve sua vida ameaçada. Livrou-o dessa perigosa situação um pelotão da tropa de linha, que dispersou os amotinados.

Boatejou-se que espíritos malévolos tinham aqulado os ex-escravos, incitando-os a êsse ato, imbuindo-os da idéa grosseira de que a república viera para os reduzir de novo ao cativoiro.

Já se vê que não era de paz e de calma o ambiente de S. Luís ao se inaugurar a nova forma de govêrno.

À polícia do govêrno provisório cãbia restabelecer a ordem. Se o fêz com severidade, aliás num período discricionário, se chegou mesmo a se exceder, não é isso fato suficiente para justificar a severidade do julgamento do publicista a que nos referimos.

E tanto assim é, que o primeiro governador nomeado - Dr. Pedro Tavares, republicano impoluto, que, dentro em pouco, discordava das próprias ordens do Marechal Deodoro - referendou os atos da junta.

Assim, não cabe à junta governativa o epíteto que se lhe pretendeu conferir.

E o próprio ~~crítico~~ isenta alguns de seus membros, quando escreve: "É de justiça mencionar-se que nem todos os mem bros da junta estavam acórdes na política anárquica por ela abraçada; eram eles, porém, em minoria e a sua discordância fi cava sepultada no silêncio do gabinete governamental."

Certo que neste número estava o Dr. Viveiros, por isso que não se pode compreender que um homem afeito à alta in vestidura de Presidente da Província, com um passado brilhante a zelar, dispondo de vasto prestígio entre os maranhenses, fôse se partilhar de arbitrariedades, - se é que elas se deram num governo provisório, nos albôres de um novo regime político.

E tanto dessa fase agitada da administração maranhense saía ileso o conceito em que era tido o Dr. Viveiros, é que em 18 de janeiro de 1890 era êle nomeado membro do primeiro Conselho de Intendência, que teve a missão de organizar o município da Capital.

Relevantes foram os serviços prestados por êste Conselho, de que faziam parte Joaquim de Souza Andrade, Manoel Bernardino da Costa Rodrigues, José da Silva Maia, Manoel Ribeiro da Cunha, Manoel da Silva Sardinha, João Pedro Ribeiro e José Francisco de Viveiros.

Mas, de todos os seus atos, empolga, pela magnitude da idéa e pela celeridade com que foi posta em prática, a criação das escolas municipais, no dia 5 de fevereiro, isto é, 18 dias após a organização do Conselho.

Eis o ato da criação:

"O Conselho da Intendência da Capital do Estado do Maranhão faz público para conhecimento de seus munícipes, que, em sessão ordinária de 5 de fevereiro, resolveu crear, sob a direção dos professores das freguezias da Capital deste Estado, aulas noturnas de ensino primário, que funcionarão nos edifícios das respectivas escolas.

Na cadeia pública será aberta para os presos uma outra aula, que será dirigida pelo respectivo administrador.

As aulas principiaram a funcionar no dia 22 do corrente, aniversário do fundador da República Americana, nos salões das tres escolas do Estado."

Marcada para 11 de maio de 1891 a eleição do Congresso Constituinte do Estado, que seria composto de Câmara com 20 deputados e Senado com 15 membros, as duas agremiações partidárias, num gesto bobilitante, acordaram em sufragar uma chapa única, em que figurassem os mais elevados expoentes da política local, e assim se viesse a elaborar a constituição do novo Estado num ambiente de paz e concórdia.

Nesta chapa única, entrou o Dr. Viveiros como senador.

Para logo, porém, sentiram as duas correntes políticas formadoras da Constituinte o desejo do Dr. Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque, 4º governador nomeado e de posse do poder desde 14 de março dêsse mesmo ano de 1891, de ser eleito primeiro governador constitucional do Maranhão, embora fôsse êle filho de outras plagas e inteiramente estranho à vida maranhense.

Diante da vontade governamental, a Constituinte fraquejou, rendeu-se e, no dia 15 de junho, dos 31 representantes maranhenses presentes á eleição, apenas um não sufragou o nome do filho do Estado de Pernambuco para governador do Maranhão.

Foi o Dr. José Francisco de Viveiros, que, nesse dia, isolado, só, único em sua atitude, salvou a honra e a dignidade dos maranhenses.

Fundamentando o seu voto, disse:

"O Maranhão ainda tem filhos dignos que o governem. Voto no Dr. Antonio Teixeira Belfort Roxo."

O "Diário do Maranhão", órgão officioso, noticiando a sessão da Constituinte, no seu número de 15 de junho, informou:

- "O Senador Dr. Viveiros, que para governador votou no Dr. Antonio Teixeira Belfort Roxo, pediu que o seu voto fosse inserido na ata."

"Reflexionou-lhe o senador Costa Rodrigues, presidente da Constituinte, que, em vista do regimento, a sua declaração de voto devia ser por escrito, o que ele fez imediatamente."

O gesto do desassombrado constituinte de 91 valeu-lhe grandiosa manifestação por parte da mocidade e do povo.

Descreve-a o jornal "A Cruzada" que não foi possível encontrar, infelizmente.

Nosso Pai foi deputado á Assembléa Legislativa Provincial de 1870 a 1875, inclusive.

Foi deputado federal, eleito em 1894 e reeleito no mandato seguinte.

Essa eleição fê-lo viver a maior parte do tempo no Rio, em casa de seu filho mais velho, Francisco Mariano, já casado.

Em 25 de julho de 1898 morria nossa Mãe. Saúde privilegiada, só adoeceu uma vez. Como se quisesse dar tempo a que nos preparassemos para a separação objetiva, resistiu á morte durante algum tempo.

Nosso Pai continuou a residir em Maranhão, a saúde abalada, mas o espírito vivo a se interessar pelos problemas da Terra que estremecia.

No ano de seu falecimento, menos de um mês antes, escrevia êle ainda, aquêles seus deliciosos artigos cheios de profundos conceitos e fino humor.

Nosso Pai era um modêlo de método e operosidade. Na fazenda tudo deslisava dentro de um horário fixo.

Levantava-se cedo e saía do quarto corretamente trajado - nunca o vimos sem colarinho. Percorria a roça a cavalo

antes do almoço. Almoçava e ia para a casa das tachas, com seus grandes amigos - os livros. Aí, sentado junto de uma mesa grande, lia e fiscalizava o serviço. Nosso Pai lia muito.

Nunca se deitava antes de ter entrado o último carro.

Tinha grandes qualidades de chefe: uma energia bondasa que se impunha e exigia que ordem dada fôsse ordem cumprida rigorosamente.

Pela segunda vez ia dever a vida a um escravo.

Fazia-se uma derrubada. No logar das árvores frondosas, que já tinham abrigado tantos ninhos, erguer-se-ia em breve um canavial prateado que o vento faria ondular, ciciando.

O machado, a gemer, caía no flanco das árvores, cuja casca deixava correr abundantes lágrimas de resina.

Súbito um grito:

- Fuja, meu Sinhô! a árvore vai cair de seu lado.

Nosso Pai deu um salto para o lado... era tempo! No mesmo instante a árvore, ferida de morte, tombava pesadamente, quebrando tudo o que se opunha á sua queda, exatamente onde nosso Pai estava, antes do aviso do escravo.

A derrubada prosseguia, as árvores caíam uma a uma. E antes do fim da tarde, nosso Pai teve ocasião de prestar ao escravo igual serviço.

SALA DAS SESSÕES DA IMPERIAL SOCIEDADE LITTERARIA ATHENEU

MARANHENSE, em 27 de Julho de 1875

Declarando V. Excia. por officio de 24 do corrente acceitar o cargo de Socio Honorario que esta Sociedade conferio a V. Excia. em sessão do dia 18, tenho a honra de passar ás mãos de V. Excia. o respectivo titulo que junto encontrará.

Renovo a V. Excia. Os meus protestos de profunda estima e distincta consideração.

Deus Guarde a V. Excia.

Illmo e Exmo. Snr. Dr. José Francisco de Viveiros,

Digmo. Socio Honorario.

O Presidente

Joanor Motta Moraes Rego

"Nossa Terra" - Rio de Janeiro, 20 de Maio de 1928.

Ano II - Num. VI

Ha factos que, pela singeleza e empolgante nobresa de que se revestem, jamais se apagam da memoria daqueles que os presenciaram.

Um desses fatos ocorreu em minha presença, no Maranhão, vai para perto de trinta anos, e foi dele protagonista o Dr. José Francisco de Viveiros.

Digamos porém, quem foi êle, antes de narrarmos o ocorrido.

Neto, pelo lado materno do abastado luzitano José Maria Correia, possuidor da maior fortuna da cidade de Alcantara, que foi, durante longo periodo a mais próspera e a mais rica localidade maranhense; filho do Barão de S. Bento, que representou a provincia como Deputado Geral á 10a. legislatura, e que fez, em 1859, parte da lista tríplex senatorial; neto do Senador do Imperio Jerônimo José de Viveiros; cunhado do insigne parlamentar Conselheiro Gomes de Castro, chefe conservador de largo renome e prestígio; membro dess'arte, de uma família poderosa e tradicionalmente conservadora, nunca foi, entretanto, o Dr. Viveiros, aquillo a que hoje, com injustificados intuitos pejorativos, se chama "um político profissional" - embora fosse sempre um partidário leal e dedicado.

Bacharel em direito, foi, na monarquia, agricultor, dirigindo sempre, em pessoa o seu engenho de cana Tramahuba, no Pindaré.

Não escravocrata, como diziam desafetos, que poucos teve, mas contrário, por princípio e convicção a toda espécie de abusos; firme e desassombrado em suas atitudes, de que deu mostras quando, como vice-presidente, governou o Maranhão na situação Cotegipe.

Foi assim que, proclamada a Republica, mereceu fazer parte da Junta Governativa que geriu o Estado de 18 de Novembro até 17 de Dezembro, quando o substituiu o primeiro Governador, Dr. Pedro Augusto Tavares Junior, nomeado por Deodoro.

Filiou-se, depois disso, ao Partido Nacional e pertenceu ao primeiro Congresso Constituinte do Estado, onde foi, dentre os congressistas presentes, o único que se recusou a votar, para Governador, no Dr. Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque, pernambucano, sufragando o nome de um seu antigo adversário, o Dr. Antonio Teixeira Belfort Rôxo, por entender, contra a deliberação do seu partido, que deveria o governo do Maranhão caber a um maranhense nato.

A seguir, e por duas vezes, representou o Estado na Camara Federal, e, enquanto existiu, foi membro do Diretório do Partido Federalista, hoje Republicano.

Eis, em síntese rapidíssima, quem foi, politicamente o Dr. Viveiros.

Amigo, e velho correligionário, que era ele, de meu Pai, com quem frequentei a sua casa, pude assistir ao fato de que, na minha juventude, fui testemunha e que hoje torno público, em justa homenagem á sua memória honradíssima.

Havia no Maranhão uma senhora - cujo nome, por ser de uma senhora, julgo não dever declinar - possuidora das mais alevantadas virtudes e qualidades de coração e de espírito, íntima amiga de minha Mãe, desde a infância.

Era uma viuva, e era parenta muito chegada do inescrutável Barão de Grajahú, chefe liberal, adversário político e desafeto pessoal, que tinha sido do Dr. Viveiros.

Estava essa senhora empenhada em assunto de cuja solução favoravel dependiam o sustento e a tranquillidade da sua velhice, já muito próxima.

Meu Pai, magistrado, como Desembargador que era, entendia não dever envolver-se na questão, embora girasse esta em tórno de direito líquido e merecedor de todo o amparo.

Aconselhou-a assim a que se valesse do prestígio do Dr. Viveiros, a cuja casa mandou que eu a acompanhasse.

Chegados lá que fomos, e recebidos por ele com uma perfeita urbanidade, á qual, entretanto, o seu físico de homem alto, corpulento e desempenado, cabelos, bigodes e cavaignac brancos davam um tom de formalístico aprumò, expoz longamente a digna senhora a sua justa pretensão e a confiança com que se achegava a um antigo desafeto da sua família.

Fitando-a atentamente atravez das lentes dos seus óculos de ouro, ouviu-a o Dr. Viveiros sem articular palavra. Quando ela terminou a sua exposição, ergueu-se, e sempre mudo, dirigiu-se para uma antiga secretária, abriu-a e retirou dela uns jornaes amarelentos, reunidos em maço por um atilho.

Dirigiu-se então a ela em voz pausada, a que não faltava um não sei que de solenidade:

- Sabe que jornaes são estes, minha senhora? Contêm artigos escritos, ainda na sua mocidade, pelo Barão de Grajahú, contra o Barão de S. Bento, meu Pai, envolvendo o nome de minha Mãe... Meu Pai legou-me a incumbência de vingá-lo. O Barão de Grajahú já não existe. Só posso vingar-me em alguém da sua família. Chegou a ocasião: vingo-me na senhora... Vou

defender o seu direito como se fosse meu.

E pondo-se de pé, mal podendo disfarçar a comoção que o dominava, como à veneranda senhora e também a mim, acrescentou com entono:

- Não se vingaria de outra maneira o Barão de S. Ben
to!

Domingos Barbosa

O FALECIMENTO

Foi com a seguinte carta que nosso Tio e Padrinho, João José Fernandes Silva, comunicou o falecimento de nosso Pai a Americo, ainda solteiro:

Caminho Grande,
8 de Setembro, 1903

"Meu caro Americo.

Vou cumprir um doloroso dever que a amizade me impõe. No dia 4 do corrente, eu e tua Madrinhã trouxemos teu bom Pai para o Caminho Grande, perto da Estação dos Bonds, na esperança de que a mudança de ares trouxesse alívio aos seus sofrimentos. Infelizmente os seus padecimentos agravaram-se e no dia 5, poucos minutos antes das 7 horas da manhã, ele entregou a alma ao Creador.

Como sabias, ha meses ele andava doente, muito desgostoso da vida, mas sempre lembrando-se dos filhos e dos netinhos. A sua conversa predilecta era a recordação das cartinhas que elle tinha recebido da Herminia, e da Amalinha que se queixava de não ser tão querida quanto a Herminia: nessas occasiões as lagrimas lhe banhavão o rosto.

Os filhos perderam um Pai, do qual devem ter orgulho pelos seus sentimentos de honra, pela sua abnegação ás vaidades do mundo e pela sua inexcedivel lealdade; eu e tua Madrinhã perdemos um amigo de coração d'oiro, d'uma amizade de mais de 40 anos, nunca desmentida! Hoje cumpre-nos conservar a sua memoria em profunda veneração e pedir a Deus a luz perpetua para a sua alma.

As provas de consideração que ele recebeu foram muitas: o Amaral e o filho nunca deixavam só em casa; a Exma. Snra. D. Leonilia Cavalcanti veiu immediatamente para a nossa casa, onde se conservou prestando sempre bons serviços de amizade, a Beatriz, esta bôa creatura que tu conheces, foi d'uma dedicação admiravel; a velha Mafalda, Abigail, a Maria dos Santos, a Maria Rocha (estas duas tuas afilhadas) logo que souberam que elle estava muito mal apresentaram-se e prestaram os seus serviços até depois do seu enterro; Norberto, afilhado d'elle e seu criado particular (onze meses) portou-se muito bem; emfim muitas outras pessoas que foram da casa tambem se apresentaram. O Manoel, que tomava e ficou tomando conta da casa do Dr. Costa Lima tambem merece elogios.

O seu enterro foi de primeira classe: seu caixão foi conduzido no carro funebre; o vigario e o Governador do Bispa-do em carro de praça, o Governador do Estado em carro proprio, e os amigos em cinco bonds especialmente fretados para leval-os.

Se alguma cousa consola na ocasião de grande dôr mo-ral é vêr que a sociedade maranhense mostrou o grande apreço que fazia de teu Pai, pois o que ella tem de mais distincto em todas as classes acompanhou o seu enterro, em numero tal que admira, porque nesse dia celebrava-se a festa de S. José em Riba-Mar, que attrahe sempre grande concorrência.

Dois dias antes de sua vinda para o Caminho Grande, elle pediu ao Amaral que balanceasse a conta do Dr. Costa Li-ma, de seu casal e a sua particular; mandou buscar um bahúsi-nho com cadeado de segredo e verificou que a quantia que elle continha combinava com a sua escripturação. Este bahúsinho el-le me entregou quando entramos no carro para o sitio, e aqui restituindo-o, elle me disse que o guardasse, bem como a sua carteira, que então me entregou contendo 50\$000: estes dois ob-jetos dei a tua Madrinha para guardar.

Um dia elle me disse em particular que estava viven-do de tres contos de reis, que ha tempos tu lhe mandaste e que elle metteu na "Caixa Economica". Disse-me mais, antes de sair da cidade, que a casa de Maia Sobrinho & Cia. tinha man-dado saber se elle não se servia do credito que tu lhe tinhas aberto, como já ha dias elles o tinham avisado: elle respondeu que os seus recursos dispensavam o dito credito.

Elle entregou á Chiquinha, como procuradora de Maria Amelia, a quantia de 1:105\$800 que ella metteu na "Caixa Econo-mica" na caderneta de Maria Amelia: esta quantia provem do re-cebimento que elle tinha feito d'um devedor da mesma Maria Ame-lia em transações com a casa de José Pedro Ribeiro & Cia.

Entregou mais á Chiquinha uma letra acceita pelo Dr. Pereira da quantia de 13:000\$000 a vencer-se no fim do anno; pertence a Maria Amelia.

Chiquinha deu á Beatriz, á Mundica e a Norberto, um vestido de chita preta a cada uma e uma calça tambem de chita preta a Norberto: espero que tu e teus irmãos approvem esta lembrança.

A casa elle alugou por 50\$000 por 15 dias, porque tinha esperanças de seguir para essa cidade, no vapor "Brasil" no dia 14 do corrente, para residir contigo.

Elle era socio da "Sociedade de Peculio dos Velhos" que terá de entregar a seus herdeiros a importancia de 2\$000 com que hão de contribuir cada um dos socios, o que tem dado quinhentos e tantos mil reis, se depois da ultima contribuição não tiver augmentado o numero.

A "Companhia Usina Castello" deve-lhe o vencimento de Director de mais de trez annos.

Sobre o seu caixão foi collocada uma corôa com uma fita tendo o distico "Lembrança de seus filhos".

Peço ao Francisco Marianno, a Vellêdinha e ao Dr. Costa Lima que recebam a presente carta como tambem dirigida a elles, porque a molestia da minha mão direita não me permite escrever sem grande difficuldade e por esta rasão aproveitei Jerominho para escrever a presente, cujo desalinho desculparão, tendo em vista o estado em que eu tenho a cabeça.

A todos eu e Chiquinha abraçamos e enviamos os nossos profundos pesames.

Crê-me

Teu Padrinho e amº Velho

João José Fernandes Silva

Do "O Federalista" - 9 de Setembro 1903

HOMENAGEM DE PROFUNDO PESAR
AO NOSSO SAUDOSO AMIGO, DR. JOSÉ FRANCISCO DE VIVEIROS

A lei fatal do extermínio roubou-nos o valioso concurso de um dos nossos dedicados companheiros de lutas partidárias.

Tendo estado doente ultimamente e sentindo que os seus sofrimentos se agravavam, resolveu o Dr. José Viveiros ir passar alguns dias no Caminho Grande, onde desejava aguardar o regresso do paquete "Brasil" em que pretendia seguir com destino á Capital Federal para a companhia dos seus estimados filhos, que ali estão residindo, mas a morte insidiosa, contrariando os seus esperançosos desígnios, veio colhê-lo a 6 do corrente, ás 7 horas do dia, privando os seus filhos e mais parentes de seu fervoroso desvelo e o partido republicano de sua acrisolada dedicação.

Pertencendo o saudoso extinto a uma das mais ilustres famílias do Estado, de alta linhagem e muito abastada, depois de bacharelado em ciências jurídicas e sociaes, preferiu dedicar-se á vida afanosa de lavrador, aproveitando-se dos fartos meios de fortuna de que dispunha.

Na sua aprazível fazenda Tramaúba constituiu-se um dos mais importantes lavradores da antiga Província, conhecedor em extremo dos processos mais adiantados sôbre agricultura.

Desgostos que não lhe foi dado evitar, obrigaram-no mais tarde a abandonar a lavoura, após a extinção do elemento servil, e desde então manteve-se com o rendimento dos seus bens, ocupando a directoria de algumas das nossas sociedades anônimas, em cujo desempenho sempre revelou grande zelo e elevada competência.

Filho do Barão de S. Bento, que foi um dos chefes mais prestigiosos do antigo partido conservador no regime deposto, ocupou bem cedo o Dr. Viveiros figura saliente na política, administrando mais de uma vez a então província do Maranhão, como 1º Vice-Presidente.

Proclamada a república, aderiu sinceramente ao novo estado de cousas, prestando-lhe o seu concurso leal e dedicado.

Fez parte da Junta ou primeiro governo provisório.

Filiou-se ao partido nacional, sendo por ele eleito representante ao Congresso Estadual, no governo do Dr. Lourenço de Sá, e mais tarde quando se organisou o partido federalista, foi aclamado membro do seu diretório, logar que ainda desempenhava.

No ano de 1897 foi eleito Deputado ao Congresso Nacional, constituindo o seu reconhecimento uma vitória brilhante do partido republicano pelo ardor da luta que então se desencadeiou na Camara.

Casado com a exma. Sra. Da. Guilhermina de Viveiros teve desse enlace tres filhos, sendo dois varões. Desses um é formado em engenharia e outro em medicina e a exma. Snra. Da. Maria Veleda é casada com o Dr. Joaquim Fernandes da Costa Lima, inspetor da saúde do porto neste Estado.

O "Federalista" cujas colunas foram por diversas vezes ilustradas com os artigos do pranteado morto, cintilantes de verdade e de dizer castiço, presta-lhe consternado as homenagens de última despedida, depositando sobre o seu túmulo uma corôa de saudades imarcessíveis.

O seu enterro, que teve logar na tarde de 6 do corrente, foi extraordinariamente concorrido, notando-se 5 bondes literalmente cheios e dois carros, indo num destes S. Excia. o Snr. Governador do Estado em exercício.

Entre as pessoas que acompanhavam os despojos do illustre finado, vimos: Coronel Colares Moreira, 1º Voce-Governador; Dezor. Sebastião Braga, Chefe de Polícia; Dr. João Costa, Procurador Geral do Estado; Dr. Torquato Tasso, Diretor do Liceu; Dzor. Alvares Barboza; Dezor. Francisco Machado; Americo V. dos Reis, Presidente do Congresso Legistativo do Estado; Manoel Ignácio Dias Vieira, deputado federal; Dr. Juvencio de Matos, Prof. do Liceu; Dr. Raul Machado, Diretor do Registro Civil; Major Raimundo Goiaveira, Comte. da Polícia; Dr. Paulo Amaral, promotor público da Capital; José Mauricio, Inspetor da Alfândega; Capt. Bibiano, ajudante de ordens do Governador; Alexandre C. Moreira, funcionário da Alfândega; Batista Rego, inspetor do Tesouro; Prof. Ribeiro do Amaral; Dr. Ribeiro Gonçalves; Souza Martins; Raimundo Ramos; José Souza, da firma Azevedo Almeida; Dr. Tarquínio Lopes, sua senhora e filha; João Vieira; Manoel Francisco Jorge, da firma Jorge dos Santos; Dr. Sardinha; Dr. Ferreira Nina; Monsenhor Galvão; Dr. Joaquim P. de Magalhães; Domingos Perdigão; Capitão de Fragata Cadaval; Hermenegildo Jansen Ferreira; Joaquim Julio Correia; José Vaz Junior; José Custodio da Silva Guimarães; Raimundo Brito; Custodio Belchior; Alberto Pinheiro e Adolfo Paraiso.

O serviço fúnebre esteve a cargo da acreditada casa de armador do nosso prestimoso amigo Carvalho Branco.

Ao ter notícia do triste acontecimento o nosso preclaro chefe, Senador Benedito Leite, transmitiu-nos o seguinte telegrama:

"Rio, 6. Redação Federalista S. Luiz.

Nome representação apresento-vos, peço transmitaes diretório, assim como todo partido republicano condolências falecimento nosso eminente amigo Dr. Viveiros. Benedito Leite."

SAUDOSA EVOCAÇÃO

Eu gosto dos velhos.

Gosto muito desses velhos a quem o atrito da vida, as lições da experiência, a luta contra as fatalidades contingentes ensinaram a ser bons.

Efeitos da educação ou de temperamento, mas certo é que nada me seduz o espírito e amolga o coração como a carícia dos velhos, os seus paternaes ensinamentos, os seus conselhos, as suas advertências, autoritárias pelo maduro refletir dos anos.

Não sei mesmo o que mais sedutor, mais amavel, mais dulcificante, mais poético: si os risos, as graças inocentes da creança no casulo das faixas, cujos balbucios de entonações antélicas nos trazem aos ouvidos harmonias cariciosas e á mente a evocação do céu, fazendo-nos sorrir - si as falas eruditas dos velhos, repassadas, medidas de experiência, convidando-nos a meditar.

Extasiam-nos os fulgores resplandecentes da aurora, a luz ascendente da manhã, como nos fascina o vermelho incendiado dos arboes.

Por isto eu amo os velhos sábios e bons, como as creanças ternas e inocentes.

Simpatizei com o Dr. José Francisco de Viveiros, não por que conhecesse o seu passado e nem ainda o seu presente, mas desde o dia em que aproximando-se da banca em que eu trabalhava, fez-me falar e aconselhou-me!

Queria que lhe desse ligeira opinião sobre um seu escrito nesta folha, deliciosa modéstia com que parecia querer seduzir o meu espírito...

Pois eu falei!

Quando terminei a minha desalinhavada dissertação, ele fitava-me como que enleiado. Depois, subitamente, apertando-me a mão esquerda entre as suas mãos, disse-me com acentuação dôce, amavel, paternal:

"Nem todos os velhos como eu gostam desta franqueza na boca dos moços. Eu, porém, gosto de verificar num moço que ele

"Rio, 6. Redação Federalista S. Luiz.

Nome representação apresento-vos, peço transmitaes diretório, assim como todo partido republicano condolências falecimento nosso eminente amigo Dr. Viveiros. Benedito Leite."

SAUDOSA EVOCAÇÃO

Eu gosto dos velhos.

Gosto muito desses velhos a quem o atrito da vida, as lições da experiência, a luta contra as fatalidades contingentes ensinaram a ser bons.

Efeitos da educação ou de temperamento, mas certo é que nada me seduz o espírito e amolga o coração como a carícia dos velhos, os seus paternaes ensinamentos, os seus conselhos, as suas advertências, autoritárias pelo maduro refletir dos anos.

Não sei mesmo o que mais sedutor, mais amoravel, mais dulcificante, mais poético: si os risos, as graças inocentes da creança no casulo das faixas, cujos balbucios de entonações antélicas nos trazem aos ouvidos harmonias cariciosas e á mente a evocação do céu, fazendo-nos sorrir - si as falas eruditas dos velhos, repassadas, medidas de experiência, convidando-nos a meditar.

Extasiam-nos os fulgores resplandecentes da aurora, a luz ascendente da manhã, como nos fascina o vermelho incendiado dos arboes.

Por isto eu amo os velhos sábios e bons, como as creanças ternas e inocentes.

Simpatizei com o Dr. José Francisco de Viveiros, não por que conhecesse o seu passado e nem ainda o seu presente, mas desde o dia em que aproximando-se da banca em que eu trabalhava, fez-me falar e aconselhou-me!

Queria que lhe desse ligeira opinião sobre um seu escrito nesta folha, deliciosa modéstia com que parecia querer seduzir o meu espírito...

Pois eu falei!

Quando terminei a minha desalinhavada dissertação, ele fitava-me como que enleiado. Depois, subitamente, apertando-me a mão esquerda entre as suas mãos, disse-me com acentuação dôce, amoravel, paternal:

"Nem todos os velhos como eu gostam desta franqueza na boca dos moços. Eu, porém, gosto de verificar num moço que ele

sabe aproveitar as lições da vida. Digo-lhe porem que não se externe assim perante todo o mundo; e veja bem que não aconselho a hipocrisia, mas escolha de momento o auditório."

Nunca mais perdi ocasião de ouvi-lo, quando visitava esta oficina, e apanhar-lhe os preciosíssimos conselhos.

As suas falas, as suas maneiras, o seu trato, captaram-me de todo a minha simpatia e estima

Depois, no dia da sua morte, vi nas manifestações de pesar de quantos foram cercar o seu cadaver e de quantos choravam a sua morte, quanto foi glorioso o seu passado, quanto honroso o seu presente, e entre os velhos e moços que o acompanhavam a derradeira morada, quantos espíritos como ao meu soubera seduzir o seu grande e bele espírito.

Rendo-lhe a modesta e insignificante homenagem de venação e estima á sua memória, e hoje, no dia sétimo de sua morte, aos hinos sacrosantos da igreja, uno os meus votos ao céu pela eterna flória do seu espírito na divina mansão dos bons.

J.B. Gracisman

Nota: Segundo fomos informados, este era um rapaz de talento, levado do sul pelo Dr. Benedito Leite.

A LAVOURA DO MARANHÃO

O Engenho Central S. Pedro

Graves e bem tristes são as ponderações que ao espírito ainda o menos refletido sugere a leitura dos Relatórios do Gerente do Engenho Central São Pedro, publicados desde 1892.

Diversas ordens de idéas á mente de quem lê com atenção essa avolumada e nunca interrompida série de insucessos; luta gigante, mas inglória, entre a rotina, sempre vencida, embora amparada por uma vontade potente, tenaz energia e inteligência lúcida, e a natureza, sempre vencedora, a zombar dos esforços impotentes do homem. A rotina, sim, só á rotina devemos acusar; mas infelizmente tem ela muitos sectários, tão emperrados e empanturrados quanto é ela teimosa e anacrônica.

Sempre que leio qualquer relatório do meu distinto amigo o Snr. Caldas de Oliveira, as considerações que me ocorrem referem-se umas á administração do Engenho Central São Pedro, outras ao sistema rotineiro de cultura adotado ainda nesse importante estabelecimento agrícola. Principiarei pela administração do São Pedro, deixando para depois o estudo de seu método de cultura, si outros mais competentes, e cujo concurso solicito, em nome da lavoura do Maranhão, se prestarem a tomar parte nesta discussão.

O Snr. Fabricio Caldas de Oliveira, Gerente do Engenho Central São Pedro, atacado, não direi grosseiramente, mas de modo incorreto e pouco cavalheiroso pela ex-"Regeneração", ficou indefeso, como todos nós vimos. Amordaçado pelas ponderações, que lhe fez a digna diretoria do São Pedro, que se julgou, senão a única competente, na obrigação de amparar os golpes arremeçados ao seu preposto, nem uma só palavra articulou em sua defesa. Altivo e pundonoroso como é o seu carater, não podia, nem devia ele conde-nar-se a silêncio eterno, e, com a franquesa e lealdade com que sempre procede, fez na exposição com que mimoseou os seus amigos particulares, o histórico de sua longa, si bem que infecunda, administração. É a minha auto-biografia, disse ele em carta com que me honrou.

Lastimo não ter permissão para tornar de todos conhecida essa soberba, embora concisa exposição, que serviria de proveitoso ensinamento a muitos, e a todos patentearia os ingentes, mas importantes esforços do homem que luta só contra tudo e contra todos. Poderia eu então dizer: julguem-no os competentes em vista das provas por ele próprio fornecidas.

Não me tenho em conta de competente, mas longa prática de lavoura dá-me autoridade bastante para poder julgar, com mais critério do que o articulista da "Regeneração", da administração do Snr. Caldas de Oliveira.

Transcreverei um dos trechos da carta que lhe dirigi, dando por esta forma público testemunho do elevado conceito que me me rece sua alta capacidade como gerente de uma empresa agrícola.

"A sua auto-biografia é o trop-plein de uma alma sensível, que vê contestados e menoscabados seus esforços hercúleos em prol de uma Empresa avariada e surda aos gritos de alarma, soltos pelo Snr. aos quatro ventos, e insistentemente repetidos em relatórios, em cartas e até em palestras; é o brado de indignação que irrompeu do seu grande coração, vendo seus atos julgados pela incompetência inconsciente, que não sabe o que diz, e quiçá pela malignidade soez de algum malsim; é o repto de um espírito superior, e direi mesmo não compreendido, e aferido pelos princípios mesquinhos e sórdidos, que infelizmente invadiram e regem a nossa sociedade."

Eis com franqueza, como penso em relação á administração tecnica de S. Pedro, e posso afirmar sem receio de ser contestado, que:

Dominar a natureza, armado unicamente dos instrumentos primitivos, que proporciona a rotina; remediar falhas ou excessos de estações irregulares, sem estar para isso convenientemente aparelhado; produzir mais, melhor e mais barato sem adotar os processos aconselhados pela ciência agronomica; fazer, em uma palavra, prosperar um estabelecimento agrícola, divorciado completamente dos modernos métodos de cultura, é um tour de force superior ao poder do homem, depois dos maravilhosos resultados da cultura científica.

O Snr. Fabricio Caldas de Oliveira não poderia ter feito mais, nem melhor; sua falta foi outra, e eu, com franqueza de amigo, lh'a apontarei no meu seguinte artigo.

Setembro - 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

O Engenho Central S. Pedro

II

Bôas contas fazem bons amigos. O Snr. Caldas de Oliveira, depois de me ouvir com atenção, dirá se tenho ou não razão.

Não pretendo que o gerente do S. Pedro, tivesse sido impecavel; não, acuso-o de mais de uma falta grave, e de alguns outros pecadilhos, de que lhe tomarei contas mais tarde.

Discrepo-o agora por ter, pelo seu esforço, pela sua dedicação mal empregada, fornecido alimento á desidia de diretorias, embora muito dignas e honradas, que se contentam com mesquinhos e ridículos proventos de uma grande fábrica. Si resolução enérgica, si medidas radicaes houvessem sido tomadas quando eu as aconselhei, as condições do S. Pedro seriam hoje muito diversas em todos os sentidos. O Snr. Caldas de Oliveira, prolongando por 9 anos a existência mórbida dessa fábrica, convencido de que não poderia salvá-la com paliativos rotineiros, cometeu falta grave perante os princípios da economia industrial.

Em relação ao homem, mais alguns dias de vida constituem muita vez, um triunfo para a medicina; mas empresas de qualquer natureza, de carater mercantil, prolongar-lhes a agonia é um erro, senão um crime.

O acelerado movimento, quer industrial, quer agrícola, que presenciemos por toda a parte, a que devemos obedecer e acompanhar forçosamente, sob pena de ficarmos distanciados, não permite, nem consente que paremos, e ainda menos que percamos inutilmente tempo e trabalho que poderiam ser melhor aproveitados.

Nessas condições ficar estacionário é retrogradar, é deixar-se esmagar pelo tropel dos que nos passarem sobre o corpo.

Não progredir, produzindo, pelo menos, tanto, tão bom e barato como os outros, é desperdiçar tempo, dinheiro, serviços, energias, esforços, inteligência, etc. etc. mais ainda, é cavar a própria ruina.

É o que tem feito o meu amigo, o Snr. Caldas de Oliveira, durante os 9 anos de sua gerência no S. Pedro.

Calcule-se o capital enorme, representado pela soma do trabalho, dos esforços, das energias, da inteligência, das tribulações de toda espécie, dispendidos no S. Pedro, pelo seu numeroso pessoal, durante 9 anos, em pura perda, sem aproveitar a ninguem!

A ninguém?

Assim o julgo; a Companhia P. Agrícola, pelo menos nada lucrou.

É princípio corrente que qualquer exploração industrial ou agrícola deve produzir, líquido, no mínimo 20%, sendo 10% remuneração do capital nela empregado, e 10% para renovação do seu maquinismo, o qual se calcula que deverá em 10 anos estar totalmente reformado de acordo com as inovações e os melhoramentos adotados na indústria que se explora. Fóra destas condições não poderá qualquer empresa prosperar e garantir seu futuro. O que não conseguir atingir esse nível chegará mais cedo ou mais tarde, inevitavelmente, á ruína.

O que se poderá esperar do S. Pedro, que desde o seu início se tem conservado estacionário, sem ter conseguido, ao menos, amortisar seu débito originário? Resta-lhe pela ventura, esperança alguma de melhores dias? Seu longinquo passado, e os relatórios do Snr. gerente, eloquentemente respondem: "Não!" Eu porém responderei: "Sim!" se abandonar a rotina. E o meu amigo, o Snr. Caldas de Oliveira, fadado para colher esses loiros, deixou que eles escapassem de sua frente por causa de sua extranhavel condescendência para com a diretoria da P. Agrícola!

São Luiz, Setembro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

O Engenho Central S. Pedro

III

Os princípios econômicos em que me estribei para estigmatizar a direção dada ao S. Pedro, são e verdadeiros, não temem contradita, em que peza aos rotineiros. Felizmente para nós já vem eles tendo curso no nosso mercado intelectual.

O exemplo da Fabril, magistralmente dirigida pelo muito inteligente Snr. Chrispim Santos, que comunga nos mesmos princípios, não teórica, mas praticamente, tem produzido benéfica impressão, e não ficará infrutífero.

O problema industrial vai, pois, sendo resolvido pela Fabril, Tecelagem, Industrial, Manufatureira, União, Sanharó, etc. As demais fábricas prosperarão logo que encontrem a mesma dedicação exclusiva que salvou aquelas outras: é só o que lhes tem faltado. O problema agrícola, porém, o primus inter pares, a base fundamental da grandeza e da prosperidade de todas as nações, sem exceção de uma única, jaz, entre nós, maranhenses, em estado letárgico, entregue aos cuidados e á solicitude da rotina, e ao nosso indiferentismo! É urgente sair deste marasmo; romper de vez com a rotina, que nos atrofia e nos tolhe os movimentos; repudiar a herança que nos legou a metrópole, e, por um esforço ingente e patriótico, salvar a nossa lavoura de total aniquilamento.

Não nos iludamos, a lavoura do Maranhão ainda existe, tem ela ainda um simulacro de vida por causa dos direitos protectores, que a amparam, e dos excessivos preços que atingiram os cereaes, devido a circunstâncias transitórias de todos nós conhecidas. Além de ser normal a situação que atravessamos - que não pode e nem deve se eternizar - constitue um perigo e um mal, encoberto com falso brilho a nossa pobreza e a nossa decadência, e favorecendo a indolência do nosso proletariado, já de si muito propenso á ociosidade. No dia em que forem suprimidos os impostos inter-estadaes, e nossos munguados produtos voltarem a preços regulares, ai da nossa lavoura, ai do nosso comércio, ai do nosso tesouro, ai de todos nós!

Aproveitemos, pois, o S. Martinho, que nos deparou a nossa baa estrela; façamos alguma cousa de util, de estavel para esta terra, que muito nos merece e tanto estremecemos. Não sejam as vacas gordas devoradas pelas vacas magras. O dia de amanhã deve encontrar-nos aparelhados para lutar com vantagem.

Venham todos dizer o que pensam em relação ao problema agrícola, que interessa no mais alto gráo o nosso Estado - asneiras, disparates, utopias, seja o que fôr, tudo serve. Do embate de todas as opiniões, de todas as idéas surgirá, com certeza, alguma cousa, em todo caso melhor do que o que temos, que é a anacrônica rotina, que nos levará irremediavelmente ao aniquilamento logo que desapareçam as causas, que a detiveram em sua carreira ruínosa.

Temos a experiência colhida no Engenho Central; que nos sirva ela de lição proveitosa. Maiores esforços, dedicação, inteligência e critério não poderia ele encontrar; entretanto nada lhe aproveitou - é ele hoje o que foi ontem e o que será amanhã, si teimar em continuar com os mesmos processos de cultura.

Está iniciada a discussão, Invoco o patriotismo dos Snrs. Drs. Pedro Leal, Christino Cruz, J. Marques, Fabio Leal (que embora longe, conserva o mesmo amor á pátria maranhense) do jornalismo do Estado, dos Snrs, Coronéis J. Leite, F. Souza, A. Silva, Fabricio C. e Oliveira, e de tantos outros profissionais, cuja opinião conviria muito ser conhecida.

Confio no patriotismo de todos esses distintos maranhenses e acredito que nem um só recusará as luzes da sua experiência e esclarecida inteligência para a solução de problema de tão vital interesse para o nosso Estado. Sua cooperação não se fará esperar, em falta de melhor, prosseguirei a dizer o que penso sobre tão momentoso assunto.

S. Luiz, Setembro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

IV

A ROTINA

A mitologia grega, com o aticismo e a poesia de que revestia seus mitos, encarnou em Sísifo os improficuos e inconsistentes efeitos da força bruta, quando entregue a seus únicos esforços.

Como é sabido, foi aquele desobediente personagem condenado pelos deuses a impelir sem cessar enorme pedra até o cume de alta e escarpada montanha, donde logo se desprendia e rolava pela encosta abaixo. De novo e sem descanso era levada pelo desgraçado a pesada pedra ao alto da montanha e ela sempre e sempre rolava e voltava ao ponto de partida!

Este mito é a pintura perfeita, completa e verdadeira da rotina no seu quotidiano, incessante e infrutífero labor. O que digo não é poesia, é a triste realidade. Quem duvidar oiça o que um tio meu, lavrador experiente e sensato, porém muito rotineiro, dizia em 1863, época em que havia eu resolvido dedicar-me á lavoura... (Oh! pensasse eu então como penso hoje!)

"A lavoura entre nós, disse-me ele, só vive de esperanças; não fôra esse fiel e inseparavel companheiro do lavrador, não mais existiria lavoura no Maranhão."

"Todos os anos vê o lavrador perdido o melhor do seu trabalho, malogrados seus árduos esforços, frustadas suas fagueiras esperanças de abundante colheita por causa - hoje da chuva, amanhã do sol, que foram de mais ou de menos, e de mil outros contratempos que não pode prevenir nem obstar."

"Si no fim de cada ano seus olhos não deparassem com as novas plantações, sempre prometedoras de mais abundante messe e não viesse então a esperança reanimar-lhe de novo o ânimo abatido, o lavrador desesperaria afinal, e não mais cultivaria a terra ingrata."

Ingrata, chamava ele a terra! Ingrata! a terra, que foi divinizada e adorada pela antiguidade pagã. Ingrata! Essa mãe sublime que crea indistintamente, com igual carinho, os próprios filhos, e os que lhe são inoculados nos seios, rasgando-se-lhe as carnes, que se não enfada quando lhe arrancam os filhos de suas entranhas em benefício dos que lhe são impostos, não cança, nunca cessa de produzir, e aos que a cultivam com esmero dá mil por um! Ingrata a terra!...

É a rotina quem lhe dá esse epíteto injurioso, é a rotina quem a converte em madrasta, é a rotina quem nos condena ao suplício de Sísifo!

Cultura brutal e penosa, cujas variadas operações são executadas só pelo esforço braçal do homem, sem o auxílio de instrumentos que as facilitem e suavisem; sistema agrícola que além de árduo, é dispendioso, é falaz e, na melhor das hipóteses, pouco rendoso e raras vezes remunerador; método de trabalho, que deixa o lavrador indefeso diante das irregularidades das estações, tão frequentes na zona equatorial.

Si falta chuva, não dispõe o lavrador de irrigação para supri-la, e é condenado a vêr com olhos injetados por cólera impotente, crestado e aniquilado por sol ardente todo o fruto do seu duro e afanoso trabalho! Si superabundam as chuvas, falta-lhe a drenagem para secar o terreno; contempla ele então com olhos rasos de lágrimas as tenras plantinhas afogadas, definhando, a pedir-lhe compaixão!

Nessas ocasiões o lastimoso rotineiro lança os olhos em roda de si, procura e não acha meio algum que obviar possa a destruição de suas plantações, o que, não raro, importa na fome, na miséria, na ruína da família!

Então se reconhece e se confessa impotente deante do fenómeno natural que á sua vista, dia a dia, como que escarnecendo e martirizando-o, destruiu todo o seu trabalho, suas esperanças, suas alegrias. Si ele é homem forte e sensato, cruza os braços, abaixa a cabeça, aguarda com calma a volta de melhores tempos; si porém é fraco e ignorante, atira-se aos braços da superstição, único recurso que lhe sagerem a ignorância e a credence que bebeu com o leite materno, e promete ao santo de sua devoção uma ladainha, uma novena, ou uma festa.

Além de exgotar o organismo do homem pelo esforço contínuo, incessante a que o obriga a rotina agrícola, tira-lhe a energia da alma, abate-lhe a coragem, destroe-lhe a confiança em si mesmo, essa força que opera prodígios e que é a mais poderosa alavanca da humanidade.

Na struggle for life que lhe foi imposta pela natureza, só uma alma de tempera privilegiada pode suportar impunemente os deletérios efeitos do sistema agrícola denominado "extensivo" e vulgarmente conhecido pelo nome de "rotina".

Eis o que a rotina, descrita imperfeita e pálidamente por quem a viu de perto - no sítio do caboclo - na fazenda do lavrador e conheceu e sofreu seus rigores por muitos anos.

S. Luiz, Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA NO MARANHÃO

A Reorganização do Trabalho

V

Estudarei hoje o problema agrícola por outra, não menos interessante, de suas faces.

Creio haver já provado á sociedade que os processos culturaes, ainda exclusivamente adotados entre nós, rudimentares e deficientíssimos, são insubsistentes - demais tem eles perdurado.

Constituem eles o abc da agricultura; ha muito tempo que não estão á altura da mais acanhada civilização; não podem absolutamente corresponder ás necessidades do momento, nem á condições atuaes da lavoura do Estado. A escravidão, não ha negar, foi, por dilatados anos, e até bem pouco tempo a pedra angular do sistema agrícola da então Província do Maranhão; era sobre o braço do escravo que repousava exclusivamente a nossa lavoura, essa fonte, porém, que a alimentava e lhe emprestava brilho aparente e fictício, secou de vez por honra nossa e para todo o sempre.

Ruiu ha 12 anos a geringonça que abrigava nossa imprevência e desídia; nem por isso emendamos a mão, nem siquer tentamos ainda adaptar aos novos elementos de trabalho os processos da cultura. Nada mudou ainda; estamos nas mesmíssimas condições em que fomos surpreendidos pelo trabalho livre; entretanto que nas ilhas de Hawai o valor da exportação em 1889 excedeu a de 1888 em 5.281.997 dolares (10 mil contos) segundo refere "Le Monde Economique"! Um aumento de mais de nove mil contos em um ano! E ainda ha quem ponha em dúvida os maravilhosos resultados da agricultura moderna!

Clama, ne cesses! Bradarei, até que fique gravado na consciência de todos que nossa situação é outra, mui diversa da que era ha 12 anos passados, e que a transformação por completo do método de cultura usado geralmente no Estado se impõe como uma necessidade fatal, inadiavel. Diversos são hoje os instrumentos de trabalho, diferentes, inteiramente outros, devem ser tambem os processos de cultura.

Acerca deste assunto não poderei dizer mais nem melhor do que o Dr. Germano Vert, cujas palavras peço vênia para transcrever:

"Ha poucos anos ainda, escreveu esse notavel agricultor, a lavoura não apresentava grandes dificuldades. A questão do salário reduzia-se á remuneração dos cabeças de cultura, administra

dores e outros. O mais, gado humano, que a fazenda mesmo sustentava, se achava sujeito ás condições económicas do gado em geral, não tinha mais exigências. O bom administrador mantinha-o em perfeito estado para dele poder tirar a maior soma de trabalho util etc.

"Não ha comparação possível entre o gado humano que possuía o lavrador e o trabalhador livre, ao qual tem ele de recorrer agora.

"A exploração estava organizada para ser trabalhada pelo braço escravo. De um dia para o outro, sem que nada mudasse no resto, a despeza do salário recaiu sobre a receita, que não fôra calculada para isso. É muito difícil em caso tal que o equilíbrio não esteja rompido; e que os lucros continuem efetivos.

"É necessário abrir decididamente os olhos, e persuadir-se bem que o passado é passado, e que nada poderá ressuscitá-lo.

"Em vez de lutar estérilmente para sustentar de um modo puramente artificial uma situação que não tem mais vitalidade e de procurar galvanizar um cadaver, fechemos de vez o capítulo e façamos nova vida para novos tempos."

É como pensam todos os que amam este Paiz, e desejam a sua prosperidade. Fóra do Maranhão não ha duas opiniões a esse respeito.

O Dr. Germano Vert, note-se bem, refere-se aos Estados do Sul da União, muito mais adeantados que os do Norte, e onde a agricultura tem ultimamente feito rápidos progressos, em boa parte devido a propaganda tenaz, infatigavel e nunca assaz admirada da Sociedade Nacional de Agricultura, presidida pelo benemérito Dr. Moura Brasil, e onde tambem a imigração estrangeira abastece amplamente a lavoura de braços válidos e amestrados.

A questão de braços para a lavoura assume entre nós importância capital, não só pela deficiência, que não é suprida por imigração de espécie alguma, e ainda mais por causa da emigração dos poucos que temos para os Estados seringueiros.

Este fato, que entristece todo bom maranhense, agrava sobremodo a desesperadora posição da nossa descuidosa e impassivel lavoura.

Voltarei ainda a este momentoso assunto, para investigar-lhe as causas e, conhecidas elas, o remédio ficará patente.

S. Luiz, Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A pequena lavoura e a emigração

VI

No meu último artigo denunciei a emigração do maranhense para os Estados do Norte, como um dos males que afligem nossa agonizante lavoura. Cumpre investigar as causas desse fenômeno para aplicar-lhe o remédio enquanto o mal não assume maiores proporções, como acontece no Ceará.

Naquele Estado, as secas, que se tem sucedido com frequência, explicam e autorizam o exodo que quotidianamente presenciemos; mas no Maranhão, onde não falta terra e fertilíssima, onde as estações são mais ou menos regulares, como explicar o fato?! Porque é que o maranhense emigra para o Pará e para o Amazonas, abandonando o lar, a família, tendo consciência de que vai, nos inhóspitos seringas daqueles Estados, afrontar a morte? Bem poderia ele repetir com o poeta: "Nos dulcia linquimus arva; nos patriam fugimus."

Porque foge ele? É a pergunta que acode á mente de todo aquele que não olha com indiferença para os interesses da coletividade.

É minha opinião: o maranhense obedece a uma lei natural, a mesma que impele o português para o Brasil, o italiano para a America do Sul, o irlandês para os Estados-Unidos, etc. etc. É a luta pela vida, lei a que já me referi em artigo anterior, e que é tão imperiosa e fatal como todas as mais que regem o Universo.

Não ha povo que emigre pelo só prazer de mudar de terra, para vêr novos climas, contraír novos hábitos e viver em terra "estranha entre gente que alheios males não sente."

Todo aquele que abandona o pátrio lar, á procura de nova pátria, é sempre arrastado por uma causa qualquer, em todo caso muito poderosa, imperiosa mesmo, que lhe torna a vida insuportavel na terra que o viu nascer.

Gozasse o proletário de conforto e bem estar no Maranhão, fosse menos árduo o seu trabalho, e mais rendosa sua pequena lavoura, com certeza não emigraria ele á procura do velocíno que, embora com risco de vida, acredita encontrar nas enganosas matas amazônicas.

Lancemos as vistas para o que se passa na pequena lavoura do Estado - a que mais atenção nos deve merecer pela sua fraqueza e ignorância. Escolhamos o homem mais trabalhador, mais

ativo e devassemos, com a devida vênia, a sua economia particular, a sua vida íntima.

Tem ele mulher e filhos para alimentar, vestir e educar. Não lhe faltam terras feracíssimas para... aforar. Verdade é que com facilidade e módicas condições obtem ele terras para lavar; mas possui, como únicos instrumentos de trabalho, além de seus braços, o facho, a foice, o machado, a enchada e o sacho.

A ferro e fogo consegue o nosso homem abrir um roçado, plantá-lo com os próprios braços e capiná-lo com as próprias mãos. Fica sujeito a todas as vicissitudes já descritas de falta de chuvas, alagação, lagarta, pulgão, voador, etc.

Admitamos entretanto que tudo lhe corra bem, e que teve ele abundante colheita. Mas... não possui ele carro, bois, nem cavalo para transportar seus produtos para a beira do rio ou para a vila; tem pois de pagar a condução ao negociante, a quem ele já deve por lhe haver comprado fiado e por preços exorbitantes, a fazenda grosseira que mal cobre a nudês a ele, á mulher e aos filhos. Não pode o pobre homem procurar preço para os seus gêneros, é obrigado a entregar tudo quanto colheu ao seu credor, mesmo porque foi essa a condição do fiado!

O negociante que empunha a espada de Brenno, e que não ignora qual o frete excessivo que tem a pagar, pelo transporte dos gêneros ao mercado consumidor, a esses dois polvos, conhecidos pelos nomes da Companhia de Vapor e Companhia Fluvial, e sabe ainda que, si não fôr recomendado ou amigo, corre de mais a mais o risco de vêr apodrecer no seu paiol, por falta de transporte, o arroz, o milho e a farinha que recebeu do lavrador, o negociante, repito, não paga, isto é, não dá dinheiro ao pobre homem, credita-o pelo que lhe apraz e... nem sempre salda ele a sua conta!

O Tesouro e as Intendências Municipaes também não se descuidam dos seus direitos, e a Companhia Costeira, levando os produetos da pequena lavoura ao Pará, ao Ceará, a Manáos consoma a.... espoliação.

Em resumo - o pobre lavrador foi esfolado pelo negociante da vila, pelado pelas companhias fluviais, assado pelo Tesouro e Intendências e devorado pela Companhia Costeira, porque foi sobre o produtor que pezaram todas essas clamorosas estorsões!

É preciso que os produtos da lavoura atinjam preços fabulosos para que, saciadas tantas voracidades, fique ainda ao produ-tor rasoavel remuneração do trabalho.. Nestas condições haverá al-guem que condene a emigração do pequeno lavrador do Maranhão? Co-

lhesse porém esse mesmo homem, por processos aperfeiçoados e mais suaves, o décuplo (sim o décuplo) do que colhe atualmente; fossem também menos vorazes as Companhias de Vapores, ficaria ele a cavaleiro do terrível fiado, obteria mais alto preço para os seus produtos e se abasteceria melhor e mais barato daquilo de que precisasse. Não seria rico, mas gozaria da -aurea mediocrita - tão decantada e onde se aninha a verdadeira felicidade neste mundo. Seria um homem feliz e independente; não cogitaria em abandonar a casa, a família e os seus amigos para ir se escravizar aos seringueiros do Amazonas.

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A grande lavoura

VII

Chegou a vez da grande lavoura. Vou chamá-la a contas, dizer-lhe verdades que a farão enrubescer; por mais áspera, porém, que seja minha linguagem, por mais rude a acusação, não tome ela em mau sentido a franqueza com que pretendo aponta-lhe as faltas cometidas. Sou um amigo, velho companheiro de jornada, a quem sangra o coração pelos erros passados, e ainda mais, por ter de verberar a impassibilidade, a cegueira ou a teimosia de seus irmãos mais novos.

"Oublions les faiblesses des hommes et souvenons nous des vérités qu'ils nous ont enseignées." (Voltaire)

A grande lavoura, isto é, a lavoura organizada, que paga salário, que dispõe de capitaes e de crédito, que tem á sua frente, para guiar-lhe os passos homens competentes, experimentados, lidos, o que tem feito ela, e o que pretende fazer? Quaes as tentativas, quaes os esforços por ela empregados para debelar a difficil situação em que a colocou a supressão repentina, sem preparo, do braço escravo que a mantinha? A resposta é difficil. Responderei por ela, e praza aos céus que possa eu ser contestado. A grande lavoura do Maranhão cousa alguma tentou ainda, nada cogita fazer, nem se preocupa com o futuro!

É esta infelizmente a triste verdade; entretanto era, é e será sempre e exclusivamente dever seu o promover o desenvolvimento e o progresso da agricultura. Esquece ela a grave e tremenda responsabilidade que peza sobre os hombros seus como arauto que é da lavoura, e o seu mais seguro guia.

Não é á pequena lavoura que incumbem as grandes reformas, a adoção de custosos aparelhos, de novos instrumentos de trabalho, as experiências dispendiosas e as tentativas arriscadas; falecem-lhe para isso absolutamente os meios; não dispõe ela de capitaes, de recursos, de instrução, de tempo, e não raro falta-lhe até terra para lavrar. A grande lavoura é em toda parte a fonte de onde emanam todos os progressos e todos os melhoramentos agrícolas; é ela a escola onde praticamente a pequena lavoura vê, estuda e aprende os novos processos de cultura e admira seus surpreendentes resultados; é ainda o fóco elétrico que ilumina toda

a lavoura das regiões vizinhas; é finalmente o espelho, que reflecte a pujança e a prosperidade da agricultura das nações.

O homem civilizado tem deveres para consigo mesmo, e para com sua família; tem também outros não menos sagrados, e quiçá mais importantes, para com a coletividade de que faz parte. De uns presta ele contas - á sua própria consciência e aos seus; dos outros - ao público e á sociedade, que tem o direito de julgá-lo com severidade e de condená-lo sem piedade.

É realmente correto o homem que não incorre na sanção das leis penaes e que só promove seus interesses particulares, sem ofensa de terceiros: melhor, porém, e muito mais util á sociedade é aquele que, direta ou indiretamente, contribue também para o bem geral. Um pode, com justiça, ser considerado bom cidadão; o outro porém é um benemérito; para aquele, quando morrer, as lágrimas da família; para este, as benções da posteridade, a gratidão de todos.

Pois bem, o lavrador abastado do Maranhão faltou tanto a uns como a outros desses deveres. Em relação aos primeiros, que chamarei egoistas, só direi por ora, que, sacrificando o presente, compromete ele o futuro da família. Havendo desprezado os segundos, isto é, os deveres altruistas, tornou-se réo de lesopatriotismo.

É devido aos erros da grande lavoura, e á sua incúria e desleixo que presenciámos, com magua, a invasão do nosso mercado pelo arroz da Índia, pelo assucar e pela aguardente de Pernambuco, pelo fumo da Baía, pelo xarque do Rio Grande, pelo sal de Mossoró e... fomos expulsos do mercado de milho do Pará pela República Argentina!!! Só nos resta presentemente a exportação de farinha de mandioca, cultivada aliás de Norte a Sul da República, e isso ainda quando as secas do Ceará e os altos preços da borracha elevam sua cotação!

Para suprir sua desídia e como remédio ás suas faltas, apela a grande lavoura para o patriotismo do congresso e, supplica, reclama, como medida de salvação pública que seja vedada a entrada, no nosso mercado, por meio de pesados impostos, aos productos agrícolas de outros Estados.

Que indústria reclame protecção aos poderes públicos, comprehende-se perfeitamente. É ella incipiente entre nós, não dispõe de capitaes abundantes e baratos, faltam-lhe ainda operários amestrados e zelosos, e luta tenaz e corajosamente com a concorrência estrangeira, que tem tudo a seu favor. Sem eficaz protecção, nossa nascente indústria será esmagada pela concorrência de paizes muito mais adiantados.

A favor da agricultura do Maranhão não militam as mesmas razões. Conta ela muitas dezenas de anos, lavra terrenos que nada deixam a desejar, não flagelados por grandes cataclismos, e... para vergonha nossa, a concorrência que teme é a de ir mãos coevas!

Perante a sociedade maranhense a grande lavoura não tem pois defesa. É realmente para entristecer. Repetirei: Oxalá possa eu ser contestado.

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A grande lavoura

VIII

No terreno em que encerrei a questão agrícola, no artigo anterior, nem todos me acompanharão. Infelizmente é ainda em geral o interesse individual o movel das ações; sempre que lucro imediato não advenha, entende a maioria que ninguém é obrigado a fazer ou não fazer qualquer cousa.

Na espécie que analiso, não é só o interesse da coletividade que espera; é a própria conveniência do lavrador, são os sagrados deveres para com a família que o aconselham... aconselham?! ... impõe-lhe a transformação sucessiva do seu método de trabalho, adotando hoje os arados, amanhã o estrume depois a irrigação, e assim sucessivamente, até completar esse grandioso monumento, conhecido pela denominação de sistema intensivo de agricultura.

Não me proponho fazer um curso de agronomia - falta-me para isso competência; restringir-me-ei, pois, a traços geraes, simples croquis que dêem idéa aproximada desse bicho de sete cabeças.

Lavrar, estrumar, plantar, capinar, irrigar, drenar e colher são as principaes operações do método intensivo. A irrigação e a drenagem, sendo aliás a perfeição do sistema, ordinariamente dispendiosas, por dependerem, na maioria dos casos de custosas obras darte, virão depois. Mesmo o estrume poderá ser dispensado nos primeiros tempos. O solo do nosso Estado é bastante fértil e não está ainda esgotado; poderá perfeitamente suportar algumas lavras, sem precisar de ser estrumado.

A necessidade primordial fica pois reduzida aos arados, que devem vir já e já na frase do saudoso Ezequiel. Arados para lavar, arados para plantar, arados para capinar, arados para ceifar (si for o caso). A tração poderá também ser animal em princípio. Portanto nada mais fácil e barato para ensaiar-se a transformação do nosso primitivo sistema de cultura.

São tão corriqueiras as vantagens do arado, que é com vexame que vou enumerar as mais salientes:

- 1º) Facilita e suavisa o trabalho, e torna-o atraente.
- 2º) Dispensa grande número de operários. Um aradeiro, uma creança e 6 ou 8 bois, fazem o serviço de 20 homens vigorosos!
- 3º) Permite salários mais elevados e convidativos.
- 4º) O terreno lavrado produz em muito maior quantidade. Só os troncos e os madeiros que alastram os roçados ocupam 20% de sua área.

- 5º) Os produtos são de melhor qualidade.
- 6º) Barateando os produtos aumenta o consumo.
- 7º) Traz as plantações para as vizinhanças da Fazenda.
- 8º) Torna-as fixas - sempre no mesmo terreno.
- 9º) Dispensa grandes boiadas, muitos carros e carreiros.
- 10º) As estradas, sendo de curta extensão, e sempre as mesmas, podem ser bem preparadas e cuidadas.

11º) Os terrenos lavrados conservam por mais tempo a humidade, devido às leis da capilaridade. Em resumo: a cultura torna-se mais suave, mais fácil, mais econômica, e muito mais remunerada.

Diante de tantas vantagens como explicar a repugnância, a resistência da lavoura do Maranhão em adotar o arado? Entre papéis velhos deparei, ha tempo, com uma tira escrita a lapis, que dizia mais ou menos o seguinte:

"O lavrador é incapaz de, haurindo forças de sua própria energia, romper com a rotina que o traz acorrentado.

"Alquebrado e desalentado, não mais dispõe ele dessa fé viva que faz milagres; falta-lhe esse - querer - que tudo pode; fé e querer; únicos capazes de grandes empreendimentos, e de resoluções heróicas.

"Pretender que o lavrador rotineiro, si bem que acredite nos prodígios da cultura intensiva, abandone processos que, de geração em geração, chegaram até seus dias, é não conhecer a natureza humana, é negar a força irresistivel do hábito, é olvidar os estragos moraes da rotina."

Passados tantos anos ouvi o grito de angústia da razão em luta com a inércia e a apatia do meu espírito, abroquelado com o hábito e o desalento, que invadia a alma do lavrador daqueles tempos, e a tornava incapaz de qualquer iniciativa!

Serão ainda as mesmas causas que atuam no ânimo da nossa lavoura? Será essa a explicação natural do seu censuravel procedimento?

Seja, porém como fôr, custe o que nos custar, forçoso é romper de vez com o passado. Nossos processos de cultura, atendam bem, não permitem pagar-se salário; sem salário remunerador nunca terá operários a lavoura; sem operários não pode existir a lavoura. Não ha por onde fugir - é fatal; é como diz o povo: ou dente ou queixo.

Ha entre nós lavrador que possa jatar-se de pagar salário aos seus trabalhadores? É irrisório o salário que pagamos, e si soubessem em que espécie, muitas vezes ele é pago... silêncio; digamos sómente que nem sempre vhega ele para alimentar o pobre coitado. É por isso que ele se vinga trabalhando o menos que pode.

Tudo pois aconselha o lavrador maranhense a converter sua lavoura improdutiva em produtiva lavoura, de modo a poder ela concorrer com a dos outros Estados, e dispensar favores públicos, que nos envergonham perante nossa própria consciência.

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A divisão do trabalho

IX

Como é geralmente sabido, o objetivo de qualquer exploração, seja agrícola, seja industrial, é: - produzir simultâneamente o máximo, o melhor e o mais barato.

Ensina a ciência econômica que é só pela divisão do trabalho que se pode conseguir completamente esse desideratum. Este princípio, verdadeiro e universalmente aceito, desde muito tempo goza dos foros de um axioma, e quem o não conhecer procure saber como são fabricados os alfinetes, as agulhas, as cartas de jogar, etc. Demais é facil imaginar-se quaes a agilidade, a destreza, e a perfeição que adquire um operário, que, da manhã á noite só executa a mesma operação.

Uma gentil senhorita, que aliás não passa os dias junto ao seu piano, adquire todavia perícia e destreza taes que, ainda mesmo ouvindo os doces murmúrios do seu coração a recordar-lhe segredos do último baile, seus dedos distraídamente deslizam sobre o teclado, sem errar uma nota! É incomensuravel o poder do hábito e lord Wellington dizia que ele vale por dez naturezas.

Referiu-me médico muito sério que foi chamado para medicar um homem que estava envenenado. Habitado, ha longos anos, a tomar todos os dias, certa dose de arsênico, nesse dia se havia esquecido e daí todos os sintomas de envenenamento que nele se notava.

Poucos são os gêneros da lavoura a que se possa adaptar o salutar princípio da divisão do trabalho. Em geral os produtos agrícolas não são expostos á venda no estado em que são colhidos, a maior parte deles necessita, mais ou menos, de preparo antes de ser dada a consumo. O arroz, vg., depois de colhido, é batido, ventilado e por último pilado para ser então consumido; a farinha é produto fabril da mandioca e assim o café, assim o cacáu, o trigo, etc. ...

Está ao alcance de qualquer distinguir no conjunto de todo o processo agrícola duas séries de operações inteiramente diversas; umas, propriamente culturaes, tem seu campo de ação extra-muros, nos terrenos lavrados; outras fenuinamente fabris, são executadas intra-muros, nos salões das fazendas. Cada uma dessas duas séries de operações exige instrumentos e aparelhos diferentes e apropriados, e também aptidões e conhecimentos especiaes. É a separação completa, absoluta, dessas duas séries de operações que a agricultura deve, principalmente, os rápidos e prodigiosos progressos que tem realizado nestes últimos tempos e que a todos assombram.

Na lavoura de cana torna-se ainda mais imperiosa a necessidade da separação do fabrico do assucar do cultivo de cana. Esta gramínea atinge seu completo desenvolvimento e adquire boas condições de manipulação no fim de 12 a 14 meses de vegetação.

Segue-se desse fato que o fabrico do assucar coincide com o cultivo da cana para a futura safra. Ora o fabrico do assucar é tão complexo, necessita de tantos aparelhos diversos e tão complicados que a atenção do fabricante de assucar não pode absolutamente ser distráida pelos cuidados com o cultivo da cana. A Acumulação sob a mesma direção de serviços tão diferentes e, direi mesmo, divergentes, é prejudicial a ambos; quer um, quer outro sofrerá imensamente.

O fim principal do estabelecimento de Engenhos Centraes para fabricação de assucar, foi justamente a separação da cultura do fabrico.

O nosso Engenho Central S. Pedro, iniciou seus trabalhos obedecendo a esse preceito agrônômico; faltando-lhe, porém, a intuição clara e perfeita de seu verdadeiro interesse, converteu os fornecedores de cana, que deveriam ser seus cooperadores e seus consócios, em miserandos forçados. Faltou ele à fé dos contratos, que só foram obrigatórios para uma das partes, impôs e extorquiou-lhes concessões leoninas; exgotou-lhes os recursos financeiros, arruinou-lhes o crédito e não os levou ao desespero porque é inexgotavel a paciência do brasileiro.

Nessa triste posição o que poderia tentar o honrado e paciente fornecedor no sentido de aperfeiçoar o cultivo de cana? Era ele forçado, pelos apuros em que sempre vivia, a abrir grandes roçados com o fim de vender maior quantidade de lenha, para remir suas urgentes necessidades, e tambem porque canas novas pesam mais do que as de soca, se bem que contenham menos sacarose. Nem podia deixar de ser assim. O fornecedor nada lucrava com a maior riqueza sacarífica das suas canas; a questão era só de peso, que era o critério e única base para o fornecimento. Nos últimos tempos (depois do asno morto) chegou a Companhia a acordo, que calo por honra sua.

Para as diretorias da P. Agrícola a riqueza sacarífica da cana foi sempre considerada cousa de nonada, nunca lhe ligaram a mínima importância. Entretanto era exclusivamente da maior porcentagem de assucar que dependia a salvação do S. Pedro; ainda hoje é da riqueza da cana que estão dependentes a sua reabilitação e prosperidade, riqueza que só um cultivo muito aperfeiçoado pode dar.

As grandes vantagens da divisão do trabalho falharam, portanto, completamente entre nós; o resultado da experiência foi negativo, não ha negar; mas não lhe inculpem faltas alheias. O princípio é verdadeiro, de resultados infalíveis, quando executado critériosamente.

O bisturi tambem, nas mãos de habil cirurgião é uma garantia, nas de um charlatão, é uma ameaça, é um perigo.

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A educação do operário

X

Um dos mais graves erros cometidos pela Companhia Progresso Agrícola consistiu em nunca ter ela querido associar seus fornecedores de cana aos lucros da fábrica, como lhe aconselhava o próprio interesse, e lhe foi imposto pelo decreto que lhe concedeu garantia de juros, obrigação que ela sempre ocultou para não cumprir.

O comércio compreende perfeitamente as vantagens da associação dos seus empregados nos lucros do negócio; é um estímulo, uma recompensa e uma garantia, que harmonizam interesses recíprocos.

Pernambuco também adotou o mesmo princípio nos contratos de fornecimento de canas. Por esse sistema o fornecedor recebe de 8 a 20\$ por tonelada, de acordo com a cotação do assucar na praça de Recife, e por causa das oscilações do preço, as liquidações são feitas por quinzena. A Progresso Agrícola, que havia contratado o fornecimento de cana a 7\$ por tonelada, foi baixando o preço e por último nem 5\$ podia pagar, como confessou sua diretoria em documento oficial!

A participação do trabalhador nos lucros da lavoura (além do salário fixo, que nesse caso poderá ser menor) é de alta conveniência em qualquer exploração, bem organizada. O operário que esse estímulo não tornar assíduo ao serviço, dedicado, interessado na prosperidade da exploração, deve ser despedido como incorrigível.

Quando não seja possível associar todo o pessoal de uma lavoura por causa das contínuas mudanças, os empregados, pelo menos, os que vencem ordenado fixo, devem ficar sujeitos a essa regra de alta moralidade, e de grande alcance.

Em todo caso, porém, a experiência deve ser tentada no todo, como meio de atrair e de localizar o trabalhador. Mas... que haja seriedade e sinceridade. O nosso homem do campo é uma sensitiva; à mais leve suspeita, perde ele a confiança e nada mais se consegue. Todo superior hierárquico deve inspirar e merecer confiança absoluta dos seus subordinados, si quizer ter força e autoridade reais sobre eles; assim também o lavrador em relação ao seu pessoal operário.

Não é este, porém, o único meio a tentar no intuito de morigerar e de melhorar a condição do Operário; vou sugerir alguns outros, que se me afiguram não menos eficazes e importantes.

Em todos os estabelecimentos agricolas de certa ordem figura a muito conhecida - casa de negocio - cujos lucros são auferidos pelo proprietário da fazenda (e dizem as más línguas que é o que mais lhe rende) ou por outros com sua licença. É o caso do Central S. Pedro e da Usina Castelo.

Não entro na apreciação das vantagens ou desvantagens da admissão de negociantes na séde dos estabelecimentos agricolas. O fato que pretendo acentuar é que os lucros de todas as operações commerciaes desses dois importantes centros de atividade e movimento, são auferidos por pessoas extranhas, inteiramente alheias aos interesses das duas companhias, individuos a a quem não prende laço algum de afeto ou simpatia, que só visam os lucros de seu negocio, e que nem sempre retribuem com gratidão a permissão que lhes é liberalmente concedida. Pois bem, si no S. Pedro, no Castelo e em todos os estabelecimentos da grande lavoura fossem creadas pequenas cooperativas em beneficio dos próprios operários, seria isso medida de enorme e incalculavel resultado.

Si as dezenas e mais dezenas de contos de réis que os negociantes do S. Pedro e do Castelo conseguem acumular anualmente, de mão beijada, sem o mínimo beneficio para as duas Companhias, revertessem para os próprios operários, teriam melhor, mais justa e util applicação. Seria um dos meios de baratear-lhes a vida, de aumentar-lhes o salário, de interessá-los e de prendê-los á fábrica. Não é nehuma bicho de sete cabeças a medida por mim lembrada, nem invenção minha. Na Inglaterra, é sistema velho, muito usado, principalmente nos centros manufatureiros, de resultados sempre certos e surpreendentes.

Smiles, em um dos seus sensatos e apreciados livros occupa-se longamente deste assunto e fornece dados muito curiosos.

Só o nome de - cooperativa - é um espantalho entre nós e corre parelhas com o de Panamá. Não sirva, porém isso de obstáculo á realização de uma idéa util. Mudem-lhe o nome, deem-lhe outra organização; sejam elas montadas por conta dos estabelecimentos agricolas, e sob fiscalisação acurada do proprietário ou de seus prepostos. Que os lucros sejam distribuidos pelos operários, na proporção do que cada um houver consumido, essa é que é a idéa capital.

Enfim, a lembrança aí fica para quem quizer realizá-la e não duvido garantir que se não arrependerá.

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A educação do operário

XI

Ocupar-me-ei ainda com a educação do nosso trabalhador. Suas relações com o lavrador merecem ser também estudadas, visto como influem elas grandemente na marcha regular dos trabalhos da lavoura.

Si por um lado raros são os trabalhadores dignos de estima e de atenções da parte do lavrador, por outro também não abundam lavradores que se tornem credores de simpatia e da gratidão do seu pessoal operário - poucos são os que tem compreensão clara e positiva dos seus direitos e deveres recíprocos.

Não basta elevar o salário aos operários, dar-lhes participação nos lucros e crear cooperativas em seu benefício, é mister ainda mostrar-lhes quaes os seus direitos, ensinar-lhes quaes os seus deveres, e principalmente ganhar-lhes a confiança, a estima e o respeito, em uma palavra - importa conquistar-lhes o coração.

Por ínfima que seja a profissão que abraça o homem, assim como ela crêa e impõe-lhe deveres, assim também confere-lhe direitos. Como é sabido - não pode existir um direito sem um dever correlativo, e vice-versa. Si os operários soubessem quaes os seus direitos, si os vissem acatados e respeitados, e se conhecessem também quaes os seus deveres, não seriam eles tão remissos em cumprí-los.

O homem rústico, em geral, tem o instinto e a fidelidade do cão; ele conhece por intuição a natureza do sentimento de que é objeto e procede de acordo com o que sente e percebe intuitivamente. Sua índole é boa, seus hábitos é que são péssimos, pela influência do meio em que vive - tem ele um fundo de honestidade natural admiravel. Durante minha vida de lavrador, que não foi curta, só encontrei um velhaco entre os nossos campônios; entretanto posso referir muitos fatos que qualquer de nós se honraria de haver praticado.

Cultivemos essa excelente índole, procuremos desenvolver os bons instintos que ele possui em abundância, não com o terror da cadeia, nem do inferno, mas com benevolentes admoestações; não só com palavras, mas com boas maneiras, e respeitando sempre sua dignidade de homens; esforcemo-nos por desarraigar-lhes os máus hábitos com brandura e com bons exemplos, e os frutos dêsse

cultivo não se farão esperar. Este modo de proceder não dispensa nem exclue a energia e a disciplina quando forem necessárias, mas sem violências, sem aspereza, sem grosserias, de forma que corrija mas não humilhe nem degrade.

No escravo sempre respeitei o homem, no operário deve-se respeitar o cidadão.

"Diz profundo pensador que lucra mais o homem com a educação que dá a si próprio, do que com a que ele colhe nos livros." Não há dúvida de que a educação que o homem adquire na grande escola do mundo, na sociedade que frequenta, isto é, a prática da vida, serve melhor para guiá-lo nas suas relações sociais, no manejo dos seus negócios, do que aquela que ele pode colher no seu gabinete de estudo.

Aplicando esta doutrina ao nosso trabalhador, onde poderá ele encontrar essa escola? Nas senzalas das fazendas onde reside? Nas tavernas dos negociantes que ele frequenta? Nas palestras com os seus companheiros? Em qualquer desses lugares encontra ele exemplos edificantes, conceitos que esclareçam e iluminem seu espírito?

Não, certamente. Só lhe resta, como meio de aprendizagem, de educação, as suas relações com o pessoal administrativo das fazendas. Si estas não forem, quando não lhanas e afáveis, cortezes pelo menos; se não ouvir ele palavras despidas de aspereza que o convençam sem o molestar, nem o revoltar, ficará o pobre homem entregue exclusivamente á influência do meio em que vive.

Regra geral: os chefes da lavoura - proprietários, administradores, feitores, etc. - só querem trabalho; o negociante do mato vive aferrado ao ganho; para este o trabalhador é um freguês explorável; para aqueles não é mais do que um instrumento, uma máquina de trabalho. Não é por este meio que se governam homens livres, nem se conquistam vontades e afeições.

Estive últimamente mais de um mês na Usina Castelo Procurei estudar aquela gente; coloquei-me ao nível do seu entendimento para sondar-lhes a alma e o coração, e fiquei surpreendido com o que encontrei. "Antes de compreender a educação de uma raça, por tanto tempo mergulhada nas trevas, diz criteriosamente H. Stanley em relação à raça africana, devemos abandonar por uma vez a contínua enumeração dos seus vícios, e esforçar-nos antes por cultivar algumas das virtudes que ela possua; porque deve ser por meio das suas virtudes, e não dos seus vícios, que se poderá levantá-la do estado de abjeção em que jaz."

É o caso do nosso operário. Com o trabalho perseverante da parte de todos os lavradores, conseguir-se-á, embora lentamente, não direi transformar, mas tornar melhores nossos operários. A índole é boa, repito, principalmente nos de origem africana, os hábitos é que são máus e inveterados, suscetíveis porém de ser extirpados.

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A cultura intensiva

XII

As enormes vantagens, os surpreendentes resultados da cultura intensiva só podem ser contestados por espíritos emperrados, re^{tró}grados, desses que sistematicamente cerram os olhos para não vê^r e tapam os ouvidos para não ouvir; homens gastos, que vivem voltados para o passado, dando as costas ao presente, não se importando com o futuro.

Ha também outra espécie de gente, mais perigosa, porque tem espírito, e emprega-o em contestar tudo quanto é geralmente acei^to, e em ridicularisar todas as aspirações por mais elevadas e desin^{ter}essadas que sejam - entes ociosos, almas ressequidas, sem elasticidade bastante para vibrar sob a ação de sentimentos generosos. Uns e outros não são dignos de que alguém com eles se ocupe; deixá-los á louca aspiração de pretender tapar o sol com a mão.

Já tive ocasião de dizer que não pretendia fazer um curso de Agronomia, para o que me falece absolutamente competência; porém para os lavradores que crêem e aos quaes só falta iniciativa para agir, direi mais algumas cousas sobre a cultura intensiva e depois apresentarei alguns exemplos, colhidos ao acaso, com o intuito de lhes fortalecer o ânimo.

Deveria entregar a pena aos Snrs. Coronel Souza e Dr. Marques, este como agrônomo e discípulo distinto da Escola de Grignon e aquele como agricultor para quem o arado não tem mais segredos.

O Snr. Coronel Souza, com a correção que o caracteriza, correu solícito ao meu apelo; mas só para dizer-me que ha 9 anos emprega instrumentos aratórios no seu engenho Tijuca.

Foi um simples pretexto á minha afirmativa, mas que ficou sem eco.

O Dr. Marques tambem não se fez esperar, e magistralmente encetou uma série de artigos que merecem ser lidos com atenção, porém movido antes pelo prazer de corresponder á gentileza do meu convite, do que pelo desejo de ostentar autoridade.

Penhorado pela graciosidade desses distintos amigos, devo todavia ponderar-lhes que, em frente ao triste porvir que se nos antolha, nenhum bom maranhense pode conservar-se inativo, e indiferente aos males que nos ameaçam, oriundos da nossa crassa ignorância dos mais rudimentares principios da ciência agronômica e da deploravel desidia dos nossos lavradores. Um com a sua competência, atestada por uma escola famosa, que não barateia seus diplomas de habili-

A LAVOURA DO MARANHÃO

A cultura intensiva XIII

O encadeamento de idéas, afim de chegar a conclusões que pretendo demonstrar, obriga-me a repetir o que é geralmente sabido.

No reino vegetal, como no reino animal, todos os indivíduos aspiram e expiram, alimentam-se (alguns são até carnívoros) bebem, dormem, vigiam e andam a seu modo. Haurem os alimentos, convenientes à sua natureza especial, da terra, pelas suas radículas e da atmosfera pelas suas folhas.

A atmosfera está fora do poder do homem, mas justamente por esse motivo a Providencial Sabedoria a fêz idêntica por toda a superfície da terra, seus elementos constitutivos são os mesmos em todos os pontos do globo terrestre.

Com o solo não acontece o mesmo. É ele desigual por toda a parte; apresenta a cada passo variadas configurações e seus elementos constitutivos diferem radicalmente dentro de circunscrições limitadas. O homem exerce sobre o solo sua onipotência - po de modificá-lo e transformá-lo à vontade.

A terra, pròpriamente dita, não tem valor algum como agente vegetativo. Não é ela mais do que o laboratório onde a Natureza manipula os elementos nutritivos do reino vegetal; é o reservatório onde ela os deposita e acumula; é ainda o veículo de que se serve a Natureza para os fazer chegar às radículas das árvores.

É também a terra o support do reino vegetal, para que se possa êle firmar, manter-se erecto; resistindo à ação dos ventos, na posição conveniente à sua nutrição e de modo a desempenhar a missão que lhe foi confiada pela Natureza no gradioso plano da criação e organização do mundo terraqueo.

Que a terra, de si mesma, não tem fôrça vegetativa, é facil de conceber-se; e experiências várias o tem demonstrado. No vidro moído, adicionando-se-lhe os princípios nutritivos necessários, tem vingado plantas e obtêm-se exuberante vegetação.

A conclusão a tirar do que fica exposto é que o solo é o que o homem quer que êle seja e produzirá o que êle entender que deva produzir, levando em conta as condições climatéricas. Daí a necessidade e a utilidade da agronomia que o Conde de Gasparin define: ciência que ensina os meios de obter produtos agrícolas da forma mais perfeita e econômica.

A agronomia ensina pois os meios de suprimir tôdas as faltas do solo e de suprimir todos os seus excessos; por outras

palavras - a agronomia, depois de estudada a centralização do terreno que pretendemos lavrar, ensina os meios de dar-lhe os princípios nutritivos que lhe faltaram e de suprimir ou modificar os que forem prejudiciais, tudo de acôrdo com as exigências do vegetal que quizermos cultivar, de modo a produzir esse terreno o máximo, o melhor e o mais barato em relação à cultura que tivermos de explorar.

A agricultura hodierna está portanto aparelhada para enfrentar tôdas as eventualidades contrárias; seus processos são certos, infalíveis, quando aplicados com inteligência, critério e perseverança. O trabalho metódico e inteligente não pode deixar de dar resultados remuneradores, principalmente armado com os poderosos e perfeitissimos instrumentos agrários modernos e guiado pelos ensinamentos da agronomia.

A agricultura não é mais uma arte, segundo Gasparin, seus processos não são empíricos, podem ser deduzidos de princípios científicos e a agronomia, que compendia e desenvolve esses princípios até suas últimas consequências, é uma verdadeira ciência técnica, produto de muitas ciências puras.

S.Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A cultura intensiva

XIV

Afirmar em um de meus artigos anteriores que, nos primeiros tempos, não teremos necessidade imprescindível de estrumar a terra. Nosso solo não está exausto em zona alguma do Estado; por toda a parte tem ele ainda fertilidade bastante para poder dispensar fertilisantes nas primeiras lavras. O arejamento pelas correntes atmosféricas e a ação química dos raios solares entre a primeira e a segunda lavra, cujo intervalo nunca será inferior a três meses, serão suficientes para revigorá-lo.

Ainda outra razão que removerá todas as dúvidas. O milho, o arroz, a mandioca, o algodão, etc. principaes gêneros de lavoura que plantamos (não disse cultivamos) são plantas anuaes e no Maranhão ninguém planta, em dois anos consecutivos, o mesmo terreno, de sorte que as roças só produzem uma colheita que com certeza não esgota a terra.

Ainda mesmo quando assim não fosse, esses vegetaes tem a mesma espécie de raizes - muito superficiaes e não atingem as camadas inferiores do solo que também bastante férteis, ainda estão intactas, e as aivecas dos arados as farão vir à superfície. É por essa razão que a cana, não sendo anual, pouco esgota a terra, visto como suas raizes são também pouco profundas e basta revolver o terreno para que essa gramínea se desenvolva perfeitamente.

Há porém pessoas, alias muito competentes, como o Dr. J. A. Coqueiro, que entendem que o arado deve ser acompanhado dos estrumes, etc.

Confessando a competência do tão distinto agricultor, sinto discordar da sua, para mim muito valiosa, opinião. Mas entendamo-nos.

Não contesto que o estrume aproveite sempre e em todos os casos; o que sustento e afirmo é que por hora não é ele de absoluta necessidade; não constitue condição sine qua, como acontece com os arados.

É óbvio que lavrando-se todos os anos e sempre o mesmo terreno, ele se esgotará afinal e o estrume se tornará então indispensável. Exigi-lo antes dêsse tempo, seria dificultar e demorar a adoção do arado que convem facilitar e apressar por todos os meios imagináveis.

Essa sofreguidão, que muitos não conseguem dominar, de adotar logo e logo tôdas as variadíssimas operações da cultura intensiva, me parece ter sido o escolho que fez naufragar algumas tentativas já aventadas entre nós. Esses ensaios, conduzidos pau latinamente, com critério e perseverança, teriam vingado com certeza e não derramariam o desânimo no seio da lavoura, já de si incrédula e desconfiada.

Si há entre nós quem possua conhecimentos técnicos e capitales suficientes, não hesite em montar estabelecimentos agrícolas, adotando desde logo todos os modernos processos de cultura.

Todo aquêle, porém, que não estiver nesse caso especial, e, por deficiência de instrução agrícola, precisar de algum tirocínio, aconselha a prudência que principie pelos rudimentos do sistema, sem aventurar-se a grandes tentamens.

O difícil é o primeiro passo; depois, a experiência adquirida irá guiando o neófito e em tempo mais curto do que se supõe, terá êle avançado muito, sem abalos, sem interromper sua cultura rotineira, isto é, sem lucros cessantes e sem arriscar perdas irreparáveis.

Em abono das minhas idéas basta-me citar dois fatos, um deles garantido pelo testemunho do venerando mestre e meu respeitável amigo, o Dr. Pedro Leal.

O Dr. Teófilo Leal, de saudosa memória, lavrador muito inteligente e ilustrado, teve, no seu engenho Lincoln, um pequeno campo arado para suas experiências culturais e durante oito anos consecutivos, tantos quantos foram os das experiências, nunca houve necessidade de estrumá-lo.

Obtive também do Snr. Dr. José Domingues da Silva, notavel lavrador de cana em Pernambuco, por intermédio do jovem amigo, Dr. Paula Amaral, informações completas sobre o cultivo dessa gramínea. Resumirei a notícia que me foi gentilmente fornecida, para não abusar da benevolência do "Jornal", mas não me posso furtar ao dever de apresentar ao distinto agricultor pernambucano meus cordiaes agradecimentos.

A cana, em Pernambuco, é geralmente cultivada a arado e plantada em sulcos distantes 50 centímetros uns dos outros e com a profundidade de 10 a 12 centímetros.

O hectare de canavial produz em média 100 toneladas e fornece três cortes em boas terras.

O tempo de poisio é apenas de 4 anos. Em trocos miudos, isto quer dizer - que os canaviaes duram 3 anos e que depois o terreno repousa 4 anos, findos os quais volta a ser canavial por ou-

tros 3 anos e assim sucessivamente (os canaviaes do engenho Trama-
huba davam 5 cortes à vontade, os do engenho Kadoz, de 7 a 8).

A densidade do caldo da cana é de 12 a 13º Baumé e a por-
centagem em assucar extraído (primeiro, segundo e terceiro jatos)
é de 8%.

A cana fornecida às Usinas é paga observando-se a seguin-
te regra:

Quando o assucar de 1ª qualidade obtem no mercado a cota-
ção de 2\$400 a arroba, a cana é paga a 8\$000 por 100 arrobas. Si a
cotação do assucar branco sobe ou desce 100 réis em arroba, o pre-
ço da cana aumenta ou diminue 400 réis em 100 arrobas.

Quando estas informações me foram ministradas o assucar
branco era cotado a 8\$000 por arroba e as canas estavam sendo pa-
gas a 30\$400 por 100 arrobas, o que corresponde a 20\$200 por tõe-
lada!!

Abstenho-me de comentários que estão ao alcance ainda
mesmo de profanos.

Este ponto parece-me que ficou líquido. No nosso caso a
indispensável condição, o inadiável é o arado - tudo mais virá, na-
turalmente a seu tempo, pela fôrça irresistível da cousa em si mes-
ma.

O arado obrigará ao estrume, este à irrigação e assim
chegaremos forçosamente ao sistema intensivo completo.

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A cultura intensiva

XV

Para fazer-se idéa aproximada do extraordinário poder dos processos empregados pela agricultura moderna, e dos seus estupendos resultados, referirei alguns fatos colhidos ao acaso, que tornarão patentes o nosso atrazo e inferioridade em relação a outros povos muito menos favorecidos pela natureza do que nós.

Principiarei pela cana que ainda goza da minha predileção.

A beterraba, famosa e terrível rival da cana, continha originariamente de 4 a 6% de sacarose. Devido exclusivamente à perfeição do seu cultivo, contem atualmente de 16 a 20%—

Ainda mais. Notaram os fabricantes de assucar que as beterrabas menores eram mais ricas de sacarose do que as grandes e muito desenvolvidas. Por esse motivo, estabeleceram êles diferença no preço de umas e outras. Pois bem os agricultores tiveram a habilidade de reduzir, pelo cultivo, tôdas as beterrabas às dimensões que eram mais convenientes e passaram a produzir só beterrabas pequenas e mais ricas de sacarose! Isto é simplesmente maravilhoso!

Os perfeitíssimos aparelhos de fabricação de assucar conseguem extrair da beterraba tôda a sacarose que ela contem. Diariamente se analisa no laboratório químico da Usina o caldo da beterraba e, verificada a sua porcentagem em assucar, é êle todo infalivelmente extraído. Si por acaso é notada alguma falta, o empregado técnico da Usina procede a minuciosas investigações até descobrir e remediar a perda observada. O que diz a isto o nosso S. Pedro?...

A cana, dotada pela Natureza com 18% de sacarose, tem degenerado em nossas mãos e talvez que presentemente nem 14% contenha ela. E o que é ainda mais para lastimar-se, não extraímos 50% do pouco assucar que nossa incúria lhe deixou.

Entretanto a cana, como vimos, era originariamente muito mais rica de sacarose do que a beterraba!...

Querem agora vêr até onde pode elevar-se a cana, quando entregue aos cuidados de quem sabe cultivá-la? Leiam a notícia do "Monde Économique" transcrita pelo Jornal do Comércio do Rio. Trata-se da República das Ilhas de Hawai e do desenvolvimento que lá tem tido o cultivo da cana e o fabrico do assucar.

Diz o Monde Économique:

"Graças a análises regulares, feitas pelo laboratório da Associação dos Plantadores, logo que acontece baixar a cana, esse inconveniente é imediatamente removido pelos processos mais eficazes. Daí os resultados que nunca teriam podido sonhar os plantadores antigos, que se dagam por felizes com uma produção média de 10

toneladas de assucar por hectare e de cana, ao passo que hoje, devido aos estrumes, às irrigações metódicas, não é raro que produzam 20 toneladas por hectare. Taes são os resultados a que se pode chegar pela determinação, perseverança e método."

Para os que não conhecem a lavoura de cana entre nós, afirmo que o terreno (um hectare) que nas ilhas de Hawai produziu 10 toneladas de assucar, isto é, 10 mil kilos!! atualmente, produz quatro vezes menos em nossa lavoura, graças ao nosso primitivo sistema de cultura.

Um correspondente do "Jornal do Comércio" do Rio refere o extraordinário incremento que a cultura da cana tem tido ultimamente em Cuba, depois da guerra que a libertou da Hespanha.

Impulsionado pelo gênio, pelos capitaes e pela energia Yankee não duvida esse correspondente que a cana recupere agora o terreno perdido na luta que há muitos anos traz travada com a beterraba.

O campo de batalha escolhido pelos americanos não foi o salão das máquinas e sim nos canaviaes é que o combate se ferirá, e onde se decidirá da sorte das duas irreconciliáveis rivaes. Homens positivos e inteligentes, compreenderam de pronto os Yankees onde estava o ponto fraco da cana e tratam de aumentar-lhe a riqueza sacarina. Com o senso prático que os distingue, ciram êles que devia principiar a luta pelo cultivo da cana, visto como os aparelhos de fabricação, por completos que sejam não conseguirão extrair da cana mais do que a quantidade que ela contiver de sacarose. Para Cuba não ficou perdido o exemplo das Ilhas do Hawai; para nós brasileiros é que não há lição que aproveite!

Assistiremos de braços cruzados e impássíveis a essa gigante e emocionante luta entre a cana e a beterraba; aquela impulsionada pela energia Yankee, e esta amparada pelos habilíssimos agricultores europeus.

A luta será porfiada, a vitória porém, embora disputada tenaz e obstinadamente, penderá afinal para o lado da cana.

Outro qualquer povo, nas nossas circunstâncias, possuindo zonas fertilíssimas para a cultura de cana, acompanharia com vivo interesse tôdas as peripécias desse duelo de morte; faria mais - tomaria parte na contenda, apropriando-se e utilizando-se de todos os processos adotados pelos americanos e no dia da vitória partilharia com êles dos despojos do inimigo comum. Mas qual; o agricultor brasileiro, em geral, não se preocupa com o futuro. Hospitaleiro em extremo e perfeito cavalheiro na sua fazenda, sendo influência política e oficial da guarda nacional, considera-se feliz e vive satisfeito à espera que chova arroz.

A situação da nossa lavoura de cana é muito grave. Essa luta entre a cana e a beterraba, eficazmente sustentada de ambas as partes, elevará a indústria assucareira a tal perfeição e determinará tão grande baixa que os mesquinhos produtos da nossa raquítica lavoura de cana serão expulsos de todos os mercados estrangeiros. Nessa ocasião ad instar do legendário Boabdil, choraremos como mulheres a nossa indústria assucareira que não soubemos defender como homens.

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A cultura intensiva

XVI

Continuando a apresentar aos tíbios e aos incrédulos, exemplos frizantes dos maravilhosos resultados colhidos pela aplicação dos processos da cultura racional, referirei hoje os que foram conseguidos, em relação ao café pelo Dr. Moura Brasil, cidadão benemérito, a quem a lavoura nacional tanto deve.

A lavoura de café no Estado do Rio, berço dessa cultura, onde ela floresceu em tempos não muito remotos, onde se irradiou para os outros Estados, está hoje decadente. A quem via ja pela Estrada de Ferro Central, no trecho em que ela percorre êsse Estado, confrange-se o coração ao contemplar os intermináveis campos, cobertos hoje de sapé e de capim gordura, onde outrora florescia o cafeeiro! Vê-se ainda aqui, ali, uma ou outra fazenda abandonada, sentinelas aí deixadas pelo Tempo para guardarem êsses campos consagrados pelo trabalho e para atestarem às gerações vindouras a desídia, a ignorância e a fraqueza das gerações que passam!

As fazendas de café que ainda estão em exploração, demoram para o outro lado do Estado e insignificantes lucros deixam aos seus proprietários, em consequência da baixa do preço do café.

Refere o Dr. Moura Brasil em artigo que foi publicado no "Jornal do Comércio" do Rio, que os cafesaes do Estado do Rio de Janeiro produzem de 20 a 40 arrobas de café no máximo, por mil pés. Ora a cultura do café é feita de parceria e um trabalhador trata apenas de mil pés: segue-se, pois, que lhe cabe uma partilha de 10 a 20 arrobas de café.

É por êsse motivo que os lavradores de café do Estado do Rio não encontram trabalhadores que se prestem a cultivar um cafestal, que, na melhor hipótese, não remunerará o seu trabalho.

Pois bem, o Dr. Moura Brasil houve uma dessas fazendas, cujos cafesaes, não me canso de repetir, produziam no máximo 40 arrobas por mil pés.

Êsses mesmos cafesaes, com os mesmíssimos cafeeiros, depois de convenientemente amanhados, passaram a produzir 120 arrobas por 1000 pés!!

Quem duvidar, acrescenta o insigne oculista e distinto agricultor, poderá verificar por si próprio.

Não escapará, certamente, aos que lerem êste sucesso, ocorrido no próprio País, a seguinte ponderação: Nas fazendas do Estado do Rio, onde a cultura do café, divorciada da ciência, está exclusivamente confiada à rotina, faltam trabalhadores, porque não lhes podem fornecer trabalho remunerador; naquela porém em que essa mesma cultura obedece aos ensinamentos agrônômicos, a dificuldade será a escôlha de operários, tal a quantidade dos que irão oferecer-se.

De fato, 60 arrobas de café, que é o quinhão de um operário nessa fazenda, mesmo por baixo preço, é remuneração atraente.

Mais um exemplo e bem frisante me acode ainda.

Pouco depois da guerra de sucessão, nos Estados Unidos, emigraram algumas famílias do sul para a então província de S. Paulo. Nessa província, muito próspera, as boas terras, nas vizinhanças da capital, eram vendidas por preços fabulosos.

Por êste ou por outro motivo, os americanos contentaram-se com a aquisição de terrenos considerados estéreis, que lhes foram vendidos por preço relativamente baixo. Êsses terrenos, convenientemente cultivados, tornaram-se poucos anos depois de uma fertilidade prodigiosa - tudo produziam e em grande quantidade.

Em 1897, se não me falha a memória, por causa do aparecimento do cólera-morbus no centor de alguns Estados, servidos pela Estrada de Ferro Central, foi suspenso o tráfego dessa Estrada. Passado o pânico, causado pela suposição da invasão de tão terrível flagelo, foi restabelecido o tráfego da Estrada de Ferro. Os donos de taes terrenos, vendidos como estéreis, apresentaram ao govêrno reclamações por perdas e danos, causados pela suspensão do tráfego da Estrada de Ferro.

Provaram êles nessa ocasião, com recibos da mesma Estrada, que exportavam anualmente 400:000\$000 só de melancias, que ficaram perdidas devido à interrupção do serviço da Estrada!

Depois dos exemplos citados ninguém que tenha senso comum poderá duvidar da eficácia dos métodos de cultura aconselhados pela ciência agrônômica. Si os processos agrônômicos não são uma realidade, então neste mundo não existe nada de real.

Poderia citar ainda os esplêndidos resultados do cultivo da uva em S. Paulo, do algodão nos Estados Unidos, do milho em Chicago e mil outros exemplos, colhidos por toda a parte, com exceção da África, único País do mundo a quem levamos vantagem em processos culturaes e isso só porque os africanos ainda não sabem lêr.

S. Luiz - 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A cultura intensiva e a rotina

XVII

Ocupar-me-ei hoje com o confronto entre os dois métodos de cultura - o intensivo e o extensivo - e acredito que os resultados que demonstrarei não deixarão dúvidas nos espíritos ainda mais recalcitrantes e incrédulos.

Servir-me-ei dos dados fornecidos pelo Engenheiro Agrônomo, Antonio Gomes carneiro, que os copiou da escrituração da fazenda "Contenda", no vale de Paraopeba, do Estado de Minas Gerais, pertencente a seu pai, coronel J. Gomes Carneiro.

O coronel, em terrenos equivalentes, cultivou, ao mesmo tempo, 3 hectares de milho, pelos processos adotados pela Agronomia moderna e outros 3 hectares pelo sistema rotineiro.

O confronto entre os dois sistemas de cultura não poderia ter sido realizado em condições da mais completa paridade - terrenos perfeitamente iguaes em todos os sentidos, mesmo gênero de cultura e ambos sob a ação de idêntica influência atmosférica.

Tomou nota o coronel, de tôdas as despesas feitas com uma e outra cultura, do pessoal empregado, do tempo gasto com cada uma das operações culturaes e, finalmente, dos resultados colhidos de cada uma delas.

Foram essas notas que o distinto Agrônomo publicou, no seu interessante opúsculo "Reforma da Agricultura Brasileira" e que vou reproduzir para provar a diferença enorme entre os dois métodos de cultura e as vantagens palpáveis de um sobre o outro.

A primeira lavra, dos três hectares previamente destocados, foi efetuada em dias por um arado, um homem, um menino e seis bois.
- Temos 16 salários.

Uma grade com o mesmo pessoal e quatro bois, gradaram em um dia, os três hectares - 2 salários.

Um quebrador, nas mesmas condições, destorreu o terreno, em um dia - 2 salários.

Um sulcador, com a mesma gente e igual tempo, abriu os sulcos com o intervalo de um metro e meio - 2 salários.

A distribuição do estrume foi feita em um dia por 8 mulheres - 8 salários.

Um semeador mecânico, com o mesmo pessoal, plantou, em um dia, êsse terreno - 2 salários.

Em dois dias, com o capinador mecânico, foi dada a primeira capina - 3 capinas, 12 salários.

Em um 16 mulheres quebraram o milho - 16 salários.

Total - 70 salários.

Êsses 3 hectares assim cultivados, produziram 25 carradas de milho - a carrada 20 alqueires de 50 litros - Total 500 alqueires.

Recapitulação:

70 salários a 3\$000	210\$000
Condução do milho a 2\$ a carrada	<u>50\$000</u>
	260\$000

A carrada de milho custou 10\$400 e o alqueire \$520!

Os pendões dêsse milharal, cortados oportunamente, forneceram 3.900 kilos de excelente forragem.

Êsse mesmo terreno, depois de despendoado o milho, e nos intervalos dos sulcos plantados aboboras, feijões e batatas inglêsas. Só as batatas produziram 26.000 kilos, com uma despesa a mais de 640\$000. Deixemos porém de lado as batatas para falar do milho colhido.

500 alqueires de milho a 5\$000	2:500\$000
3.900 kilos de forragem	<u>39\$000</u>
	2:539\$000
Despesa feita com o cultivo do milho	<u>260\$000</u>
Saldo	2:273\$000

Roçagem	48	salários
Aceiros	8	"
Coivaras	30	"
Planta	70	"
Primeira capina	48	"
Segunda capina	30	"
Colheita do milho	8	"
Soma	<u>182</u>	"
Recapitulação:		
182 salários a 2\$000	364\$000	
Condução de 12 carros de milho	<u>24\$000</u>	
Soma	388\$000	

Êsses 3 hectares produziram 12 carradas de milho e a carrada consta de 15 alqueires.

Total	180 alqueires
a 5\$000	900\$000
Despesa de cultura	<u>388\$000</u>
Saldo	512\$000

Naturalmente terão notado que a despesa com o destocamento do terreno arado, não foi levada em conta. Assim devia ser. O destocamento é feito só uma vez e para sempre. O terreno destocado fica apto a receber, anualmente, a cultura que lhe queiram aplicar,

assim seja êle convenientemente adubado. Não era pois justo que o milho de uma colheita acarretasse só êle com tôda essa despesa.

O terreno arado, como vimos também, não foi irrigado nem drenado, fato êste que confirma o que já disse em outras ocasiões - que a irrigação e drenagem constituem a perfeição do sistema intensivo, por isso que colocam o agricultor ao abrigo das irregularidades das estações, mas poderão ser dispensados até que o agricultor as possa adotar.

Devo ainda salientar a economia de braços. Para os hectares arados foram suficientes 70 operários, homens, mulheres, crianças. Para os não arados foram necessários 182 trabalhadores, quasi todos homens, isto é, 260% mais! No primeiro caso os salários foram calculados em média a 3\$000 e no segundo a 2\$000.

Logo que sejam por nós empregados os instrumentos aratórios, desaparecerá a deficiência de braços, os salários serão mais elevados e a produção será 10 vezes maior. A demonstração é facilíssima. Dividindo-se os 2:539\$000 (produção dos hectares arados) pelos 70 salários, vê-se que a cada salário correspondem 36\$277. Fazendo-se a mesma operação com a produção dos terrenos não arados, apenas obteremos 5\$000 por salário, ou 7 vezes menos!

Quando o coronel dispuzer de irrigação e de drenagem colherá milho a \$200 o alqueire como em Chicago, nos Estados Unidos. Nessa ocasião convirá converter aqui, como lá se faz, o milho em carne de porco para ser exportado. Mas não... esquecia-me de nossas companhias fluviaes, que nunca deixarão o milho a vil preço.

Sendo tão eficazes os processos que empregã a cultura intensiva de infalíveis resultados, como hesitar ainda em enveredar pelo caminho ensinado pela ciência, aconselhado pela razão, reclamado pelo interesse próprio e imposto pelo nosso patriotismo?!...

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A cultura intensiva

XVIII

Ha um ponto capital que não foi ainda por mim abordado, de todos talvez o mais importante e vem a ser: - saber qual o meio prático de ensaiar-se entre nós os modernos processos empregados pela ciência agrônômica.

De fato, censurar um cego porque não vê, ensinar-lhe o caminho por simples informações, sem o levar pela mão, é perder tempo, é zombar da enfermidade alheia, sem proveito para o infeliz.

Já declarei, com franqueza e lealdade que não sou profissional. Pesa-me a mais sôbre a consciência, o pecado de haver sido lavrador durante alguns anos, sem ter procurado melhorar o método de cultura que encontrei. A minha defesa - si defesa pode haver para tão grave falta - consiste em ter eu herdado escravos, e demorarem as matas em tórno do meu Engenho. O Dr. Assis Brasil, em uma brochura muito apréciada sôbre agricultura, não condena o meu procedimento, pelo contrário, aconselha-o aos que se acharem colocados nas condições em que me encontrei, isto é, os que tiverem matas junto aos seus estabelecimentos agrícolas.

Sou hoje um convertido, um crente: creio no poder dos instrumentos aratórios, e nos resultados estupendos da cultura científica, da mesma forma porque todos acreditamos na electricidade, na atração e em tantas cousas mais, só pelos efeitos, sem conhecer sua natureza intrínseca, nem os meios pelos quaes elas agem.

Não é pois a mim que cumpria aconselhar a lavoura neste caso e indicar-lhe quaes os meios práticos de iniciar a transformação do seu ante-diluviano método de cultura. Não é pois a mim que cumpria aconselhar a lavoura neste caso e indicar-lhe quaes os meios práticos de iniciar a transformação do seu ante-diluviano método de cultura. Não obstante não duvido sugerir-lhe um alvitre que, sendo aliás invenção alheia, poderá resolver essa dificuldade e suprir a deficiência quasi que absoluta, de conhecimentos agrônômicos notada na generalidade dos nossos lavradores.

O govêrno do Estado mandará contratar, onde julgar mais conveniente, três ou mais agrônomos, homens sérios, trabalhadores e criteriosos e que reunam prática à teoria, os quaes serão distribuidos por outras tantas zonas agrícolas do Estado. Cada um dêsses profissionais, na zona que lhe for designada, operará em

uma fazenda durante os meses que forem julgados necessários, ensinando praticamente o manejo do arado e dos outros instrumentos aratários, explicando o como e o porque de tôdas as operações praticadas, dando instruções para o que o lavrador tiver de fazer posteriormente, de forma a habilitá-lo a prosseguir por si, etc. Os lavradores das vizinhanças, prèviamente avisados, terão direito de assistir e de aprender o manejo dos instrumentos e de tomar parte ativa em tôdas as operações que forem executadas.

Essa fazenda, durante a estada do agrônomo, ficará convertida em uma espécie de escola prática de agricultura para todos os que quizerem vêr e aprender, sem que o seu proprietário possa se opor.

Terminadas tôdas as operações aratórias próprias da estação, passará o agrônomo a operar em outra fazenda (fóra do raio de aprendizagem da antecedente) e procederá sempre da mesma forma e sucessivamente até percorrer tôda a zona que lhe foi designada.

Será suficiente que cada lavrador, no primeiro ano, amanha 2,42 hectares (meia quadra) para se habilitar a prosseguir por si nos anos seguintes.

São êstes os traços gerais do plano que se me afigura preferível a tôdos quanto possamos inventar. A prática o aperfeiçoará e aconselhará as modificações necessárias.

O Congresso Estadual que sempre se tem mostrado interessado pela causa da nossa lavoura, ora votando verba para emigração já concedendo-lhe outros e importantes fatores, poderá, suprimindo a verba para colonisação, prestará à nossa lavoura êste único benefício que valerá por todos quantos lhe possa conceder.

É bom não esquecer que um arado, um homem e uma creança fazem o serviço de 20 trabalhadores, o que importa dizer que - cada um arado que for introduzido no Estado representará 10 colonos - colonos que não vencerão salários, não serão exigentes e nem consumidores, serão colonos que só produzirão.

É essa a colonização de que precisa o Maranhão, a mais útil e a que melhores benefícios lhe poderá trazer.

Refere o Dr. Lehman que o trabalhador rural prussiano, empregando processos aperfeiçoados, cultiva 5,5 hectares e que cada um dêsses hectares produz 216 marcos!

Não temos estatística, que nos possa guiar e servir de base a qualquer cálculo aproximado, creio porém que não ficarei longe da verdade, calculando, em média, um hectare por trabalhador nosso. Ainda se êste hectare produzisse 216 marcos... (264\$232 a câmbio de 10d.) como na Prussia... nossa produção seria talvez dupla da que temos.

É lógico que para produzirmos 11 vezes mais do que produzimos atualmente (tanto quanto o operário prussiano) só precisamos utilizar os braços que já possuímos, isto é, decuplar a força produtiva dos nossos trabalhadores, metendo-lhes nas mãos instrumentos aperfeiçoados de lavoura.

A imigração cearense, presentemente, só poderá ser aconselhada pela caridade - o que certamente é dever nosso, tão sagrado quanto o que mais o fôr.

Esquecem os que a desejam e aconselham por outros motivos, que o cearense na aflitiva e miseranda situação em que se acha é antes um consumidor do que um produtor e que o Maranhão mal produz, neste ano, para sua própria subsistência. A sêca que flagela aquê-
le infeliz Estado não nos poupou e os nossos sertanejos estão em condições pouco diversas das dos que pretendiam socorrer. É o que nos informa este "Jornal" na parte comercial da sua edição de 28 do P.p.

Parece-me que esta razão é peremptória e dispensa outras que aliás não faltam. É o caso do comandante que não deu a salva por falta de pólvora e muitas outras razões.

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A cultura intensiva

XIX

Disse que a idéa dos agrônomos ambulantes não era minha; sua paternidade pertence à Sociedade Nacional de Agronomia do Rio.

Ha três anos propôs-se essa sociedade transformar a lavoura do Estado do Rio, em seis anos, si me não engano, mediante favores insignificantes relativamente à magnitude do compromisso assumido. O plano da Sociedade de Agricultura era o que já expus sucintamente no meu último artigo. Não o tenho todo de memória, mas não será difícil obter cópia completa dêsse bem elaborado plano de reforma agrícola.

Nas nossas condições, julgo-o aceitável e de fácil execução. Presentemente considero-o preferível à criação de um Instituto Agronômico e ao estabelecimento de um campo de experiências agrícolas. O plano em questão é mais econômico, mais pronto, mais prático e mais de acôrdo com a nossa índole.

É mais econômico, porque o Estado só pagará o ordenado dos agrônomos, correndo tôdas as despesas - de instrumentos aratórios, de animaes de tração, salário dos operários por conta dos lavradores que quizerem utilizar-se dos serviços do agrônomo.

A criação de um Instituto Agronômico, ou coisa semelhante, embora aspiração muito mais elevada e de enorme alcance para o futuro agrícola do Estado, está fóra do alcance das possibilidades econômicas do nosso orçamento. Ele virá mais tarde, quando o Estado estiver convenientemente preparado para o receber.

Demais, seus efeitos sendo lentos, só muito tarde se fariam sentir, e não prestaria êle o serviço imediato que reclama nosa lavoura. O plano, pois, além de ser econômico, é de efeitos mais rápidos e prontos.

É êle também mais prático porque exerce praticamente sua ação na própria fazenda do lavrador, sem o aparato, sem o cortejo de dispendiosos acessórios e despido da algarávia própria de todo Instituto superior de ensino.

Finalmente é ainda êsse plano mais consentâneo com a nossa índole. O lavrador, em vez de ir ao Instituto, ou ao campo de experiências (iria êle?) para aprender os métodos empregados e para vêr os resultados obtidos é o Instituto ou o campo de experiências que irá ensinar-lhe praticamente o manejo dos instrumentos aratórios.

A despesa do lavrador também não será para temer-se, conquanto tenha êle, no primeiro ano, de fazer aquisição dos instrumentos aratórios indispensáveis. O gado, necessário para tração, é cousa que possui qualquer lavrador nosso; o número de trabalhadores é diminuto, como já vimos e limitando-se êle a comprar os instrumentos absolutamente imprescindíveis, a despesa total êsse ensaio não excederá a dois contos de réis, - com essa insignificante quantia lançará qualquer lavrador os alicerces da sua riqueza, da sua independência e da prosperidade do Maranhão!

O plano pois sugerido pela Sociedade Nacional de Agricultura realiza o ideal para a condição em que nos achamos colocados. Reune êle - simplicidade, facilidade, barateza e comodidade, requisitos apreciáveis em todos os sentidos e de acôrdo com as idéas já expendidas em mais de um dos meus artigos.

É intuitivo que dos agrônomos contratados, das suas habilitações, do seu critério, em uma palavra - do seu "savoir faire" dependerá exclusivamente o sucesso do ensaio que aconselho. Para garantir, quanto possível, o bom resultado desta tentativa, poderá o Govêrno do Estado dirigir-se à Sociedade Nacional de Agricultura e creio que posso afirmar pelo conhecimento que tenho do empenho com que costuma ela atender a tôdas as reclamações da lavoura do País, que não será em vão.

Seja-me permitido agora um desabafo que vem a propósito. A Sociedade Agrícola que o Dr. Palmério Cantanhede e o autor dêstes artigos pretenderam organizar no ano p.p. e que tão pouca atenção mereceu da parte de muitos e conspícuos lavradores, bons e reais serviços poderia prestar-nos agora. Tínhamos em mente, depois de instalada a sociedade, filiá-la à grande sociedade do Rio e com o auxílio daquela poderosa e bem organizada associação, o Maranhão teria tudo a lucrar. Mas... a lavoura do nosso Estado considerou dispensáveis os serviços que uma associação, ativa e abnegada, poderia prestar-lhe, como órgão dos seus interesses e guarda vigilante dos seus direitos.

Não mediu essa respeitável classe o alcance de sua desídia e indiferença, privando-se do poder irresistível da fôrça coletiva, operando em determinado sentido e sempre com tenacidade, fôrça prodigiosa e nunca vencida.

Há dois anos, o altivo Estado de Minas provou que a união faz a fôrça. O Congresso mineiro havia votado o imposto territorial. A lavoura dêsse Estado, reunida em imponente convenção, na cidade de Juiz de Fôra, resolveu e declarou não aceitar o imposto referido. E o Govêrno recuou diante da atitude tão firme e decidida.

Voltando ao assunto. A idéa dos agrônomos ambulantes aí fica consignada. Poderá não ser perfeita, em absoluto, mas não creio que possamos encontrar plano de transformação agrícola mais simples e econômico, que maiores vantagens ofereça e prometa. Si fôr levado a efeito com critério e com as indispensáveis cautelas e si houver bôa vontade da parte dos nossos lavradores, teremos da do o primeiro passo para o abandono dos nossos anacrônicos proces sos de cultura. Amen.

S. Luiz - Outubro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A imigração

(1ª parte)

XX

A colonisação de um País é problema complexo, e por demais complicado para que possa ser resolvido sobre a perna - em ligeiros artigos de jornalismo diário. Obriga êle a estudo detido e acurado de tôdas as suas diferentes faces, a fim de evitarem-se excessos, quer no sentido de demasiada expansão, quer no de absoluta restrição. Encontrar o meio termo conveniente entre êsses dois extremos e determinar as condições em que deve ser aceita a colonização, constituem as maiores dificuldades dêsse problema transcendente.

Não pretendia ocupar-me com êsse assunto, limitando-me ao que acidentalmente sobre êle tenho ditô nos meus artigos sobre a nossa lavoura.

Discordando porém das diversas opiniões emitidas em relação à imigração cearense, preconizada por dois ilustres representantes da opinião pública como muito útil à nossa lavoura, julgo-me na obrigação de dizer como penso sobre assunto de tão grande relevância, tanto mais porque tem êle íntima ligação com o problema agrícola, do qual me tenho longamente ocupado.

Não é que me julgue competente, nem que me suponha habilitado a dizer a última palavra sobre assunto que foi discutido com proficiência. Estudarei essa intrincada questão simplesmente à sere na luz do bom senso, sistema com que me tenho dado sempre bem. Seja-me permitido abrir um parêntesis - sou da escola de um sensato escritor que afirmou dever o Mundo mais ao bom senso do que à inteligência. De fato, parece ser assim. A inteligência investiga e apanha a idéa, mas nem sempre com discernimento.

O bom senso faz o inventário do que colhe a inteligência e procede à escôlha, separando o que é bom e convém que seja aproveitado, do que é mau e deve ser desprezado.

Não vai nisto alusão a quem quer que seja.

Antes de mais nada cumpre estabelecer os princípios seguintes:

Nem tôda imigração constitue colonização.

Nem tôda colonização é conveniente.

Só é útil a que, além de braços válidos, traz consigo qualidades elevadas que contribuam para o melhoramento e aperfeiçoamento da raça que habita o País a colonizar.

É por êstes princípios que a colonização chinesa foi condenada e não é hoje aceita em parte alguma.

Sem remontar muito longe, basta lançar os olhos sôbre todos os países da América, diversamente colonizados, para se notar as profundas e palpáveis diferenças, oriundas tôdas elas das diversas raças que as colonizaram.

Todo aquêle que, de qualquer forma, influe sôbre os destinos de um povo, ou mesmo de um pequeno Estado como o Maranhão, não deve, sem madura reflexão, aconselhar esta ou aquela colonização, nem também entregar ao acaso a direção de um serviço tão importante e que terá de exercer profunda e dilatada influência sôbre o futuro dêste Estado.

O colono é um reprodutor de categoria muito elevada que, em tempo, mais ou menos remoto, terá de influir nos sentimentos, no caráter, nos costumes e nas crenças do País que o abrigou.

S. Luiz - Novembro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A imigração

(2ª parte)

XX

O princípio de seleção e as leis que a regem, geralmente aceitas e observadas, às quais estão subordinados todos os seres vivos da natureza, não podem ser desprezadas quando se trata de povoar uma região qualquer. Escolhe-se o bom reprodutor para a raça cavalariça, para a bovina, etc. etc. Em relação a cada uma das diferentes raças de animais vai-se até o ponto de desenvolver e aperfeiçoar qualidades especiais de acôrdo com o seu destino.

No reino vegetal escolhe-se boa semente, porque a semente é a árvore, e a boa árvore não pode dar ruins frutos.

Ora, se nas raças inferiores se procura reproduzir as boas qualidades e melhorá-las cada vez mais, suprimir ou modificar as ruins, si a boa semente é tudo, como entregar o povoamento de um País aos azares da colonização descuidada?

Não será a raça humana suscetível de aperfeiçoamento, ou não merecerá ela os cuidados e desvelos empregados nas raças inferiores?

Imigração! Venham imigrantes seja donde fôr! Era o grito ensurdecedor de S. Paulo, em tempos idos. Dezenas de mil contos foram dispendidos, tanto pelo Govêrno geral, como pelo Provincial, italianos afluíram aos milhares. Aí veio, quando menos era esperada a baixa do café e muitos milhares de italianos, dêsses que haviam custado dezenas de mil contos, que haviam exaurido as arcas do Tesouro e endividado a Província, lá se foram, levando o que haviam acumulado durante a sua estadia no País!

Por êsse tempo, jornal sério, em uma série de artigos denunciou que a lavoura de S. Paulo tinha compromisso (devia) superior a quatrocentos mil contos de réis!!... Os paulistas não negaram, mas afirmaram que tinham com que pagar. Histórias...

Mais de cento e vinte mil italianos enchem a Capital Federal. Dessa gente quantos se localizam no País?... Nem bem reune o italiano de 7 a 8 contos de réis e volta para empregá-los em sua terra.

Se tivéssemos estatísticas perfeitas, ficaríamos horrorizados diante da soma colossal que segue anualmente para a Itália, levada pelos imigrantes que para cá vêm, não com o fim de fixar-se no País e de fundir-se na nacionalidade brasileira, mas unicamente com o intuito de ganhar algum dinheiro e regressar para a sua terra natal.

Essa espécie de imigração, só vindo espontaneamente, porque deixa algum benefício, mas não é o que convém. No tempo em que pesava ela sobre o tesouro da Nação, não compensava os sacrifícios feitos, tanto mais porque era ela paga pelo governo por partidas dobradas aos Fioritas e outros, etc.

Em resumo: A colonização que convém, que é útil e traz benefícios ao país que a recebe, é a que vem espontaneamente fixar-se e fundir-se com a população nacional e que, além de tudo, é dotada de qualidades superiores que, cruzando com o indígena, produz tipo melhor e de ordem mais elevada.

Encher o Brasil da escória de todos os países, ou colonizá-lo com uma raça inferior, é aumentar trabalho à polícia, é aparelhar triste futuro para esta Nação.

Façamos aplicação de todos os princípios à colonização de que precisa o Maranhão, a ser verdade o que afirmam de todos os lados; sendo, porém, matéria importante, eu a reservarei para artigo especial.

S. Luiz - Novembro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A imigração

(3ª parte)

XXI

Em vez de meter-se em funduras de colonização, deve o Maranhão cuidar sèriamente e com afinco, do melhor aproveitamento dos braços que temos: cumpre-lhe promover o desenvolvimento da lavoura por meio dos seus instrumentos aperfeiçoados de trabalho e facilitar o transporte dos seus produtos; só depois de bem aproveitados os braços que possuímos, poderemos pensar em aumento do nosso pessoal trabalhador.

O govêrno pois que se empenhar em beneficiar a lavoura, tem muito que fazer e não pode perder tempo e dinheiro com essa medida extemporânea. Convençamo-nos de que, enquanto não estivermos convenientemente aparelhados para receber imigrantes, todos os esforços, nesse sentido, serão infrutíferos, os sacrifícios que fizermos serão embalde.

É claro que me tenho referido à colonização estrangeira, única que nos conviria, se estivéssemos em condições de recebê-la.

Quanto à colonização nacional, parece-me que seria um perfeito pleonasma. Em condições normais, povoar um Estado com habitantes tirados de outro Estado, é pretensão que não se justifica e que repugna a todos os sentimentos patrióticos.

Não atentam os que pretendem semelhante colonização no perigo que envolve o egoista "cada um por si" si fôr implantado nos diversos Estados que constituem a União. Onde iríamos parar, a que ficaria reduzida a União, si prevalecer doutrina tão condenável? Somos todos brasileiros e o interesse de cada um dos Estados deve merecer-nos a mesma solicitude que o do nosso Maranhão.

Que um fabricante ou um lavrador obedecendo às sugestões do interesse particular, mande vir, à sua custa, trabalhadores ou operários de outro Estado, onde êles abundam compreende-se e explica-se. Trata êsse fabricante, ou lavrador, do seu interêsse individual e imediato, a que êle subordina o da coletividade, cuja guarda não lhe está confiada e nem lhe prende a atenção.

O Governador porém de um Estado, que se move em plano superior e elevado e tem como dever não circunscrever sua atenção exclusiva e egoisticamente aos negócios particulares do Estado que administra, não deve proceder como o fabricante ou lavrador que figura rei. Cumpre-lhe, da cumeada do poder, onde foi colocado, lançar suas vistas sôbre o conjunto dos interesses gerais da comunhão brasileira e harmonizá-los com os do Estado, cuja direção lhe foi confiada.

Os interesses de cada um dos Estados da União convem que sejam harmônicos entre si e sem atritos possíveis. É por esse motivo que os impostos interestaduais são condenados; assim também deve ser a imigração de um para outro Estado que não fôr espontânea e que pesar sôbre o erário público.

Devemos cimentar por todos os meios a harmonia e a concórdia entre os Estados, si deseñarmos longa vida à União brasileira. Acirrar prevenções e ciumes existentes entre êles, autorisar atos de represália, será favorecer e apressar tendências separatistas que se notam e que alguns Estados já não ocultam.

A imigração de um para outro Estado, repito, só poderá ser admitida sendo espontânea, ou por motivo de ordem superior.

Na espécie de que se ocuparam os dois distintos órgãos da opinião pública, verifica-se um dêsses esforços de fôrça maior: Sentimentos e só sentimentos humanitários de socorrer e de hospedar nossos infelizes irmãos cearenses. Razões de conveniência e de utilidade para o Maranhão não existem.

Si devessemos pensar em colonização, si não nos fôsse ela vedada pelos motivos já expostos, não seria o cearense o colono que melhor nos conviria.

É como penso.

S. Luiz - Novembro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

A imigração

XXII

Por motivo que não importa saber-se só hoje tive ocasião de lêr o artigo sob a epígrafe "Raças?", firmado por F.F. de Barros e estampado no "Federalista" de 20 do corrente, criticando as preleções de Agrícola, publicadas neste jornal e relativas à imigração.

Para corresponder dignamente à galhardia de J.J. Barros, o abaixo assinado faz suas as idéas enunciadas por Agrícola, e assume a responsabilidade de todos os artigos publicados no "Jornal da Manhã" sob aquêle pseudônimo.

Isto posto, procuraria acalmar as iras do articulista do "Federalista" Tantaene animis coelertibus irae".

Nem sei como deva responder à agressão tão ex-abrupto e extemporânea.

No artigo publicado no nº 121 dêste jornal, encontrará o impaciente crítico calmante ao seu amor pátrio, melindrado por simples equívoco da sua parte.

"É claro que me tenho referido à colonização estrangeira, etc. Quanto à nacional, parece-me que seria um perfeito pleonasma. Em condições normais, povoar um Estado com habitantes tirados de outro Estado, é pretensão que não se justifica e que repugna a nos sos sentimentos patrióticos.

Não atentam os que pretendem semelhante colonização no perigo que envolve a teoria egoísta do - cada um por si - si fôr implantada nos diversos Estados da União. Onde iremos parar, a que ficará reduzida a União se prevalecer doutrina tão condenável? Somos todos brasileiros e o interêsse de cada um dos Estados deve merecer-nos a mesma solicitude etc. etc."

Esta tirada lê-se no meu referido artigo, que já estava escrito, mas que foi publicado posteriormente ao do Snr, Barros. Não se suponha que cantei a palinódia, nem que seja amende honorável. A redação do "Jornal" pode dar testemunho de que êste artigo estava em seu poder antes do dia 20.

Lastimo que a sofreguidão do Snr. de Barros em defender a altivez, o brio e a honorabilidade do cearense, êsse povo clássico da liberdade - que não foram de modo algum ofendidos - não lhe consentisse lêr o meu último artigo e o arrastasse à injustiça que cometeu.

Em relação à colonização nacional, coloquei-me a cavaleiro de interesses mesquinhos - esqueci-me de que era maranhense para só lembrar-me de que era brasileiro; tive porém a infelicidade de não ser lido para poder o Snr. de Barros julgar-me com mais critério.

Já vê o jovem articulista que o "bom senso" é faculdade inestimável, que não pode ser dispensada em caso algum. Tenha paciência, releia todos os meus artigos sôbre imigração e fará inteira justiça aos meus sentimentos nativistas.

O que não compreendo, e condeno é que se colonize o Brasil com brasileiros, pesando essa exdruxula colonização sôbre os cofres públicos. Ir em auxílio a algum Estado flagelado por qualquer calamidade é coisa muito diversa. No primeiro caso é o interesse egoista que domina; no segundo é o dever que obriga.

Desculpe o Snr. de Barros mais esta preleção.

Minha infelicidade é tanto mais para se lastimar, quando noto que a J.J. de Barros passou despercebido o histórico da tentativa de colonização cearense, feita pelo notável agricultor, o Snr. Coronel Souza, no seu Engenho Tijuca. Chamo sua suscetível atenção para essa circunstânciada exposição publicada no jornal "Pacotilha".

As insinuações, os remoques pouco cortezes do aludido artigo, deixo-os no mesmo lugar. Que cada um dê o que tem, está no seu direito, mas direito que lhe não assiste é forçar o doado a receber o presente "Invito non datur beneficium" é princípio de direito.

Desculpe o "Jornal" estar a repisar o que já eu havia dito; fui a isso forçado.

S. Luiz, 22 de novembro 1900

J.F. de Viveiros

A LAVOURA DO MARANHÃO

Ao Dr. J.J. Marques

(1ª parte)

XXIII

"Viandante, si quizeres chegar ao termo de tua jornada, não te detenhas a colher as flôres que encontrares à borda do teu caminho."

Foi o que fiz e sirva êste judicioso provérbio para explicar o silêncio que tenho guardado em relação ao que, sôbre a lavoura do Maranhão, se tem dito últimamente.

Agora, quando terminei a série de artigos que entendi de ver publicar, aconselhando, como necessidade inadiável, a transformação dos processos rotineiros, exclusivamente adotados entre nós (em que pese ao Snr. Coronel Souza) respigarei na seara alheia, a fim de explicar e defender as idéias que tenho emitido.

Não sustentarei discussões acérrimas com quem quer que sej, porque, quando não descambem elas para o terreno odioso, terminam sempre ficando cada contendor com a sua opinião. Crítica ligeira, explicações sucintas, é quanto basta. Expendi minhas idéias em linguagem clara e ao alcance de todos; aquêles, para quem escrevi - poderão julgar do acêrto ou da falsidade de minhas opiniões e confrontando-as com os de outros, escolher a que o seu critério lhes ditar.

Simplesmente magistrais os artigos do Dr. J.J. Marques. É caso para congratular-me com o Maranhão por haver agitado, entre nós, a questão agrícola. Ficaram todos sabendo que possuímos um Agrônomo distinto, fato que muita gente ignorava, profissional que sabe o que diz e como diz. Quando mais nada haja conseguido, dou-me por bem pago por haver desfeito o véu em que o envolvia a sua modéstia e ocultava o seu real merecimento.

Concordando em geral com suas idéias, permita-me o Dr. Marques que retifique algumas das suas proposições que soaram mal aos meus ouvidos, Retificar é um modo de falar, pois não tenho a estulta pretensão de contestar verdades científicas. Proponho simplesmente adelgaçar as côres do quadro pavoroso que, com mão de mestre, pintou o distinto agrônomo, para nos dar idéia dos complicados, difíceis e dispendiosos processos da cultura intensiva.

Si não estreitassem tanto o caminho que conduz ao céu, si não o pintassem tão escabroso e de difícil acesso, certamente

que maior seria o número dos candidatos à bemaventurança. Minha esperança e a de outros velho pecadores, é que a salvação não é tão difícil como a dizem.

Foi justamente o que aconteceu com o arado. O Dr. Marques colocou-se em plano muito elevado, não quiz descer ao nível dos conhecimentos do seu auditório, falou como mestre e para mestres, de sorte que não foi por todos compreendido. As dificuldades e escabrosidades descritas pelo jovem agrônomo, não animarão lavrador algum a enfrentar sequer êsse espantinho ou bicho de sete cabeças, verdadeira hidra de Lerná, em uma terra, onde não há um só "Hercules" para semente.

Cavalheiro inteligente e bem preparado, disse-me: "Fôse eu lavrador e pretendesse adotar o arado, o artigo do Dr. Marques me demoveria dêsse propósito."

É como pensam todos os que o leram.

S. Luiz - 23-11-1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

Ao Dr. J.J. Marques

(2ª parte)

XXIV

Pelo contrário, o que convém, o que é necessário, é facilitar o acesso ao arado, é pô-lo ao alcance de tôdas as inteligências, principalmente das mediocridades, e de tôdas as bolsas. Princípio querem as coisas; venha já o arado, que é coisa simples, fácil e barata - tudo mais virá depois e a seu tempo.

Vamos por partes, discutamos com calma, e acredito que acabaremos por nos entender; nossa divergência consiste apenas no modus faciendi.

Antes porém de entrar na análise do que convém que se faça sem demora, sem hesitação e sem desfalecimentos, em relação ao nosso método de cultura, releve-me o Dr. Marques que responda à alusão direta que fêz a um dos meus artigos relativos ao Engenho Central.

"Dizer que a salvação do Central depende da transformação da sua lavoura é repetir o que todos sabem, sem adiantar em nada nossos conhecimentos, nem modificar a situação dêsse estabelecimento."

São palavras do Dr. Marques.

O meu jovem amigo está enganado. Bem poucos sabem que a salvação do S. Pedro depende da salvação da sua lavoura. O que lhe parece provado, certo, evidente, é ainda duvidoso para uns e contestado por outros! Saiba mais que há entre nós homens barbados e que sabem lêr que duvidam dos benéficos resultados do arado e contestam sua exequibilidade e adaptação entre nós!! Parecendo ser uma banalidade o que eu disse em relação ao S. Pedro, não o é, e para afirmar-se publicamente essa verdade, torna-se indispensável alguma coragem. Não repeti, pois, o que todos sabem, pelo contrário há necessidade imperiosa de salientar essa verdade banal e de incuti-la a malho no ânimo de muita gente, a principiar pelos donos e interessados do S. Pedro.

Que a salvação do Central depende da transformação do seu método de cultura, é de fato uma verdade sedição, ao alcance da mais acanhada compreensão agrícola; entretanto, ainda ninguém cogitou séria e eficazmente de promovê-la. Há muitos anos que foi montado o Engenho Central, e desde sua fundação que luta êle com dificuldades sempre renovadas e crescentes, porém nunca superadas. Por muito tempo vegetou êle - perfeita parasita - da seiva que exauria aos

miserandos fornecedores de cana, e depois de havê-los exgotado, e devorada até a medula, passou a viver à custa da Companhia de Exploração Agrícolas, que teve a mesma sorte dos antigos fornecedores. Não encontrando mais a quem devorar, devora-se hoje a si mesmo, e assim continuará até cair de vez de inanição.

Durante êsse longo período nunca fez êle uma tentativa séria, digna dêsse nome. Todos os anos - palavras, palavras e mais palavras; de positivo... só o machado e o facho. Haverá no S. Pedro mais alguma coisa de real e de positivo a não serem êsses dois instrumentos de destruição?

Quem me responderá?

S. Luiz - 24-11-1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

Ao Dr. J.J. Marques

(3ª parte)

XXV

No meu artigo antecedente provei ao Dr. J. Marques que nem todos pensam acordemente em relação ao Central S. Pedro. A transformação do seu método de cultura também não é o único e nem o meu principal objetivo.

Tem essa importante fábrica estado sempre entregue aos cuidados inteligentes de Gerentes competentes, e de honradas Diretorias e se nunca deu ela resultado, não é a mim que compete tomar-lhes contas.

Verdade é que as Usinas de Pernambuco, comprando canas por 20\$ a tonelada e afrontando direitos protetores que vedam a entrada de seu assucar no nosso mercado, vem competir vantajosamente com os produtos do S. Pedro, e ainda assim deixam lucros fabulosos aos seus proprietários, segundo informações do Dr. José Domingues, importante cultivador de cana daquele Estado.

Também não é menos certo que as assembléias Gerais, que anualmente se reúnem para ouvir a exposição dos seus dignos prepostos, dão-se por satisfeitas com as explicações fornecidas, e não devemos, nós outros, ser mais exigentes do que os interessados diretos.

Si tomei o S. Pedro por ponto de partida, si nele concretisei tôda a lavoura do Estado, foi como uma homenagem devida a sua proeminência entre os bangués que possuímos - é êle unos e não tem pares no Maranhão.

Meu intuito, iniciando esta discussão, para a qual convidei tôdas as sumidades da lavoura, é mais elevado e patriótico, como já tive ocasião de dizer.

Meu principal, senão único empenho, é patentear a inabilidade e impotência da rotina agrícola diante do progresso da lavoura de outros Estados, que ameaçam invadir o nosso mercado e que ainda dele não se apossaram por causa de impostos injustificáveis, que lhes embargam os passos.

O que pretendo é banir do Maranhão a rotina, cujo reinado absoluto e pernicioso por demais tem durado. É ainda provar que os moldes rotineiros não comportam o trabalho livre e que é urgente adaptar os modernos e científicos processos de cultura aos elementos de trabalho, que nos restam.

Não presumo haver conseguido o meu desideratum em vista do silêncio, que se tem feito em tôrno desta momentosa e vital questão. Há quem entenda que - semente, lançada na terra, cedo ou tarde germinará - si a terra fôr bôa... digo eu.

O Dr. José Marques em vez de corrigir as faltas por mim cometidas, de suprir as minhas lacunas, de completar o meu informe trabalho, veio, com a sua palavra autorisada, lançar o desânimo em todos os corações, lançar por terra o edifício que eu, com penoso trabalho, supunha haver podido construir.

Valham-me as onze mil Virgens; mas... dispenso o auxílio das santas. Bastam-me o manes de todos os que, há dezenas de séculos têm, com proveito, empunhado a rabiça do arado; venham êles para atestar que para arar a terra não há necessidade de saber-se muita coisa, e que durante centenas de anos foi a terra revolvida e sulcada pelo arado, sem a vastidão dos conhecimentos exigidos pelo Dr. J. Marques.

"Há seis mil anos, nas margens do Nilo, o homem que aivivia, conhecia e empregava instrumentos aratórios, e produzia três ou cinco vezes mais do que o lavrador brasileiro, cujos instrumentos ainda não passaram além das primitivas e prehistóricas foice e enchada." Quem isto diz é um colega do Dr. Marques, formada em agronomia pela escola de Montpellier, e eu acrescentarei: o povo que há seis mil anos já empregava o arado, certamente que ainda não conhecia a existência do ferro, e seus arados eram necessariamente informes aparelhos de páu.

Si para salvar o S. Pedro de inevitável ruina há necessidade da enorme bagagem científica que vislumbramos no magistral artigo do Dr. J. Marques, para iniciar a cultura aratória em Maranhão bastam - vontade, perseverança e conhecimentos vulgares de agricultura. Princípio querem as coisas, meu jovem amigo - o primeiro passo é tudo.

Muito nos temos já ocupado com o S. Pedro, sem que essas palavras tenham despertado os ecos daquele magestoso momento.

Abandonemo-lo à sua triste sorte, meu Dr. Quem lhe hauriu a seiva improficuamente que lhe cante o memento no dia fatal.

Tentemos salvar a lavoura do Maranhão, meu amigo, e para essa jornada não há necessidade de muita bagagem. Não há edifício que se construa de cima para baixo, nem ciência que se aprenda do fim para o princípio.

Quem pretender inverter a ordem natural das coisas, não conseguirá fazer-se entender, e passará por insensato.

Convençamos primeiro a êste bom povo da necessidade de abandonar o machado e o facho, que devem ser substituídos pelo arado.

Conhecido e dadotado que seja o arado, ensinemos-lhe a preparar e a aplicar os estrumes e assim sucessivamente.

No vale do Paraopeba foi o Coronel Carmo o primeiro a empunhar, êle próprio, a rabiça do arado. Quem o via entregue a êsse penoso trabalho, supunha-o louco; dois anos, porém, não eram passados e o número de loucos subia a 106!

É como já disse: princípio querem as coisas, Apliquemos à agricultura o mesmo processo das escolas modelos e em poucos anos ficaremos satisfeitos com a nossa obra, como ficou Deus no sexto dia depois de terminada a criação do Mundo. Descançaremos então.

É êsse o papel que está reservado ao Dr. Marques. Seja o iniciador do sistema aratório no Maranhão; seja o restaurador da nossa arruinada lavoura e o seu nome viverá eternamente no coração de todos os maranhenses.

É o bem que lhe deseja o seu velho amigo

S. Luiz 27-11-1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

CONCLUSÃO

(1ª parte)

XXVI

Antes de lançar o ponto final, devo ainda explicar qual o meu intuito articulando graves censuras a uma classe inteira, respeitável aliás por muitos títulos, e credora de nossa admiração e respeito pela sua infatigável perseverança, inexgotável paciência, nunca desanimada, lutando, sempre heróica, porém estèrilmente, por uma causa, há muito tempo condenada.

Criticando, verberando mesmo com alguma aspereza a lavoura do Maranhão; acentuando minhas acusações ao Engenho Central de S. Pedro, como arauto e principal representante da grande lavoura, sabia eu que, mal interpretados meus intuitos, expor-me-ia ao desagrado de uns, à malevolência de outros e à crítica de muitos, e que improfícuos seriam meus esforços em prol da agricultura do Estado.

Lavrador durante muitos anos, sinto-me preso por laços de afeto, que me ligam a essa nobre e liberal profissão, senão a única, uma das poucas, que melhor se coadunam com a dignidade do homem; proporciona-lhe felicidade sem jaça, e altiva independência, oriunda de árduo trabalho e de heróicos sacrifícios.

O campo de ação do agricultor é a terra, que, como disse algures, não se insurge, - palpita de gôzo quando sente o arado sulcando-a, e nos seios espasmos de fecundação, sob os cálidos beijos do sol, êsse grande fecundador do Mundo; na frase de Flamarion, desfalece e deixa tornar a cornucópia que traz nos seios.

Suas armas são inócuas - emblemas de paz, de ordem e de concórdia - alavancas da prosperidade das nações - só produzem o bem, o mal lhes é desconhecido. Seus triunfos são incruentos - conquistas pacíficas do progresso, espalham-se pelo mundo, em benefício da humanidade. Sôbre a campa do lavrador pode-se, parafraseando as últimas e belíssimas palavras de Pericles, gravar a seguinte inscrição:

"Nunca fiz derramar uma lágrima, nunca cobri de luto a ninguém."

Assim, amigo da lavoura, lavrador eu mesmo, de coração, não podia ser pretensão minha magoar e deprimir essa respeitável classe, a que me desvaneço de haver pertencido na quadra mais feliz da minha existência.

Mas... "Le passé me tourmente, et je crains l'avenir." Si não soube cumprir meu dever, sirva eu hoje ao menos para dar o grito de alarma. O que pretendi foi simplesmente cumprir um dever cí-

vico - nem gratidão ambiciono.

Catilina bate às portas de Roma.

A pobreza... não - já somos pobres - é a indigência que se avizinha, e que brevemente baterá às portas do Maranhão. Creiam-me. Digam de mim o que quizerem, condenem o meu passado, censurem o meu presente, vão até onde lhes aprouver; só lhes darei a célebre resposta de Temístocles: Batam, porém atendam-me.

Ah! Pudesse eu, ao transpor os humbrais da eternidade, cuja pavorosa escuridão já divulgo, levar a certeza de haver a lavoura do Maranhão sacudido o torpor que lhe empece os movimentos. Confesso, porém, minha fraqueza e incompetência; negou-me a natureza eloquência persuasiva para incutir nos espíritos o entusiasmo, nos corações a fé, em ambos o querer, essa trindade fecunda à qual a humanidade muito deve. Si com o meu grito de alarma não prestei um serviço, cumpri ao menos o meu dever (oxalá que todos fizessem o mesmo...) e é isto que me basta para conciliar-me com minha consciência.

Antes de terminar, farei ainda um último apêlo, não aos pequenos lavradores, homens bons, probos e pacientes, aos quais, se não falta vontade, falecem certamente os meios; é à grande lavoura a que pode e deve querer, porque é ela quem tem, no futuro, de responder pelos erros do presente; é o seu patriotismo que invoco, é para o seu próprio interesse que apelo em nome da terra que todos extremecemos.

O machado e o facho não mais devem continuar com sua ação devastadora. Ou o arado com todos os seus corolários, ou a miséria com todos os seus horrores! Os termos dêste dilema são positivos - não há fugir a uma de suas pontas.

Concluirei bradando à lavoura do Maranhão, com o sublime cantor do Paraíso Perdido:

Awake! arise! or be for ever fallen!...

Desperta! levantai-vos! eu ficai decaídos para sempre!!

S. Luiz - Novembro 1900

Agrícola

A LAVOURA DO MARANHÃO

CONCLUSÃO

(2ª parte)

XXVII

Terminada a tarefa que me impus, e que, como já disse, julguei ser meu dever, na previsão da crise tremenda que se avizinha, a qual, em futuro mais próximo do que muitos supõem, pesará cruelmente, tanto sôbre a lavoura, como sôbre o comércio e o tesouro do Estado, cumpre-me ainda, em nome dêsses mesmos interesses, que advoguei, agradecer a gentileza do "Jornal da Manhã" que fidalgamente franqueou suas colunas a todos os que quizessem corresponder ao meu apêlo.

Rare nantes ingurgite vasto - dois! - nem mais um! "só dois, aliás distintos maranhenses acudiram à contre coeur ao brado angustioso, que a bem da nossa lavoura agonisante, soltei do alto das colunas dêste Jornal, brado que infelizmente não foi ouvido e nem sequer despertou os ecos das magestosas matas das nossas fazendas.

Sim, a lavoura contemplou, impassível, o quadro lúgubre da sua desoladora condição; leu, bocejando, o vaticínio pavoroso do futuro que a aguarda, si não abandonar o seu anti-diluviano método de cultura. Não importa; sua indiferença não me surpreendeu - é ela proverbial - mas nem por isso, ou mesmo por isso, insistirei menos, sempre que encontrar ocasião azada.

Antes, porém, de despedir-me do público, não me consente o interesse dessa mesma lavoura, embora inerte e apática, que deixe mais uma vez de chamar a atenção dos que, deveras, se interessam pelo futuro dêste Estado, para a solução aconselhada pela "Sociedade Nacional de Agricultura" atinente à transformação rápida, segura e econômica de nosso vergonhoso, sinão indecente, sistema de cultura.

A idéia dos agrônomos itinerantes pode ser considerada um novo eureka - uma inspiração genial. Reune ela em si o que há de mais prático, simples e barato, tanto para o Estado como para a lavoura, e acorde com a sua proverbial desídia.

Todos os que leram a notícia, transcrita últimamente por um dos nossos jornais, aplaudiram certamente a resolução enérgica do Dr. Pedro Afonso, levando, por intermédio dos seus auxiliares, a vacinação a tôdas as casas particulares de determinado bairro do Rio de Janeiro, forçando, por êsse meio, a população rebelde e desidiosa, ameaçada da varíola, a recêber, no próprio lar, a linfa preservativa da terrível peste.

Procedamos da mesma forma em relação à nossa impassível e descuidosa lavoura.

Levemos às suas Fazendas os modernos processos de cultura, forcêmo-las a adotar os novos instrumentos de trabalho. Será uma espécie de vacinação tão eficaz, e quiçá mais infalível do que aquela outra, e que a libertará da pobreza que a aflige, e a preservará da miséria que a ameaça.

Todo aquêle que se der ao trabalho de refletir cinco minutos sôbre êste assunto, se convencerá de que é êsse o único meio eficaz e proveitoso de que poderá lançar mão o govêrno do Estado para transformar a nossa lavoura.

O jornalismo, nos tempos hodiernos, é uma fôrça irresistível e das mais poderosas alavancas da civilização, quando o jornalista tem compreensão nítida da alta missão que desempenha, e do sacerdotício nobre e augusto que exerce na sociedade.

Pois bem; às ilustres redações dos nossos jornais, daquêles que se ocupam com o bem geral, e se interessam pela prosperidade do Maranhão, entrego essa luminosa idéia.

Para bem compreendê-la, aquilatar qual a soma de benefícios que encerra em seu bojo, e defendê-la com vantagem, não há necessidade de conhecimentos agrônômicos. O plano traçado pela benemérita Sociedade Nacional de Agricultura é modestíssimo, de fácilima execução e seus resultados são tão óbvios e infalíveis, que bastará estudá-los com atenção, para que qualquer pessoa inteligente admire sua encantadora simplicidade e se convença da excelência do seu mecanismo. Também não é menos evidente o impulso que êsse sistema de propaganda do arado e de ensino prático imprimirá à nossa lavoura, impulso que refletirá benéfica e poderosamente sôbre as rendas públicas e o futuro agrícola do Estado.

É êste o bouquet da série de artigos que o meu entranhável amor a esta terra me levou a publicar, afrontando, repito, a indiferença de uns e a crítica malévola e soez de outros. Adote-o a ilustrada imprensa maranhense, encarregue-se da sua propaganda com a tenacidade e perseverança de que são credoras as boas causas e mais tarde a lavoura e todos nós bendiremos dos seus esforços patrióticos. Para fazer-se o bem há sempre o tempo; para advogar uma causa útil, nunca falta espaço no jornal que compreende a sua nobilíssima função.

Basta. Reitero ao "Jornal" meus cordiais agradecimentos pela distinção com que sempre acolheu meus pobres e despretenciosos artigos.

S. Luiz - Novembro 1900

Agrícola.

Diário do Maranhão - de 1902 nº 8646

A CONFERÊNCIA ASSUCAREIRA

Muito se tem preocupado a Sociedade Nacional de Agricultura com a crise assucareira que, entre nós, ameaça de morte essa importante indústria.

Promove a benemérita Sociedade uma Conferência assucareira que se reunirá na Bahia em dia do corrente mês e para nela se fazerem representar, foram convidados todos os Estados, Associações Comerciais e Municípios da União.

Dignos de louvôr são os intuitos e os esforços dessa digna Sociedade, promovendo a reunião de todos os interessados na esperança de que da discussão travada entre homens que aliam à prática dos negócios a competência profissional, surja a luz que deve iluminar a indústria assucareira e indicar-lhe o caminho que lhe cumpre seguir. Entretanto sou forçado a confessar que não confio muito nos resultados práticos dêsses Congressos, principalmente entre nós, descendentes da raça latina. Ordinariamente dominados pela exuberância de conhecimentos, arrastados pela torrente impetuosa de eloquência, entregam-se os congressistas a devaneios, a arroubos de imaginação, descabidos em discussões desta ordem, sacrificando-lhes o lado prático, pela ventura o mais importante da questão. Das muitas e luminosas conclusões a que chegou o ilustrado e muito competente Congresso Agrícola, que se reuniu no ano passado na Capital Federal, por iniciativa da mesma sociedade, conclusões que, com franqueza o digo, me entusiasmaram pela vastidão dos horizontes que desvendavam, não me consta que uma só tenha mudado a condição da risonha e auspiciosa promessa que tôdas tinham, pela séria e fecunda realidade, que era para desejar.

Embora descrente, mas como brasileiro e agricultor, faço ardentemente votos para que a conferência assucareira, patrioticamente inspirada, consiga resultados benéficos e salutareos, que retemperem a periclitante lavoura de cana do Brasil.

O momento é crítico, não há duvidar, e impõem-se a todos os que deveram amam esta terra e assim o entendeu a benemérita Sociedade Nacional de Agricultura.

Uma das leis de Solon obrigava sob pena de morte, todo o cidadão ateniense a pronunciar-se pró ou contra nas ocasiões de comoção pública; hoje é o dever cívico que impõe ao cidadão a obrigação de manifestar sua opinião nas questões de interesse geral do Estado.

Obedecendo a êste preceito, direi o que penso sôbre essa magna questão; mas receio que a muita gente desagrade o meu modo de encarar êsse difícil problema. Sirva a pureza das minhas intenções para mitigar a aspereza de linguagem, e suavizar o amargo dos meus conceitos. A chaga da lavoura de cana é cancerosa, e, para esta espécie de úlceras, só ferro em braza.

Em minha humilde opinião não é muito difícil a solução do problema, que a Conferência assucareira se propõe resolver, visto como êle não se afasta e nem jamais poderia subtrair-se aos princípios gerais a que obedece todo e qualquer gênero de produção, que consiste em "produzir-se muito bom e barato, para se poder vender a bom mercado."

Para neutralizar esta lei universal, tão real e verdadeira como a atração dos corpos, inventaram os Yankees os formidáveis trusts que acabarão dando razão ao socialismo. Deixemos porém os trusts, com a sua fôrça irresistível e esmagadora e o terreno dos princípios e passemos ao domínio dos fatos, sempre mais instrutivos.

Li há meses no "Jornal do Comércio" do Rio que nas Ilhas de Hawai (Arquipélago de Sandwich) na Polynésia, os fabricantes extraíam 20 toneladas de assucar de um hectare de cana!! Ora, como é sabido, a média da produção de um hectare varia de 60 a 80 toneladas de cana. Admitamos que sejam sempre 80 ou mesmo 100 e ainda assim a porcentagem do assucar sôbre o pêso da cana será de 20 a 25%. Com esta fabulosa porcentagem não haverá preço de assucar, por ínfimo que seja, que não recompense fartamente cultivador e fabricante!

Extraíndo-se porém, apenas 6,5% que é a média entre nós, do rendimento da cana em assucar, não haverá favores aduaneiros, redução de tabelas de frete e tudo mais quanto se possa inventar que tenha o poder de operar o milagre de revigorar a lavoura de cana, nas condições atuais dessa indústria. Só preços anormais, devidos a causas ocasionais, sempre indicativas de escassez de colheita, como agora, conseguem momentâneamente emprestar illusórias esperanças ao lavrador de cana.

Quando melhora a cotação do assucar é porque a safra foi má e o lavrador de cana perdeu, pouco colheu; si animado pelos preços faz um esforço e planta muita cana, aí vem a baixa determinada pela abundância e fogem suas fagueiras esperanças como revoadas de tímidas pombas ao grito estrídulo do milhafre. Os gastos da produção e as despesas de c/v excedem a cotação normal do assucar atualmente. É fato incontestável que conhece e cujos efeitos sente toda a lavoura de cana. É essa a túnica de Nesus que atormenta e desanima senão a asfixia e não haverá Congresso, por mais ilustrado e bem intencionado que seja, que a livre dêsse suplício com medi-

das anôdinas.

Em vista do que fica exposto, quaisquer outros meios, empregados com o intuito de restaurar nossa lavoura de cana, serão insuficientes e ineficazes e não insuflarão na indústria assucareira elementos de vida que lhe permitam caminhar com passos firmes e sem muletas. A solução, pois, do problema, objeto das investigações da Conferência assucareira consiste principalmente no inteligente cultivo da cana e na perfeição dos aparelhos extrativos do assucar. Fora dêste plano que, parecendo acanhado e incompleto, é vasto e infalível, tudo quanto fôr tentado não passará de medidas auxiliares e benéficas, embora, mas que radicalmente não resolverão a questão.

Não contesto o enorme valor da redução quando não possam ser suprimidos todos os impostos que pesam sôbre o assucar, da barateza dos transportes, da criação de Bancos regionais, da organização de sindicatos agrícolas, da adoção de prêmios e de outros expedientes que poderão ser sugeridos pela Conferência assucareira.

Creio mesmo que tôdas essas medidas contribuiriam para melhorar provisoriamente a precária condição da indústria assucareira; mas não é o bastante e nem o que de melhor convem fazer-se para radicalmente curar o mal crônico da lavoura de cana. Seria um alívio, certamente, mas não lhe robusteceria o organismo, nem extirparia o mal pela raiz. A morfina também alivia o enfermo, amortecendo a dôr, que o atormenta, mas não cura o órgão doente, o qual, eliminando o efeito do analgésico, continuará a sofrer.

Demais, sejamos francos, e digamos a verdade nua e crua, em que pese aos nossos brios. Mais de uma vez, e por diversas formas, tem os poderes públicos vindo em auxílio da lavoura e da indústria nacionais e não raro também têm êsses favores servido para alimentar, sinão acoroçoar a nossa desídia, quando não se prestam para cousas ainda piores.

Poderia encher muitas tiras de papel, repetindo o que todos sabem com o intuito de demonstrar a verdade, que ousei proclamar; limitar-me-ei, porém, a referir um fato, que li há muitos anos e que tem aplicação ao nosso caso.

Houve uma época em que a pele do garo era muito apreciada na confecção de luvas de pelica. O grande consumo que dela faziam os fabricantes dêsse artigo reduziu demasiadamente, na Inglaterra, a quantidade dêsses úteis animais e os ratos, livres dos seus irreconciliáveis inimigos, multiplicavam-se e viviam à farta.

Os ingleses, práticos como sempre, prometeram convidativo prêmio a quem inventasse o melhor meio de obstar ao desenvolvimento da rataria.

O prêmio, repito, era de cubiçar, e bem podemos por aí calcular a quantidade e a diversidade de inventos que foram apresentados para debelar a invasão dos ratos. Entre os concorrentes, um houve que lembrou simplesmente a conveniência de promover-se a criação de gatos como o meio mais eficaz para o que se tinha em vista. Uma gargalhada, foi a primeira resposta a essa singular e desataviada proposta, mas depois de bem examinadas todas as outras, reconheceu e confessou o juri que contra rato só gato, que esse inventor tinha razão e o cubiçado prêmio lhe foi conferido.

Não tenho pretensões a prêmio de espécie alguma e nem suponho haver inventado coisa velha, de todos conhecida; a moralidade do meu conto é óbvia; poderá não agradar, mas está ao alcance de todos - contra as angústias da lavoura só a perfeição do trabalho.

Abandonemos, pois, expedientes tortuosos e complicados, que revelam mais engenho do que técnica, nem confiemos demasiadamente em favores e auxílios que mais beneficiam nossa negligência e imprevidência, quando não dão lugar a inconfessáveis explorações, do que ao real interesse da indústria, que se pretende proteger. Sigamos pela estrada larga e franca, sem erradas, que a ciência agrícola nos ensina e aconselha e chegaremos com segurança ao fim almejado. Convençamo-nos de que só no dia em que a média do rendimento da cana, em assucar, fôr 12% no Brasil, a indústria assucareira terá o seu presente desanuviado e garantido o seu futuro, porque só então terá ela elementos próprios de vida.

Mas, objetarão, a crise assucareira não admite medidas aleatórias e nem outras cujos efeitos se façam esperar; seu caso é grave e urgente, necessita de remédio pronto e heróico.

Assim é, mas que fazer-se?

De quem a culpa?...

Além de auxílios indiretos, únicos que razoavelmente pode ela reclamar e que sem injustiça não lhe podem ser regateados, todos os benefícios diretos, que se lhe possa prestar, mais aproveitarão aos credores da lavoura do que à própria lavoura. Emprestar-lhe v.g. dinheiro a juros módicos e a longos prazos? A experiência já foi tentada mais de uma vez, são de ontem a inani^{da}dade dessa medida, sinão os seus deploráveis efeitos para que de vamos tentá-la de novo. Por um ou outro que se salvasse, por esse meio, dezenas de fazendeiros não evitariam o naufrágio; o benefício será mínimo diante da magnitude do desastre e pesaria demasiadamente sobre os cofres públicos que representam o suor do povo. Não há pois outro caminho a seguir do que o indicado. É longo, é escabroso, demanda grande soma de esforços e de ener-

gias, mas é o único dos resultados certos e infalíveis.

Cuba e as Filipinas, sob o potente influxo da energia e do gênio yankee, cedo nos mostrarão o desenvolvimento e o progresso de que é suscetível a indústria assucareira e se não nos apressarmos em enveredar pelo mesmo caminho, seremos surpreendidos pelo retumbante eco dos seus triunfos que nos encontrarão estudando ainda os meios de amparar nossa irresoluta lavoura de cana.

Não nos iludamos; temos diante de nós êste terrível dilema: "ou a cultura de cana elevada à máxima perfeição, ou a morte da indústria assucareira no Brasil." O momento não é de hesitações, de paleativos, de meias medidas; a onda se avoluma, se avizinha, e, desgraçadamente nos encontrará desapercibidos e sem meios de resistência. Continuaremos a vida inglória de fabricar assucar só para o nosso consumo interno, talvez que protegidos pelas tarifas aduaneiras e por outros favores que, em todo caso, representam o suor de todos em benefício de uma classe. Sou francamente protecionista... do trabalho acurado, do esforço perseverante e inteligente, mas não da desídia descuidosa e da imprevidência impenitente.

Não faltará quem me considere infenso à lavoura de cana. Ao contrário, sou o seu melhor amigo; mostro-lhe com franqueza rude, embora, mas sincera, os seus êrros passados; não procuro iludí-la, nem favorecer sua culposa negligência, aponto-lhe a única táboa de salvação, que lhe resta em minha humilde opinião. Si o meu intuito fôr desvirtuado, si mal interpretada fôr minha franqueza e condenado como esdruxulo o meu conselho, saberei sofrer com resignação esta injustiça de uma classe, a que me honra de haver pertencido no tempo feliz de minha existência e a quem estou ainda ligado pelos afetos de minha alma.

S. Luiz - Junho 1902

Agrícola

Diário do Maranhão - nº 8661

O ENGENHO CENTRAL S. PEDRO

Não há muitos dias que o telégrafo noticiou a auspiciosa instalação da Conferência assucareira, reunida na cidade de S. Salvador. Que de tristes pensamentos sugeriu ao meu espírito a leitura dêsses telegramas!...

Quando homens sérios e respeitáveis, impelidos pelo amor da terra natal, abandonam lar, família e interesses e, pressurosos, correm ao grito de alarma da benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, em prol da indústria assucareira; quando a Bahia festivamente recebe seus dignos hóspedes e confiante tudo espera de sua abnegação e competência; quando a Nação inteira tem os seus olhos para essa Conferência que espargirá a luz, que deve guiar essa importante indústria; quando todos se preocupam com o triste porvir que aguarda a lavoura de cana, outrora tão próspera e feliz, o Maranhão oferece aos olhos estupefatos do público o singular espetáculo de estar promovendo a ruína, se não o desaparecimento, do único Engenho Central que possuímos, a melhor e a mais completa fábrica de assucar que existe no Estado! E entretanto o Maranhão se fez representar naquela Conferência!... Que pungente irrisão!... E que poderá responder nosso representante, quando interpelado sobre êste ato vandálico que estamos presenciando?...

Já mediram bem o alcance dessa selvageria, êsses que a promovem?

Já calcularam o prejuizo enorme, que a paralização dos serviços da fábrica causará aos próprios credores, quando tardamente se arrependerem e pretenderem reparar o mal causado? afóra lucros cessantes, sem contar os juros acumulados do seu débito, só para recomeçar não serão de mais de 150 contos? Onde havê-los? O abandono, embora temporário, importará necessariamente na ruína dessa fábrica.

Mas, porque êsse afã destruidor? qual o fim dêsse furor em aniquilar uma fábrica que, se não deixa lucros a seus acionistas, todavia crêa anualmente riqueza que se espalha pelo Estado e proporciona meios de subsistência a avultado número de compatriotas nossos?

Questão que está no domínio público, não me deterei em historiar-la; sintetizando, porém, os móveis dessa luta, sem qualificação, direi que do lado dos dois Bancos houve má compreensão de deveres. A diretoria de um Banco não pode dizer-se incompatível

com quem quer que seja, quando se trata de interesses dêsse mesmo Banco. Da parte da diretoria da Progresso Agrícola atuaram o amor próprio e a altivez, levados à altura a que só pode chegar o homem, quando é êle o único a ser prejudicado e jamais sempre que representa e defende interesses alheios que lhe foram confiados. Por mais respeitável que seja o sentimento de amor próprio, ou a nobre altivez de homem de brio, não pode ela sobrepujar o interesse da coletividade. Não digo que deva humilhar-se, isso nunca; cumpre-lhe porém afastar-se a fim de prevenir ou salvar dificuldades.

O muito conhecido: "Après moi le déluge" é o cúmulo do egoísmo repugnante. Diante de momentosos interesses, em presença de intuitos elevados, o indivíduo deve desaparecer.

"Le monde marche" diz Pelletan e no seu progredir incessante, no seu caminhar vertiginoso, individualidades não lhe são tropêço. Si se arredam, muito bem; mas si elas insistem na sua teimosia, esmaga-as, passa-lhes sôbre o corpo e prossegue na sua marcha. Eis a indefetível condição da vida social.

O carro do progresso não deve estacar diante de indivíduo, tenha êle embora a testa coroadada, já disse alguém. É esta a lei, talvez dura, mas fatal e irrefragável do progresso e da civilização dos povos.

Todo homem civilizado - é um simples instrumento, mais ou menos perfeito, ou melhor, uma das peças componentes dêsse colossal maquinismo que constitui o que chamamos sociedade.

Quando êle se gasta e se torna imprestável, ou mesmo se prejudica o bom funcionamento do aparelho, é afastado e substituído, ainda que seja necessário quebrá-lo, porque o maquinismo social não pode parar um só momento.

Em face dêsses princípios tão fatais e verdadeiros quanto as leis físicas que regem o universo, não podiam as diretorias, quer dos Bancos, quer da Progresso Agrícola, por mero capricho, pôr em perigo a existêcia de uma fábrica, que representa um progresso na indústria aãsucareira.

Não são interesses de um indivíduo, nem os dos acionistas da Progresso Agrícola, embora respeitáveis, que estão em jôgo; são os destinos de uma classe inteira e muito digna; é o futuro de uma importante indústria que periclita no Maranhão pela teimosia, pelo amor próprio exagerado, pela altivez descabida de homens, aliás sensatos e bem intencionados, mas que pela má compreensão de seus direitos e deveres, deixaram se arrastar à deploração - verdadeiro beco sem saída - em que se acham colocados.

É em nome da indústria assucareira dêste País, que todos estremecemos, indústria que se estorce no angustioso leito

que, descuidosa, para si preparou; é em nome da lavoura do Brasil, essa órfã que nunca encontrou tutor que lhe guiasse os passos e acautelasse os interesses, nem juiz que a defendesse e protegesse e que, convertida hoje em vaca leiteira, vê seus filhos morrer à fome, ao passo que o succulento leite que lhe extraem serve para engordar os apaniguados e até as barregãs dos ministros; é em nome de todos êsses elevados e muito respeitáveis interesses nacionais que, como brasileiro, protesto contra a destruição de S. Pedro, ato de vandalismo que envergonhará a geração presente.

Possam minhas palavras, se bem que fracas e despidas de prestígio, ecoar na alma dêsses cavalheiros em cujas mãos se acham depositados os destinos do Engenho Central S. Pedro; sirvam elas para poupar-lhes o remorso de haverem contribuído para a ruína de um monumento que atesta a virilidade da geração que passa; consigam elas gravar em letras de fogo a seus olhos o terrível lema: as bênçãos da geração presente ou a maldição da posteridade. E bemdi-rêi da hora em que resolvi soltar êste brado angustioso, em benefício de uma indústria que povôa à alma de saudosas e gratas recordações.

S. Luiz - Junho 1902

Agrícola

SINDICATOS AGRÍCOLAS

I

A organização de Sindicatos Agrícolas foi a mais sensata e prática das medidas aconselhadas pela Conferência Assucareira da Bahia, como poderoso meio de a erguer, nossa desfalecida lavoura, da decadência a que foi arrastada pela sua própria e deplorável incúria.

O Congresso Agrícola, que se reuniu na Capital Federal, no ano próximo passado, já os havia incluído entre as luminosas conclusões que votou e, ao encerrar os seus fecundos trabalhos, o Dr. Tosta, seu digno Presidente, os proclamou como a idéia - mater - da qual emanariam tôdas as reformas e os melhoramentos de que urgentemente necessita a rotineira lavoura nacional.

Andou pois bem avisada a conferência assucareira, insistindo pela imediata organização de Sindicatos Agrícolas em todos os Estados da União, acentuando e preconizando o alto valor dessa genial concepção, grandiosa pela vastidão dos seus intuitos, potente pela energia e eficácia de sua ação e fecunda pela exuberância dos seus surpreendentes resultados.

Adotados, há muito tempo, na velha Europa e nos Estados Unidos, não são os sindicatos - quer industriais, quer agrícolas - uma novidade, uma inovação desconhecida, de duvidosos ou problemáticos, sinão de arriscados efeitos. Eu os sugeri, há mais de dois anos, sob a denominação - "União Fabril" - como recurso salutar e eficaz para a nossa incipiente e já periclitante indústria fabril; infelizmente, porém, o mais esmaecido eco não conseguiu minha voz despertar entre os interessados!

O lema, supinamente egoísta e retrogrado - "Cada qual por si" - banido da sociedade moderna, condenado pelos sãos princípios, tanto morais como econômicos, embora por motivos e com intuitos opostos, mas que nestes casos ligam-se para combater o inimigo comum - o egoísmo - êsse lema revoltante, digo, tremula ainda no lábaro da indústria fabril maranhense, e é defendido totis viribus por industriais de idéias, aliás, muito adiantadas e progressistas: deplorável idiosincrasia do espírito humano!...

Praza aos Céus que aos seus próceres, inteligentes e perspicazes, como são, fira à vista ainda em tempo, o enorme poder da cooperação e brevemente se convençam êles dos miraculosos resultados da União, como meio de resistência e de defesa, como elemento de ação e de fôrça para indústrias balbuciantes que, isoladas, entregues aos seus únicos e fracos recursos, serão sempre impotentes e jamais poderão enfrentar os similares de países mais adiantados do que o nosso e onde superabundam capitais e braços.

Deixemos, por ora, de lado a indústria fabril. A "dôr ensina a gemer"; ela fará por si mesma a sua aprendizagem. De mais, as idéias caminham; os princípios fecundos, as concepções geniais se alastram com a violência de incêndio, não destruindo e reduzindo a cinzas, como faz o fogo, mas selecionando o bem e extirpando o mal, saneando a sociedade, expulsando do seu seio as práticas e os costumes errôneos, senão perniciosos, e substituindo-os pelos salutareos preceitos econômicos, de acôrdo com o desenvolvimento da civilização e o progresso da humanidade.

Vem, talvez, ainda longe, porque a fôrça de resistência é ingênita, mas há de raiar o dia em que tôdas as fábricas de tecidos do Maranhão, obedecendo ao mesmo influxo, impulsionadas pela mesma ação inteligente, uniforme e enérgica, patentearão aos incrédulos que, como S. Tomé, precisam de apalpar para crêr, a irresistível fôrça de cooperação! Já tínhamos o exemplo das fábricas da Bahia e registamos também, entre nós, o dos marchantes e como princípio querem as coisas, não devemos desesperar da teimosia dos nossos fabricantes de tecidos.

Ocupar-nos-emos hoje com os não menos úteis e fecundos sindicatos agrícolas.

Muitas são as faces pelas quais podem ser encarados ou estudados os sindicatos e do exame de cada uma das suas modalidades resultarão vantagens que recomendam essa peregrina concepção. No velho mundo, note-se bem, estão os sindicatos influenciando profundamente no bem estar das classes operárias, melhorando sua condição de vida, proporcionando-lhes confôrto e remuneração de trabalho que não conheciam. Pela enorme expansão comunicada às indústrias e à agricultura, pelo extraordinário incremento da produção têm os sindicatos contribuído também para a prosperidade de nações, como a Dinamarca, que pareciam esgotadas por haverem atingido o máximo do seu desenvolvimento e aperfeiçoamento agrícola e industrial; os sindicatos revelaram a esses povos que eles podiam produzir mais, muito melhor e mais barato, porque a cooperação multiplica as fôrças produtivas, imprime-lhes energia e vigor e expansibilidade até então desconhecidas.

Para nós - "rara umbra" - que lutamos esparsos, desprovidos absolutamente de todos os meios de ação, tendo a nosso favor só a uberdade do solo, os sindicatos, enfeixando todos esses esforços isolados, desencontrados, e não raro divergentes, encaminhando-os sistematicamente e os fazendo convergir harmônicos, unísonos para o mesmo objetivo, os sindicatos, repito, se-

rão o mais seguro, sinão o único meio de amparar, de fortalecer, de proteger a nossa indústria, quer fabril, quer agrícola, de imprimir-lhe coragem, vigor e fôrça, em uma palavra, de proporcionar-lhe meio de ação, ou condições de vida que lhe faltam e que de outra forma lhe seria difícil, sinão impossível reunir.

Não serão êsses, porém, os únicos benefícios que auferirá a lavoura da organização de sindicatos agrícolas. Eles defenderão também os seus interesses, removerão os empecilhos, que lhe embarçam os passos, tolhem os movimentos e, o que é ainda mais importante, a libertarão de certa espécie de parasitas que vivem à sua sombra, a sugar-lhe a depauperada seiva.

Sim, está na consciência de todos os que observam com atenção o movimento agrícola, industrial e comercial da nação que não são a rotina, a ignorância e a desídia, embora insidiosos e tenazes adversários, os que mais prejudicam e depauperam a lavoura e a indústria em geral; os seus mais nocivos inimigos, aquêles que mais a oprimem e lhe haurem as fôrças são os multiformes intermediários que, a título de a auxiliar e de a proteger, subjugam-na, atrelam-na ao seu carro e a convertem em animal de carga. Reservo essa classe parasitária para assunto de artigo especial.

S. Luiz - Junho de 1902

Agrícola

OS SINDICATOS AGRÍCOLAS

II

No meu primeiro artigo disse eu que o mais pernicioso dos males da lavoura não era a inobservância das modernas práticas de cultura, embora fôsse êsse êrro a causa única da exiguidade da nossa produção; afirmei então que o mais temeroso dos seus inimigos, aquêlê que mais a prejudica e depaupera é a numerosa classe dos seus intermediários.

É o que pretendo hoje demonstrar.

É geralmente sabido que a indústria, na sua mais lata acepção, é o principal agente de trabalho no mundo; é ela quem produz, que crêa a riqueza; mas também ninguém ignora que não é ela quem distribui, quem leva ao consumidor os frutos de seu labor e da sua atividade. Entre o produtor e o consumidor há o intermediário que se encarrega dessa distribuição. É pois o intermediário o agente e o auxiliar do produtor; mas não raro esquece êle a sua útil e benéfica função para converter-se em explorador daqueles que trabalham e que produzem.

A agricultura, como indústria que é, tem também os seus intermediários, isto é, os seus exploradores. Pois bem, além do deplorável atrazo dos processos de cultura, de anacronismos de instrumentos de trabalho, da imperfeição dos aparelhos de fabricação, como já disse, de ordinário cerca ainda a lavoura um enxame de parasitas que, a título de auxiliá-la e protegê-la, vivem à sua sombra, alimentam-se com o melhor do seu sangue e a deixam exangue, a morrer de inanição, do pouco que consegue ela colher à custa de trabalhos, de esforços e de sacrifícios inauditos; com os seus parques e mesquinhos rendimentos alimenta a lavoura os desperdícios das Companhias de transporte, a incúria dos trapicheiros, as prodigalidades dos Governos impensados e a ganância de multiformes intermediários para só mencionar as sumidades dessa legião admiravelmente organizada e amestrada.

O que pois do seu insano e rude labor fica à mísera lavoura? A honra e glória de ser a besta de carga da Nação!...

São bem conhecidos os manejos e artifícios de que se servem os comissários, os ensacadores e os exportadores de café para explorar e manter na sua dependência os imprevidentes produtores dêsse precioso fruto.

Basta dizer que entre os que, no Brasil, cultivam essa "rubiácea" e aqueles que nos luxuosos cafés americanos servem essa deliciosa bebida, contam-se não menos de nove intermediários.

Parecerá exagerado, mas os lavradores de S. Paulo bem os conhecem e sentem-lhes as garras.

Mas ainda não é tudo: comissários e exportadores, de mãos dadas com os Bancos, promovem a alta do câmbio, sempre que melhora a cotação do café e o fazem baixar proporcionalmente quando o preço do café declina. É óbvio o intuito dessa manobra.

Um pouco mais sensatos do que o lendário inglês que pretendeu habituar o seu cavalo a não comer, os comissários de café deixam ao produtor a parca alimentação, indispensável à sua subsistência - quanto seja suficiente para não morrer e poder continuar a trabalhar... para eles.

Tomei para exemplo o café, como de direito, por ser ele o "primus inter pares" da agricultura nacional, mas não há um só gênero da lavoura, nem produto algum da nossa indústria, que não esteja sob o guante de ferro do intermediário: todos para ele e só para ele trabalhamos!

É este o fato prejudicial, condenável, que todos deploramos; é esta a triste e dolorosa condição da lavoura que não pode e nem deve subsistir, que os sindicatos agrícolas se propõem remediar.

Não enxerguem, algum malévolo, nas minhas palavras, ofensas à digna e respeitável classe comercial. É ela o agente indispensável, o natural auxiliar da lavoura e presta-lhe relevantes serviços, quando se limita às suas úteis e benéficas funções; em todas as classes, se sabe, há bons e ruins e é desses que a lavoura se queixa.

Sei também, e confesso sem reboço, que nem todos os lavradores estão isentos de acre censura, e que, não poucos, abusando da boa fé e da generosidade de seus comissários, acarretam-lhes avultados prejuízos.

Não há negar que infelizmente assim é, mas todo aquele que, sem prevenção estudar atentamente essas duas classes - comércio e lavoura - forçosamente há de confessar que o comércio não tem sido o mais prejudicado.

O seu trem de vida contrasta com o modesto e parcimonioso viver do lavrador e protesta contra suas lamúrias; a abastança, senão o fausto, habita suas confortáveis e luxuosas vivendas e se uma ou outra vez a pobreza lhe bate à porta, nunca vai ela acompanhada pela macilenta face da lavoura; outras, mui diversas são as causas dos seus desastres e infortúnios: o comércio sério e honesto bem conhece esta verdade.

Cortado assim o vôo à maledicência dos desocupados que se aprezem em vislumbrar ofensã na contrastação de qualquer verdade, prossigamos com os sindicatos e procuremos demonstrar os benefícios que deles pode a lavoura auferir.

Quando mais não façam, os sindicatos agrícolas organizam a defesa da classe, a libertarão dos intermediários desleais e gananciosos, proverão os seus interesses, defenderão seus direitos e a representarão perante os Altos Poderes da Nação, que não são os seus melhores amigos, embora tenha a lavoura entre êles não poucos representantes.

Da lavoura empobrecida, desanimada e esfacelada, farão uma corporação compacta, forte e vigorosa; de homens presentemente sem valor, perfeitos zeros, reunindo-os e os arregimentando, êles, os sindicatos, constituirão uma fôrça, capaz de agir, de defender-se e de impôr o devido respeito aos seus direitos, quando feridos ou menoscabados; congregando esforços esparsos, isolados, impotentes, e não raro contraditórios, harmonizando-os e os fazendo convergir para o mesmo objetivo, criarão um centro de atividade, de energia e de expansão surpreendentes.

Os sindicatos fornecirão mais um exemplo do poder miraculoso da cooperação, da união de interesses, quando enfeixados em uma só mão, dirigidos e impulsionados por ação uniforme e patente.

S. Luiz - Junho 1902

Agrícola

OS SINDICATOS AGRÍCOLAS

III

Demonstrei, nos meus artigos antecedentes, que o intermediário entre o produtor e o consumidor é atualmente o maior obstáculo que em sua expansão encontram a lavoura e, em geral, tôdas as indústrias nacionais. Para corroborar o que tenho afirmado em relação a êste assunto e afastar dos meus conceitos tôda a idéia de suspeição, transcreverei um trecho da representação que últimamente a Associação Comercial do Rio de Janeiro submeteu à consideração do Congresso Federal.

"Em todo caso" disse essa respeitável corporação "é fato que não pode o País suportar por mais tempo êste estado de coisas, que se tornam necessárias providências por parte dos poderes públicos, e ainda mais instantes e enérgicas pelas classes produtoras que formariam pela união um antemural de resistêcia insuperável, perante o qual se quebrariam tôdas as investidas da especulação desordenada que nos assedia em tôdos os ramos da nossa atividade."

Quererão ainda mais claro?

Quem assim se expressa não somos nós, os produtores; é a própria Associação Comercial, representante do comércio da mais importante praça do País, que vem confirmar o que havíamos dito.

É ela quem, indignada, se revolta contra a ganância dos intermediários e reclama providência dos poderes públicos e mais instantes e enérgicas da parte das classes produtoras. É ainda a classe comercial quem, pelo órgão dos seus representantes legítimos, aconselha a união dessas classes, como antemural de resistêcia, contra as investidas da especulação desordenada, que assedia tôdos os ramos da nossa atividade e que só podem partir dos intermediários.

Depois de confissão tão franca e leal de representantes imediatos do comércio do Rio, confissão que muito os nobilita; à vista dêsse grito explosivo de indignação, que irrompeu espontâneo do seio da própria classe a que pertencem os intermediários da lavoura e da indústria, não deveríamos acrescentar uma só palavra mais; entretanto, desceremos aos domínios dos fatos para mais salientar a ação perniciosa, a opressão intolerável, que exerce êsse pretense auxiliar sôbre o desamparado e inerte produtor.

A cotação do café, como se sabe, desceu, no sul, abaixo do custo de produção. Questão de vital interesse, não só para os Estados produtores dessa preciosa rubiácea, como ainda para a Nação, pois tem íntima ligação (si dela exclusivamente não depende) como a

situação econômico-financeira da União, tem ela sido assunto de sérios e de profundos estudos e de calorosas discussões entre competentes profissionais, vivamente interessados em descobrir uma solução, para êsse magno e difícil problema.

Muitos e vários foram os alvitres que surgiram como remédio heróico para a angustiada situação do café; afagados num dia, bem depressa eram êles condenados pela crítica esclarecida e criteriosa.

Dentre a grande cópia, porém, dos expedientes sugeridos para valorizar o café, destacou-se o plano notabilíssimo arquitetado pelo General Quintino Bocayuva.

Êsse plano de resultados certos, sinão infalíveis, que obteve geral aceitação e despertou auspiciosas esperanças de melhores dias para essa importante cultura, não pode ser levado a efeito!

Essa genial concepção, que fulgiu como a aurora de um radiante dia de verão, estacou trêmula em frente à fôrça prodigiosa e arrogante que hoje todos respeitam e temem: a plutocracia americana!

Essa inspiração providencial que seria a salvação imediata da lavoura do café e que enriqueceria quatro dos principais Estados da União, recuou, aterrorizada diante do poder assombroso e irresistível do monopólio daquem e dalém mar!

"Si a lavoura de café enfrentasse os americanos, diz uma carta em meu poder, apanharia até o céu da boca, como se diz em gíria popular."

Sim, senhor! Pois nós, os donos dessa cultura, nós, que produzimos as quatro quintas partes do café consumido em todo o mundo, nós, a quem de direito pertence o monopólio dessa produção, teremos de curvar a cabeça e de estender a cerviz aos comissários - senhores absolutos e tirânicos do mercado de café.

Seremos forçados a entregar-lhes, submissos, sem um protesto sequer, os frutos do nosso trabalho, das nossas fadigas, do nosso suor, pelo preço que êles entenderem dar-nos, para que os revendam aos consumidores com lucros fabulosos e possam acumular as riquezas cresianas, que excedem tudo quanto a imaginação mais fantástica possa conceber?!

E se tentarmos defender-nos, apanharemos até o céu da boca! E só por isso recuamos e nos rendemos à discrição!...

Seria revoltante, si não fosse contristador e doloroso êsse estado de coisas, porque dá a medida da nossa fraqueza e pusilanimidade; o povo que se não sabe defender e sofrer por amor dos seus direitos, que se deixa espoliar do que é seu pelo só temor da luta, bem merece que seja tratado com desprezo.

Seja, porém, como fôr, o fato é que o café, que é monopólio nosso, passou a ser monopólio americano e que, em vez de cotarmos a nossa mercadoria, essa cotação nos é imposta pelos Yankees e

o que é ainda mais deprimente para o nosso caráter, não ousamos reagir pelo medo de sermos esmagados na luta!

Em face desses fatos, de rigorosa e incontestável verdade, não resta a menor dúvida de que o intermediário é o árbitro supremo e inatacável, para não dizer o detentor - da lavoura do café do Brasil, aquêles para quem trabalhamos, sem esperança de redenção!...

S. Luiz - Junho 1902

Agrícola

OS SINDICATOS AGRÍCOLAS

IV

Não é unicamente o café que jaz opresso e esmagado sob o guante de orgulhosos e arrogantes comissários; o assucar também, apesar da sua modéstia, ou talvez por isso mesmo, é ainda mais infeliz.

O americano, principal consumidor do nosso café, inteligente e perspicaz, não deixa morrer a galinha dos ovos de ouro; mantém, pelo contrário, embora arraçoada, essa lavoura que é a sua vaca leiteira e lhe fornece o pábulo à sua demasiada e insaciável cubiça.

O assucar, porém, explorado por gente menos sensata e precavida, não encontra, nos seus intermediários, o mesmo tino previdente, como o café, e que os aconselhe a deixar-lhe alguns meios de vida, parques que fossem, tendo aliás certeza de que o fariam no seu exclusivo interesse.

O café, outrora próspero e poderoso, deixou-se domar por sua própria incúria e imprevidência, e ainda assim foram necessários os cem braços de Briareu yankee para subjugá-lo e mantê-lo.

O assucar, tendo a vencer o seu rotineiro atrazo, a sua ignorância descuidosa e natural desídia, enfrentando, a mais, rival hábil e industriosa, qual a beterraba, foi presa facil mesmo para o comissário nacional.

O General Bocaiuva, em magistral e luminosa mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Rio, assim se expressa em relação a essa indústria.

"A indústria está em condições precárias; o consumo de assucar está limitado e, como se isto não fosse suficiente, a especulação mercantil, o açambarcamento do gênero por algumas casas poderosas do Rio determinam para os produtores o aviltamento do preço, sem vantagem para o consumidor, que paga sempre o produto por preço elevado."

Pretendeu, há pouco tempo, o Governo Federal amparar a lavoura de cana do Município de Campos e desafrontá-la da opressão dos seus gananciosos intermediários.

Com êsse intuito concedeu-lhe o ex-ministro Murtinho favores excepcionais; mas como os benefícios dos poderes públicos, sempre mesquinhos, ficam, as mais das vezes, aquém das necessidades, que êles pretendem provêr, passado que foi o primeiro momento de surpresa (e a coisa não era para menos, pela raridade do fato) cerravam fileiras os tais auxiliares da lavoura e levavam de vencida protegidos e protetores.

"A especulação mercantil, diz o mesmo importante documento oficial, procurou tirar a sua desforra."

Este fato deixou bem patente que não é só nos grandes mercados americanos que o capital, sob a forma de sindicatos e de trusts avassala todos os ramos da atividade humana.

No Brasil ensaia êle também as fôrças, e embora mais bronco, inculto e inexperto, e talvez que por isso mesmo mais pernicioso, pretende, sem prudência e imoderadamente, locupletar-se à custa dos que trabalham, esquecidos de que para produzir-se é preciso viver e que para viver é indispensável alimentar-se.

Nada aproveitaram à cega cubiça dos intermediários de assucar os fatos deploráveis que se deram na safra do ano passado e a que foram levados pelo desespero os lavradores de cana.

Em Campos, muitos canaviais, queimados uns, outros entregues ao gado, foram abandonados pelos lavradores.

Em Pernambuco, como em geral as canas são fornecidas às usinas, algumas delas puzeram os aparelhos à disposição dos fornecedores, para que, à sua custa, aproveitassem as canas.

Agora mesmo chegou-nos notícia da suspensão do fabrico do assucar em usinas do sul, como resposta ao conclusão dos comissários, que, propositadamente, fizeram baixar a cotação desse produto ao extremo de não ficar margem para cobrir o custo da produção.

Imbecis! Não vêm êsse empanturrados comissários que vão com tanta sede ao pote que à sua grande sofreguidão secará a fonte que lhes alimenta a cubiça?! Saibam, ao menos, arraçoar, embora com regra, a sua vaca leiteira, pois são êles os únicos que lhe fruem os lucros, como já disse alguém.

Está pois bem desenhada e caracterizada a posição do intermediário no nosso mecanismo econômico.

Êsse moderno Briareu, com um pé sôbre o ventre da lavoura e o outro calcando a cerviz da indústria, violenta, oprime, aniquila, com o poder do seu ouro, tôdas as classes produtoras. E aí daqueles que não se curvarem ao seu simples aceno; muito pior para os que tentam resistir e defender-se.

A luta, não há duvidar, está travada por tôda a parte entre o produtor e o intermediário, ou melhor, para falar com mais propriedade - entre o trabalho e o capital.

Si as classes produtoras não se unirem, si não organizarem a sua defeza por meio de sindicatos, ou de outras agremiações que lhe sirvam de antemural, na frase da Associação Comercial do Rio, contra o assédio e as investidas da especulação, serão tôdas elas reduzidas à triste condição de servos da globa da plutocracia comercial.

É pois, necessário e urgente, opôr sindicato contra sindicato, trust contra trust; aos ardís da sua imoderada ambição respon-

der com a união sincera das classes, com a coesão perfeita de todos os seus membros; ao poder esmagador do seu ouro resistir por meio do trabalho assíduo, da perseverante economia e tenaz resolução. Só assim poderemos conter a onda invasora de ambições descabidas que ameaça tudo submergir. E ainda há quem, concientemente diga: "Cada qual por si!" Miopes, que não vêem o abismo diante dos pés!

Sou velho e com certeza não verei o desfecho dessa luta gigante, que se avizinha, em futuro mais ou menos remoto e que se anuncia temerosa, entre os que trabalham, os que produzem, os que crêam a riqueza e aqueles que violentamente se apropriam dêsse trabalho, monolizam em seu exclusivo interesse essa produção e ostentamente usufruem essa riqueza.

As religiões existentes são impotentes para sustar a insaciável cobiça e estancar a ardente sêde de ouro que devora a classe que se diz e se considera a mais forte e leva sua ousadia e insânia ao extremo de pretender que tudo lhe é permitido.

Si a união íntima e coesa de tôdas as classes não fôr bastante forte e potente para contê-la, só restará a recolução como recurso extremo e único capaz de sanear a sociedade e de expurgá-la dos seus argentários e orgulhosos detentores.

S. Luiz - Junho de 1902

Agrícola

OS SINDICATOS AGRÍCOLAS

V

Não nos seja levado a mal, tratar também da "super-produção", a cujos efeitos atribuem muitos a aflitiva situação da nossa depauperada lavoura.

Apezar de todo o mal que se possa, com razão, dela dizer, é a lavoura quem mais trabalha e produz, quem maior peso carrega dos encargos públicos e do seu árduo, incessante e desprotegido labor é que há de vir o remédio, sinão a cura, para o nosso mal.

País, não diremos novo, mas que deixou-se ficar atrás, por causa da feracidade do seu solo e da exuberância dos seus recursos naturais e principalmente devido à índole desidiosa e descuidosa dos seus habitantes, os seus processos de cultura, pode se dizer, que são ainda pre-históricos.

Homero, 900 anos antes de Cristo, refere que charruas, puxadas a bois, lavravam os campos de Troia; entretanto, o arado ainda não foi geralmente adotado no Maranhão, e nem as suas vantagens são por todos nós reconhecidas.

Não obstante tudo isso, e o mais que calo, e que poderia ainda dizer, é a lavoura o mais tolerante e inofensivo dos contribuintes, e também a mais abundante e inexgotável fonte de renda da Nação.

A sua indústria, balbuciando ainda, ensaiando agora passos trôpegos e mal firmados por causa da desunião da classe, está na infância, na época de aprendizagem, precisando de favores e de auxílios que, raro, lhe são dispensados e que, não raro, se convertem em pesada carga, superior às suas fôrças que lhe atiram às costas, que a esmaga, oprime e obsta ao seu desenvolvimento.

É pois a lavoura o que vulgarmente se chama: cavalo de pórteira.

Dáí a dependência em que todas as demais classes vivem da sua vitalidade e prosperidade.

A causa da lavoura é, portanto, a causa de todos nós e nunca será demasiado insistir-se sobre os males que a oprimem, investigar-lhes as causas e procurar, por todos os meios, afastar os impecilhos que lhe dificultam o desenvolvimento, já de si rotineiro e tardo, e por isso mesmo hesitante.

Ouvi falar pela primeira vez em super-produção no Brasil, num dos relatórios do ex-ministro das finanças, Dr. Murinho.

Surpreendeu-me devéras a denúncia de um fato que se dava à minha vista, sem que eu para êle houvesse atentado.

Superprodução no Brasil?!...

Será possível? matutava eu.

Em documento oficial não podia êsse alto funcionário agradecer, mas tão sério falava êle que aconselhava a queima do café, como meio de valorisá-lo.

Constou mesmo que êle recomendara ao Banco da República que não reformasse as hipotecas de fazendas de café, para que fossem adjudicadas ao Banco e abandonadas.

Não acreditando, embora, na disparatada e criminosa recomendação, não podia, todavia, duvidar do conselho dado à lavoura de café.

O fogo, ou melhor, a combustão, que é o grande agente purificador da natureza, era também para o ex-ministro o regulador de tôdas as superabundâncias. Há excesso de papel moeda? Fogo com êle. Há superabundância de café, fogo com êle. Com êsse processo sumário eram cortadas tôdas as dificuldades.

Só não houve uma bôa fogueira para a avalanche de selos que soterrou tôdas as indústrias e para a récuca de advogados administrativos e de outros sangeu-sugas, que sugavam o Tesouro Nacional!!!

E que houvesse superprodução... o remédio não seria o fogo. A Inglaterra, v.g., provávelmente mais atrasada do que o nosso estadista, nunca aconselhou aós seus industriais que queimassem seus artefatos, nem deixou entregues às leis da seleção (outra teoria muito do agrado do Snr. Murinho) o excesso da sua enorme produção; pelo contrário, acoroçoa ela sempre o seu ascendente desenvolvimento. O que, porém, ela faz, é procurar por todos os meios dar-lhes saída, é abrir para êles novos mercados, ainda que seja a seu modo, a balas de canhão.

Mas isso é antiquado; o fogo e a seleção são processos mais aperfeiçoados, de grande simplicidade, fáceis e cômodos.

Repugnava-me aceitar a superprodução como fato real, mas era tanta gente a afirmá-la em todos os tons que eu vacilava nas minhas convicções em contrário. Ainda bem que acudiu a reflexão e que a luz vai-se fazendo.

O General Bocaiuva suspeita, com bons fundamentos, da veracidade das estatísticas do café, arrançadas exclusivamente pelos açambarcadores dêsse produto, e exageradas de acôrdo com o seu interesse.

Deparei também com a opinião de um homem notável, que não se deixa levar por aparências, e que sabe pensar e, melhor ainda, dizer o que pensa: o Dr. Manuel Vitorino.

"Procura-se argumentar", diz êle "para diminuir a responsabilidade dos que nos levaram a esta triste contingência, que os fenômenos observados são efeitos de leis naturais, que regem a produção das riquezas em tôdas as épocas e em todo o mundo. Para explicar a situação quase que desesperada do agricultor e das demais classes sociais, que direta ou indiretamente vão buscar no trabalho agrícola os seus meios de vida, diz-se que o excesso da produção é a causa das condições aflitivas atuais."

"Esquecem, entretanto, que jamais o excesso da produção a todos os nossos gêneros de consumo interno ou externo, êles só adquirem diferenças sensíveis de preço para o agricultor, o único sobre quem se refletem tôdas as depreciações dos mercados." "Os preços pelos quais os nossos produtos são consumidos no país e no estrangeiro pouco tem variado: a baixa dos preços pagos aos produtores se a alguém evidentemente beneficia, é aos intermediários e aos consumidores!" "Tudo isto revela a situação anormal e irregular a que estão sujeitas as nossas forças e efeitos econômicos." "Só se fez a baixa para a produção e não para o consumo." "Si realmente o excesso de trabalho produtivo fôsse a causa determinante da baixa dos preços, êle devia estender os seus efeitos até o consumo e não se limitar apenas ao comércio intermediário que criou um verdadeiro monopólio de fato, impondo os preços novos e baixos para a produção e mantendo os preços antigos e altos para o consumo."

Em tôda essa discussão há um fato que a todos sobreleva pela nitidez dos seus característicos - é a ação nociva dos intermediários.

A consequência evidente, iniludível a que chegam todos os que se têm empenhado em êsse debate, é que os intermediários, mantendo a sua função natural e benéfica, tem sido os únicos a lucrar com as dificuldades que atualmente afligem tôdas as classes produtoras.

Si o máu estar dessas classes, si os males de que padecem não forem obra sua, êles os agravaram para satisfação de sua insaciável cobiça.

A interferência perniciosa do intermediário deve terminar, não só para o bem das classes produtoras, como ainda por amor da sua própria dignidade.

A classe que se respeita e preza seu brios, não se deixa ludibriar impunemente.

S. Luiz - Junho 1902

Agrícola

OS SINDICATOS AGRÍCOLAS

VI

Publiquei, há tempos, sobre a lavoura no Maranhão, uma série de artigos, que foram qualificados de - "intermináveis" - por um digno diretor de importante empresa agrícola do Estado (única recompensa, aliás, seja dito à pureza, conferida a meus esforços, em prol de uma indústria, que a todos deveria interessar).

Nessa ocasião, é certo, esvasiei o mal provido alforge. Repetir o que então improficuamente escrevi, seria, não direi malhar em ferro frio - porque a mecânica suprimiu essa locução, socorrendo-me, porém, de outra expressiva frase popular, direi que seria o mesmo que - chover no molhado.

O evangélico "clama ne cesses" não pode ser aplicado ao Maranhão.

Fracassaria chatamente quem pretendesse pela insistência da palavra, verbal ou escrita, fazer vingar uma idéia, um princípio por mais sensato e verdadeiro que ele fôsse.

Mas é convicção só minha, que não tanto pelo amor arraigado à rotina e nem exclusivamente por desídia, é a nossa lavoura refractária a qualquer modificação em seus processos de cultura.

É principalmente a ignorância dos mais elementares princípios agronômicos que lhe dificulta, sinão veda-lhe a adoção dos modernos e científicos sistemas agrários.

O maranhense, em regra, é inteligente, progressista e excessivamente assimilador, mas não é empreendedor - precisa de vêr para crêr. Falta-lhe a coragem indispensável ao iniciador, e nem sempre o acompanham a tenacidade e a perseverança que sobrepujam as dificuldades da execução. O maranhense certamente não repetiria o que o engenheiro inglês, Crampton, disse ao engenheiro francês Perdoneret a propósito do fracasso do primeiro cabo submarino transatlântico: "Aqueles que quizerem levar a bom termo uma empresa qualquer, devem recomeçá-la tantas vezes quantas forem precisas para conseguir o sucesso".

C. Flamarion também disse algures: "Há uma faculdade de inteligência que algumas vezes iguala o próprio gênio, é a paciência, é o trabalho perseverante, sustentado por infatigável energia." É justamente o que, em geral, falta ao brasileiro e o que, absolutamente não possui o Maranhão.

As três raças básicas, cujo produto somos, não nos podiam transmitir qualidades ou caracteres que nenhuma delas tem. A imigra

ção ainda não chegou por aqui; só ela poderá transfundir nas nossas veias sangue novo e vigoroso que comunique ao nosso organismo esse élan e entusiasmo, essa aspiração e inspiração que impelem o homem para a frente, e lhe inoculam na alma a fecunda confiança em si próprio, a convicção profunda do poder da inteligente tenacidade, a que tudo cede neste mundo.

Enquanto, porém, não nos vem a almejada imigração, tentemos alguma coisa em benefício da pobre orfã e procuremos aliviá-la do opressivo e asfixiante amor dos seus pretensos auxiliares.

Felizmente os mesquinhos produtos da lavoura não encontram aqui açambarcadores que os monopolizem em seu exclusivo interesse e ainda que os houvesse, não encontrariam eles farta messe à sua cúpida atividade, e talvez que por isso mesmo é que estamos livres dessa praga. Si, porém, não termos comissários, que se locupletem com o suarento trabalho do lavrador, não nos faltam, todavia retalhistas (que constituem a espécie de gênero intermediário) que levam muito longe o amor do ganho e o zelo pelo balanço dos anuaes.

Entretanto, todos eles, com ar sério e grave compostura, queixam-se da crise e pouco falta para que afirmem que se estão aruinando em benefício do produtor e do consumidor.

Não descerei ao exame minucioso dos preços desproporcionados pelos quais compram eles e retalham quer os gêneros de produção do Estado, quer os importados. São negócios que vemos diàriamente e cujo imoderado lucro é atestado pela nossa bolsa.

De alguns gêneros posso dar testemunho do preço por que nos são comprados pelos retalhistas e também não ignoro quanto por eles paga o consumidor. Não há, pois, negar, a vida em Maranhão está muito mais cara do que em outros qualquer Estado, por causa da imoderada avidez do regalista. É o que sentimos todos e é confirmado por quantos nos visitam.

Acredito que o lucro dos retalhistas não corresponde aos elevados preços que nos cobram, mas a razão me parece ser outro. Desconfio que há excesso de retalhistas relativamente ao número dos consumidores e daí a pequena freguesia de cada um e a necessidade de carestia para fazer face às despesas de custeio, direitos, etc. e para lhes ficar ainda gorda maquia.

É justamente o inverso do que ensina a ciência econômica: maior oferta e menos procura determinando a alta do preço e o que é absurdo.

No caso vertente não é a lei econômica que falha, são o concluído tácito, a coligação reflexa de interesses que invertem esse princípio, e têm o poder de torcer uma lei econômica e universalmente aceita e de rigorosa verdade.

Seria caso para plicação do fogo, aconselhado pelo Dr. J. Murtinho si não estivesse ao alcance, nas próprias mãos do produtor, o corretivo a êste deplorável estado de cousas.

Verdade é que deveria verificar-se o princípio básico da seleção - os mais fortes devorarão os mais fracos - e é por isso que, de quando em vez, um dos tais arrebenta e desaparece, mas infelizmente é logo substituído por outro intemerato, que se considera forte e por essas sucessivas substituições nulificam-se os efeitos da lei de seleção.

Os sindicatos agrícolas colocariam o produtor ao abrigo dessas coligações que chamaria "inocentes" porque acredito que não são combinadas, mas que em todo o caso tão prejudiciais ao consumidor e sem vantagens para o produtor e cujos efeitos manifestam-se no exclusivo interesse de uma classe, aliás respeitável e digna, mas que desnaturando suas benéficas funções, tem-se convertido em insuportável parasita das classes produtoras.

Pudessem as coisas humanas ser comparadas à imutável e admirável ordem que preside aos fenômenos da natureza e eu diria que assim como a água do mar, pelo calor solar se eleva, sob a forma de vapor, até à atmosfera, que o armazena, e depois o distribue, em chuvas bemfazejas e vivificantes por todos os continentes, donde ela volta, pelos rios, aos mares donde partiu, para ser de novo evaporada e convertida em chuvas, nada interpondo-se à sua invariável e providencial circulação; assim também o produto das classes operosas, entregues ao comércio que os reparte pelos mercados consumidores, deveriam voltar às classes produtoras, não em espécie, como a água, mas sob a forma monetária, para novamente volver ao comércio transformada em novo produto. Esta é que é a circulação natural do trabalho; mas si os proventos que deveriam reverter nos que produzem, ficaram espalhados pelos caminhos, que transitarem, nas mãos dos açambarcadores, impossível será convertê-los em mais abundantes produtos. Atacadas por esta forma as fontes de produção, afinal paralisará por completo a circulação do trabalho e a ruína de todos - produtores e açambarcadores - será inevitável.

Si fosse rigorosamente observada a mecânica do trabalho, todos teriam a justa parte dos lucros correspondentes às suas funções e aos seus esforços, sem gravame para o consumidor. O trabalho seria remunerador, o consumo farto e barato, o intermediário teria tudo a lucrar dessa natural expansão da produção, e do bem estar geral. Arrancar, porém, a camisa dos consumidores, depois de

haver deixado nú o produtor, além de iníquo, seria imensamente insensato, porque exgotaria a paciência das vítimas.

Não é prudente confiar demasiadamente na tolerância da lavoura, essa paciente besta de carga, que tudo suporta sem soltar um gemido sequer. Quanto mais concentrado porém e comprimido estiver o seu sofrimento, tanto mais terrível será a explosão de sua cólera no dia do ajuste de contas! O 14 de Julho aí está para escarmento de todas as opressões!

S. Luiz - Junho 1902

Agrícola

OS SINDICATOS AGRÍCOLAS

VII

Há um outro fato que não devo calar, porque si todos os outros o não sobrelevam, nem por isso é menos nocivo e concorre também poderosamente para depauperar a nossa indústria agrícola: refiro-me ao excessivo frete que à miseranda lavoura cobram as companhias fluviaes. Já tive ocasião de criticar essa irregularidade, sem que tivesse merecido as honras de uma contestação. Elas bem conheciam nossos hábitos, e sabiam que nenhum mal lhes adviria da minha impertinente ousadia, e que estava eu pregando no deserto, como agora e sempre.

Apesar disso e talvez que por isso mesmo, não deixarei de insistir sobre este assunto, e de profligar o erro dessas companhias que, obstinadas, não querem vêr os enormes prejuizos que lhes sobrevêm de tão extranhável teimosia.

Deixarei, por hora, de lado, incalculáveis males, transtornos sem conta, que causam elas também às finanças do Estado, ao comércio, à lavoura e a todos em geral, com os exorbitantes fretes que cobram.

Si o trabalho é o pai da abundância, serve-lhe de mãe a barateza e de madrasta a carestia.

Entre nós o exagêro dos fretes encarece todos os gêneros de produção do Estado, quando não obsta a que venham ao mercado. A barateza é a benção do povo, do mesmo modo que a carestia é o seu anátema. Os fretes e o retalho são pois os dois maiores cabrions atuais da nossa tolerante população.

A modicidade das tabelas de fretes, como é sabido, tem até o poder creador: Crêa freguesia, crêa indústrias e culturas novas, aumenta a receita da companhia, desenvolve todos os ramos de atividade, remunera o presente e garante o futuro de tôdas as emprêsas de transportes que sobre ela baseiam a sua prosperidade.

Os benéficos efeitos da barateza dos fretes não são prontos e imediatos, mas por isso não deixam de ser certos, infalíveis e largamente compensadores. Ninguém colhe sem primeiro plantar; só no Maranhão é que se pretende o absurdo contrário, e é por esse motivo que, contristados, assistimos o caminhar arrastado e penoso da maioria das nossas emprêsas.

Vê-se, pois, que nem o interesse próprio, esse guarda de cem olhos, o mais vigilante que se conhece, a bradar às armas durante muitos anos, conseguiu ainda despertar os surdos timoneiros das nossas emprêsas de navegação a vapor.

Em geral tôdas as nossas sociedades anônimas são, além de surdas, miopes; só veem o presente, o futuro está fora do alcance do seu raio visual, si é que êle não lhes é indiferente. Entretanto, é o futuro que deve constituir o objetivo principal, sinão único, de tôda e qualquer emprêsa bem organizada e dirigida com sagaz inteligência.

A mais das vezes se deixam elas iludir por falaz sucesso, satisfazem-se com mesquinhos proventos, devidos quase sempre a causas transitórias e não raro também a favores exagerados e descabidos que geitosamente conseguem do Estado e que, cedo ou tarde, lhe serão retirados.

O trabalho do presente deve consistir na conquista do futuro. Garantir o futuro deve ser a máxima aspiração de todos, e principalmente das associações, cuja vida abrange muitas gerações. O futuro, pois, de uma companhia é tudo; os dividendos que possa ela distribuir, relativamente, pouco valem. Os nossos acionistas pensam diversamente - só olham para os dividendos, pouco lhes importando as condições da companhia.

Entretanto, acontece muitas vezes que o interesse do acionista não é o mesmo que o da ação. São palavras de um grande homem, que querem dizer - que nem sempre os lucros sedutores da ação representam os verdadeiros interesses do acionista.

Para bem compreender-se quanto é justo e profundo êsse pensamento de um dos maiores vultos do século passado, bastará atentar para o que quotidianamente vemos no nosso ambiente, isto é, companhias que distribuem regulares dividendos, e cujas ações são cotadas muito, mesmo muito, abaixo do par. A razão dessa anomalia se encontra na illusória prosperidade dessas companhias, mas que a ninguém engana e cujo precário futuro todos conhecem e não inspira confiança alguma.

O que vale a uma companhia situação, embora brilhante, si ela é efêmera, si a ruína e a morte a acompanham, escondidas nas dobras da sua fictícia prosperidade? Para o que serviram à Industrial Caxiense e à Gambôa os fulgurantes dividendos outrora distribuidos? A que estão elas hoje reduzidas? A um remorso vivo para os que se deixaram enganar por simples aparências... e pouco mais.

Algumas outras, mais infelizes ainda, nem êsse fosforescente brilho aparentaram. Mais desoladas do que as regiões polares, nas suas longas noites de seis meses, nem siquer os pálidos raios de fugitiva aurora boreal vieram adelgaçar as densas trevas em que nasceram, crearam-se e se conservam ainda envolvidas para desespero dos seus pacientes e crédulos acionistas.

Que o futuro de qualquer empresa, seja industrial, agrícola ou comercial, deve ser a sua constante, sinão exclusiva preocupação, e que os meios para conquistá-lo não foram e nem serão os adotados pela Companhia de Navegação a Vapor, é verdade tão vulgar e corriqueira, que a contragosto sou forçado a repetir: é só porque ha mais de cem anos não conseguiu ela fazer-se ouvir por quantos tem gerido essa companhia.

Depois da invenção dos mosqueiros, dizem que já se podem apanhar moscas com vinagre. As companhias, de que me tenho occupado, parecem que comungam nessa crença; mas como estão todos enganados... O que atrai as moscas é o assucar; o vinagre serve para as atordoar e matá-las. Esta é que é a verdade.

De fato, pretender que uma companhia de transportes que depende do favor público, possa desenvolver-se, prosperar e garantir seu futuro, tomando como base da sua gestão a carestia dos fretes e das passagens, além de outros pecadilhos mais, é loucura igual à daquêle que, havendo plantado cardos, esperasse colher boninas.

Aí ficam essas chapas semsaboronas para as Companhias de Navegação a Vapor deglutirem.

S. Luiz - Novembro 1902

Agrícola

"Federalista" de 26-11-02

OS SINDICATOS AGRÍCOLAS

VIII

Ha outra ordem de considerações, que nos levariam muito longe, mas que apenas esboçamos por desincargo de consciência.

Si é justo que o frete seja calculado sobre o peso, e de acordo com o volume dos objetos, não é menos equitativo que deve ele se aproximar, quanto possível, da proporcionalidade do valor dos mesmos objetos. Cobrar v.g. por uma saca de carvão de algodão o mesmo frete que por outra de café, tenham embora o mesmo peso e volume, seria simplesmente um absurdo em que, não raro, incidem as companhias fluviais.

Quero mesmo admitir que as tabelas de fretes dessas companhias estivessem em relação à cotação elevada, a que atingem os produtos da lavoura; continuar, porém, a cobrá-las depois que esses produtos ficaram completamente desvalorizados, foi uma exigência que assumiu as proporções de clamorosa extorção.

Há dois anos que houve a débaçle por todo o país e a miséria principiou a atacar todas as classes sociais e a invadir todos os lares de envolta com o fumo da incineração do dinheiro. Pois bem, só agora reconheceram essas companhias que era justo e conveniente baixar os fretes e ainda assim a redução não foi além de 20% para a exportação e 10% para a importação! Feito isso, descansaram, revendo-se na sua obra.

Provavelmente, pavoneam-se elas com esse rasgo de arqui-patriotismo e de acendrado proteccionismo à lavoura e ao comércio. Não há dúvida que assistidas pelo clamor público, gemeram, estorceram-se, e afinal pariram - ridiculus mus.

De fato, a desvalorização dos gêneros da lavoura, em média, se aproxima de 100% e a redução dos fretes tendo sido de 10 e de 20% foi realmente enorme sacrifício a benefício da lavoura e do comércio.

Estudando-se também as tabelas de fretes em relação ao valor mercantil dos gêneros, depara-se com o absurdo de pagarem alguns deles 48% do seu valor, como acontece ao sal e ao querosene - o adubo e a luz do pobre!

A lealdade com que estudo e discuto todas as questões de que me tenho ocupado, me obriga à seguinte confissão:

Si vemos nossas empresas arrastar existência penosa, asoberbadas por constantes dificuldades, quando muito contornadas, sempre renascentes e jamais extirpadas, é esse deplorável estado de coisas em grande parte devido à circunstância de serem elas dirigidas por negociantes, aliás probos, zelosos e competentes, mas que vergando ao peso dos seus próprios negócios, não dispõem do tempo preciso para estudar e meditar no que de melhor convem a essas engeitadas.

O desprendimento, sinão indiferença, com que vejo acionistas tratarem, em assembléa geral, companhias onde têm capitais embarcados, autorizam-me a dar-lhes êsse triste epíteto.

Não acompanho os que entendem que ao brasileiro, em geral, falta a faculdade ou o tino administrativo. Si aparecem queixas da sua gestão é porque à escôlha dos prepostos nem sempre preside o conveniente critério, si é que aos proponentes não falta a intuição clara dos seus verdadeiros interesses. É o que sempre se observa por ocasião das eleições das diretorias de sociedades anônimas.

Quando investido de altas funções, o preposto, seja brasileiro ou não, si por mal remunerado, terá necessariamente de acumular outros negócios, que lhe proporcionem suficientes meios de subsistência. Uns afazeres lhe roubarão tempo e o distrairão em detrimento dos outros, de sorte que ficarão prejudicadas tôdas as suas occupações.

A idéa fixa, concentrada e calma, sem outras preoccupações, é a única fecunda e que tem a faculdade inventiva. Os gênios, que abrangem multiplicidade de negócios, são raros, e seria irrisório pretender encontrar cérebros geniais para diretores de companhias.

Mas para que argumentos quando temos fatos? Aquelas das nossas emprêsas que são administradas pelos próprios donos, sejam ou não brasileiros, prosperam; as que, porém, o são por prepostos, embora estrangeiros, nem sempre salvam as despesas de custeio. Ainda mais. Os mesmos negociantes que dirigem companhias sem proveito para os acionistas, com muita perícia e vantagem, manejam as complicadas transações das suas importantes casas comerciais.

A questão é, pois, de tempo, de dedicação e de competência, condições indispensáveis e que as companhias devem pagar pelo seu justo valor, si quizerem ser bem servidas. Infelizmente, elas assim não entendem, esquecidas de que o barato as mais das vezes sai caro, e muito caro.

Talvez que devido à sua má compreensão das suas reais conveniências é que a Companhia de Navegação a Vapor, que por muito tempo monopolizou o transporte dos produtos da lavoura, armada com exageradas tabelas de fretes, escolhendo as cargas que melhores lucros deixavam, desfrutando pingues subvenções do Geral e Provincial, entretanto, lutou sempre com dificuldades, tropeços de tôda espécie, sem jamais conseguir desanuviar o presente e ainda menos garantir o futuro; seja, porém, como fôr, o que vemos é vapores de outros Estados que tem vindo e continuarão a vir mariscar no seu próprio território o que não acontece a qualquer galo que se prese.

Abstenho-me de mais amplas considerações.

O mapa que farei publicar, é bastante sugestivo para dispensar-me de outros comentários.

São poucos os gêneros que menciono, mas como pelo dedo se conhece o gigante, bastará êsse especimen para dar a medida dos desvelos dessas companhias que deveriam ser os principais auxiliares da lavoura e do comércio, de cuja prosperidade participam, si é que exclusivamente dessas classes não vivem elas.

Convém também não esquecer que para melhor servir os interesses dessas duas respeitáveis classes tem uma das companhias de transporte assento largo e cômodo à mesa do banquete orçamentário da Nação.

Há quem entenda que a subvenção lhe é prejudicial pelas obrigações que lhe impõe. Ela que não a renuncia, é porque bem conhece a diferença que vai entre deglutir sem ter o trabalho de mastigar, e ter o trabalho de mastigar sem a certeza de deglutir. Nesse terreno ninguém lhe dá lição.

Dou por terminada a minha ingrata tarefa.

Sei que benefício algum advirá para a lavoura do Estado, mas terei dito a verdade, o que, em tempos que correm, não deixa de ter o seu mérito, pela soma de sacrifícios que impõe, e pelo desagrado dos que se consideram ofendidos. Não talhei, porém, carapuças, e nem discuti personalidades; falei em tese, e advoguei princípios universalmente aceitos. Si alguém se julgar ofendido, lastimarei; mas não me arrependerei do que disse, porque a verdade é como a luz - não pode ser obumbrada. Acima das conveniências de quem quer que seja - indivíduo, associação ou classe - colocarei sempre a causa da lavoura, que é, repito, a causa de todos nós, e a da própria Nação.

S. Luiz - Novembro 1902

Agrícola

TABELA DE FRETES

Caixa de Kerozene -	do estrangeiro	1\$400	-do Rio	- 4\$
	para Caxias	4\$500	-para Pedreiras	- 5\$
Caixa de cerveja -	-	-	-	-
		8\$000		- 9\$200
Barrica de fari- nha de trigo		3\$400		
	para Caxias	7\$400	-para Pedreiras	- 6\$800
			-do Rio	- 4\$000
	para Caxias	5\$000	-para Pedreiras	- 5\$400
Barril de vinho -	do estrangeiro	5\$000		
	para Caxias	7\$000	-para Pedreiras	-7\$000
Saco de sal -				
	para Caxias	1\$800	-para Pedreiras	-1\$650
Metro de mercadoria-	do estrangeiro	40\$000		
	para Caxias	100\$000	-para Pedreiras	-110\$000

N.B. - As companhias fluviaes reduziram de 10% os fretes de ida. Sendo de 3\$500 o preço do sacco de sal o frete excede a 40%! O kerozene está no mesmo caso.

Si o frete de um barril de quinto é de 7\$, o de uma pipa seria de $5\$/7 = 35\$/000$

Os fretes do Lloyd são tão exagerados, que surgem reclamações de Norte e do Sul, que já foram ecoar no Congresso Federal; entretanto comparados com os das nossas companhias de navegação, nos deixam água na boca.

Observações.

Quando deparei com os exorbitantes fretes, que aí ficam, confesso que tive, como era natural, um assomo de revolta; porém bem depressa sopitado à vista das três respeitáveis firmas, que subscreviam as tabelas, que estavam na minha frente.

Reflexionei que três cavalheiros dos mais distintos pela inteligência, critério e manêjo dos negócios, sem razões muito poderosas, ou pelo menos, sem algum motivo plausível, não subscreveriam tabelas, onde se encontram fretes vexatórios para tempos próximos e aniquiladores para a miséria que nos cerca.

Depois de muito matutar e parafusar, parece-me que consegui encontrar o x do mistério e tão valiosas foram as razões, que descobri que, de censor, me converti em apologista entusiasta dos trabalhos em questão.

Procedamos, porém, com método, para melhor compreensão do meu feliz achado.

Kerozene - O que as companhias tiveram em vista com o pesadíssimo frete que cobram por êsse gênero que irrefletidamente

chamei - luz do pobre, foi obrigar a população do nosso sertão a cultivar o carrapateiro e a aproveitar o côco de palmeira, que com vantagem substituem o infecto kerozene e sem o risco de explosão. Nada mais patriótico do que forçar o matuto, por êsse meio indireto e brando, a não comprar ao estrangeiro, embora barato, aquilo que tem em casa e de graça. Parece-me, portanto, perfeitamente justificado o frete do kerozene.

Farinha de trigo -

Ainda mais isto!

Importar farinha de trigo, lá para os confins do Estado, quem dispõe de substancial tapioca, da incomparável araruta, do delicioso cariman, e de tantos outros farináceos, igualmente nutritivos e saborosos, é simplesmente luxo fôfo e inadmissível.

Quem pode comer, até tocar com o dedo, o seu bôlo de tapioca, o biscouto, o pão leve, o beijú e muitos outros bolos gostosos, não precisa de pão, comida insípida e antiquada, que já era conhecida de Abrahão e dos Pharaes do Egito. Ora, quem quizer ter luxo descabido que o pague caro para não ser tôlo, e por isso julgo também justificado o frete da farinha de trigo.

Vinho - Importar vinho falsificado, droga que nos impingem como se fôsse de uva, é realmente extravagância dos que podem beber os deliciosos e higiênicos vinhos de cajú, de genipapo, de ananaz, de palmeira, etc. que sabemos como são fabricados, e que todos podem preparar em suas casas, e também com a vantagem de poder tomar, às escondidas, o seu pifãozinho sem que os outros saibam.

Para os que gostam da pinga um pouco mais forte, também temos a cachacinha e a tiquira, filhas genuínas e legítimas da cana e do beijú-assú, e que tem a singular propriedade de refrescar os que estão quentes, e de aquecer os que estão frios.

Os fretes, pois, de kerozene, da farinha de trigo e do vinho são incontestavelmente patrióticos e como tais credores de gerais aplausos.

Cerveja - Cerveja? Cerveja na roça?

É devéras um disparate, sinão o desaforo inaudito!

Quem tem a dois passos, sem lhe custar um vintem, a jussara, a bacaba, o burití, o cajú, o cupú, o maracujá, o caldo de cana, e muitos outros regrigerantes, que abundam nas nossas matas, precisa lá de cerveja, bebida nem sempre inocente?!

Ora, ninguém deve cooperar para disparates de quem quer que seja, e as companhias bem procedem impedindo-os pelos meios ao seu alcance. Perfeitamente.

Café - Que horror! Comprar café quem pode tê-lo à mão, em seu quintal, e prepará-lo a capricho?!... Não sabem êsses preguiçosos que o café, sêco em cereja, é assim conservado para ser pilado na ocasião da torrefação, fica ainda mais saboroso?

Plante café quem quizer tomá-lo bom e barato, pois ninguém lh'o impede; si comprar caro, é porque quer, e não poderá queixar-se.

Sal - O sal de cozinha é apenas necessário para misteres culinários, que na casa do pobre, se reduzem a uma só panela e por isso é insignificante o seu consumo.

Não temos charqueadas. Cada qual, no interior, de longe em longe, mata o seu boizinho ou o seu porquinho. Si o boizinho ou o porquinho foram furtados, o que não é raro, pouco importará o preço do sal; em caso contrário, não haverá aumento de consumo, porque as carnes salgadas dispensam êsse adubo e no fim dará certo.

Foi êsse o argumento de meu amigo Serzedelo, quando justificou o pesado imposto de consumo, lançado sôbre os fósforos. "Êste imposto, disse o ilustre parlamentar, só pesará sôbre os fumantes, que, para seu castigo, devem pagar caro o seu vício. O povo, em geral, poucos fósforos gasta por dia, e será mínima a parte que lhe caberá dêste imposto!"

Provavelmente, foi assim que raciocinaram as companhias de navegação e carregaram um tanto a mão.

De sorte que êsse gênero indispensável, e insubstituível, paga de frete para Caxias ou Pedreiras 46% do seu valor no mercado inicial. Enfim, como a bandeira cobre a carga, estão ellas bem apadrinhadas com o Dr. Serzedelo.

Falta sômente (e já era tempo) o frete por metragem, que é de 15% mais caro do que pagam mercadorias vindas do estrangeiro! Como êste negócio é com o comércio, lá se avenham e como são parentes, ninguém se deve meter nesses ajustes de contas.

Ora, aí está! O que à primeira vista parecia um horror, se transformou em louros para as companhias fluviais. É sempre assim. Quando não examinamos bem as coisas e não as estudamos com cuidado, quase sempre somos injustos.

Estavamos supondo muita coisa feia para essas companhias; entretanto, modestamente, caladinhas, sem ostentação, trabalhavam elas patriôticamente pelo bem da Nação, para a regeneração do povo... Quem tal suporia?!...

E o que é ainda mais para se admirar - sem soltarem uma só queixa, sem artivularem uma única palavra em sua defesa, carregavam, com evangélica resignação, a fama injuriosa de estarem defraudando a pobre lavoura - elas, cujo hobre e alevantado intuito era compelir essa descuidosa gente a ter juizo, e a aproveitar as riquezas que tem em casa.

S. Luiz - Novembro 1902

Agrícola

O RELATÓRIO DO GERENTE DO ENGENHO CENTRAL S. PEDRO

I

Como sempre o relatório do distinto Gerente do Engenho Central S. Pedro, apresentado últimamente à ilustre diretoria da Companhia Progresso Agrícola se torna notável pelo desenvolvimento que costuma dar aos assuntos de que se ocupa e ainda mais pela elevação de vistas, pela proficiência com que discute tôdas as questões que aventa. Assim fossẽm êsses importantes relatórios devidamente apreciados e tomados pelos interessados na consideração que merecem e não arrastaria o Engenho Central à existência precária e angustiada que todos deploramos.

Escrito depois da sua visita, com que honrou o seu colega do Engenho Castelo, o meu distinto amigo, o Snr. Coronel Caldas e Oliveira, parece que subscrito algum dos tópicos do seu bem elaborado relatório aos signatários das instruções que regem aquela Usina.

Parecerá temeridade minha contraditar profissional tão abalizado e cujas opiniões sou o primeiro a acatar. Mas justamente pelo alto valor e pelo pêsso dos seus conceitos é que me julgo, como um dos signatários daquelas instruções, na obrigação de vir combatê-las como perigosas, sinão perniciosas, aos que costumam jurar na fé dos padrinhos.

Si o digno gerente do Engenho Central S. Pedro se limitasse a pôr em prática, naquele importante estabelecimento, essas suas teorias agrícolas, nada teríamos que vêr com isso; mas, não, o Snr. Ce. Caldas e Oliveira veio a público, em importante documento oficial, defendê-las e propagá-las e de uma forma que seduz, ilude e gera convicção no espírito dos que, sem detido exame, ofuscados pelo brilho da sua argumentação e respeitando a autoridade do seu nome, não duvidarão aceitar suas afirmativas como verdades incontrovertidas e perfeitamente adotáveis.

Com o intuito de metodisar a discussão e para melhor compreensão dos poucos que se interessam por estas questões, irei transcrevendo um a um os trechos do relatório, que desafiaram o meu reparo, à proporção que os tiver de contestar.

"Embora contestado por colegas distintíssimos, continuo sustentando que os canaviais devem ser plantados aproveitando-se a humidade do inverno que findou e só em último caso a do inverno que começa.

"A cana exige cova de dimensões estabelecidas pela prática, e não pode o plantio ser, com idêntico resultado, indistintamente praticado no princípio ou no fim do inverno.

"Seria preciso um acôrdo prévio entre o plantador de Janeiro e a Natureza para que em Fevereiro houvesse um veranico.

"O rigor das chuvas neste mês   um mal tão pernicioso para os que precisam o plantio de Janeiro, quanto a estiagem de Agosto para os que, como eu, preferem plantar em Junho."

Em trocos miudos e ao alcance de todos, a cana deve ser plantada a determinada profundidade - o que as chuvas de Janeiro e de Fevereiro não permitem.

O simples enunciado dêste t pico do relatório deixa claramente a descoberto os riscos   os inconvenientes, quer de uma, quer de outra época do plantio da cana - ambas elas têm o seu contra. Si o plantio, mais tarde - em Janeiro - tem contra si excesso de humidade, o que   feito mais cedo - em Julho - corre o risco da falta dessa mesma humidade que   necessária   vegeta o. Para o mal proveniente da estiagem de Agôsto, apela o digno Gerente para a irriga o, entretanto que, como corretivo para o excesso de humidade em Fevereiro, só encontra  le o acôrdo prévio com a Natureza! Mas a drenagem para que serve, meu caro Gerente? O que será mais difícil e dispendioso, irrigar ou drenar um canavial?

  pois evidente que no próprio terreno escolhido pelo Sr. Cel. Caldas de Oliveira e no qual  le, a seu bel prazer, colocou a questão (e que não   o verdadeiro) o plantio de cana, mesmo em Janeiro, não corre mais riscos e nem fica em piores condi es do que quando  le   feito em Julho.

Mas o Snr. Gerente engana-se. Ninguém, que me conste, preconiza o plantio da cana em Janeiro.

O que por esta diretoria foi aconselhado ao Gerente da Usina Castelo e o que parece racional   que seja a cana plantada "logo após as primeiras chuvas" que de ordinário aparecem de Novembro a Dezembro.

Confiadas   terra nessa ocasião "em covetas com as dimensões estabelecidas pela prática" como criteriosamente exige o Snr. Caldas e Oliveira, tem a cana três longos meses para adquirir vigor suficiente a fim de resistir  s inclem ncias do inverno. Demais, as chuvas em Fevereiro ordin riamente não são copiosas quanto afirma, em absoluto, o relatório em questão. Recorrendo aos velhos assentos do Engenho Tramahuba verifiquei que das dezenove safras que l  trabalhei, nove terminaram nos dias 14, 23, 28- 4- 24- 18- 11 e 25 de Fevereiro.

Aquele estabelecimento, só por falta de cana deixou de safrejar em Fevereiro, mas nunca, que me recorde, por excesso de chuvas.

Bem vê o meu distinto amigo que as canas plantadas de Novembro a Dezembro, aproveitando as vantagens das covetas de dimensões aconselhadas pela prática, ficam a coberto quer da estiagem de Agôsto, quer do excesso de humidade de Fevereiro e gozando ainda de muitas outras vantagens, como demonstrarei nos seguintes artigos.

S. Luiz, 22 de Março de 1903

Agrícola

O RELATÓRIO DO GERENTE DO ENGENHO CENTRAL S. PEDRO

II

Parece-me haver demonstrado, no meu primeiro artigo, que os canaviais, embora denominados - canaviais de Janeiro - devem ser plantados logo após as primeiras chuvas, a fim, não só de aproveitarem a inapreciável vantagem das covetas profundas, mas ainda para não correrem os riscos da estiagem de Agosto, tão malsinada pelo digno gerente do S. Pedro, e a cujos terríveis efeitos, por mais de uma vez, tem êle assistido com os olhos rasos de lágrimas, apesar do seu ânimo varonil.

Ninguém enxergue descabido remoque nas minhas palavras. O habitante da cidade, com a vida movimentada a que diariamente se entrega, no meio de emoções que se sucedem rápidas, sem deixarem duradouras impressões, não forma idéia e nem pode compreender as relações íntimas, as ligações profundas de afinidade e de simpatia que se estabelecem entre o cultivador e a sua cultura. É o mesmo afeito... o mesmo... porque não empregar o termo próprio? o mesmo amor do pintor pela sua tela a que deu vida com o seu gênio, o do escultor pelo pedaço de mármore que animou com o calor da sua inteligência; assim o agricultor ama a plantinha que deve a existência ao seu trabalho e que êle carinhosamente rega com o suor do seu rosto. É por êsse sentimento que prende o homem ao fruto do seu trabalho que a fortuna adquirida com o suor do próprio rosto é mais poupada do que a herdada ou ganha à golpes de fortuna. Confrontemos agora as vantagens e os inconvenientes de um e de outro plantio e o Snr. Cel. Caldas e Oliveira, com a lealdade que o caracteriza, não duvidará em confessar o seu êrro. Vejamos. Para plantar em Julho terá o Snr. Gerente necessidade de roçar em Maio e de queimar em Junho, o que importa em dizer-se que êsses terrenos ficarão pèssimamente queimados. As "coivaras" serão ferozes e muito dispendiosas. O terreno ficará "crú" e pouco adubado de cinzas. As sementes das vegetações daninhas escaparão ao fogo e germinarão imediatamente após a queima. Em tais condições êsses canaviais não dispensarão duas "custosas" capinas no verão. Empraso o meu digno amigo a contestar qualquer dèsses tremendos capítulos de acusação.

É quando não seja isso bastante, ouça mais: as canas plantadas em Julho, em terrenos férteis, virgens como as magestosas e séculares matas do S. Pedro, cuja selvagem devastação o Snr. Caldas e Oliveira acremente condena e com razão, desenvolvem-se demasiada-

mente - "Brutam" - como lá dizem. Em fevereiro já estão elas acamadas, em contato com o solo húmido e assim permanecem 6 e 8 meses, enraizando, apodrecendo, à discricção dos animais daninhos, até que o cutelo do operário a ceife. Mas... em que deplorável estado são elas encontradas? O que resta dêsses canaviais tão belos que, em Dezembro eram o enlevo dos olhares amorosos do meu amigo? Só restarão canas passadas, enraizadas, podres, com o caldo degenerado, como leite da mulher que concebe durante o período da amamentação e paupérrimas de sacarose! Mais de 50% ficará sob e sôbre "palha". Fui testemunha dêsses desastres e duvido que lavrador algum de cana me conte.

É esta certamente a razão pela qual o digno Gerente do Engenho Central S. Pedro prefere as socas às canas novas, como discutiremos mais tarde.

Consideremos agora o plantio de cana de Novembro a Dezembro, tão acerbamente criticado pelo ilustre gerente do Engenho Central S. Pedro.

Prepara-se o roçado em Setembro, queima-se-o em Outubro e planta-se a cana em Novembro, ou ainda em Dezembro, como ficou dito, o que acontece?

A roçagem será feita com tôdas as regras; a queima será perfeita; o terreno ficará "varrido"; não ficarão coivaras; só escapará a lenha de que precisa o fabrico; foram destruídas tôdas as sementes nocivas; o terreno se conservará limpo por muito tempo; a cana poderá ser plantada em covetas, com as dimensões estabelecidas pela prática; serão poupadas duas capinas e as que houverem de ser feitas no inverno, serão fáclimas - simples abater de grêlos.

Temos ainda mais. As canas plantadas nessa época só em Junho principiam a acamar, quando o terreno já está enxuto, e "acabam de se desenvolver, justamente com a humidade que é aproveitada pelo Snr. Caldas e Oliveira para as suas plantações de Julho."

Ora, sendo assim essas canas não enraizam, nem apodrecem; conservam-se sãs, com o caldo puro e rico de sacarose até a moagem.

"Quando houver quem nos forneça canas novas tão sãs, tão ricas de sacarose e tão baratas quanto as socas, então sim, cuidaremos de imitar os agricultores americanos". Êste período é também do relatório do meu amigo, o Snr. Caldas e Oliveira. Pois bem; aí tem o Snr. Gerente canas novas nas condições exigidas - quase que tão baratas quanto as socas, porém muito mais sumarentas e rendosas.

Em terrenos fracos, pobres de humus, exaustos, admito que haja necessidade de plantio em Julho, porque então tem a cana precisão de 12 a 18 meses (como acontece em Uberaba) para o seu completo

desenvolvimento; no ubérrimo vale do Pindaré, porém, onde 9 meses são suficientes para que ela adquira boas condições de moagem, o plantio em Julho é excesso de prudência, sinão erro prejudicial.

O Snr. R.E. de Carvalho, em um apreciável trabalho sobre a cultura da cana, afirma que, nos nossos férteis e apropriados terrenos de cana, pode êle dar três cortes no período de dois anos.

Segundo a teoria que combato, os últimos canaviais cortados em uma safra, não terão tempo de se preparar para a safra seguinte.

As irrigações, pelas quais insiste criteriosamente o digno Gerente, devem servir-lhe, não para beneficiar suas plantações de Julho, mas para lhe permitir o plantio em Outubro, que é a época mais conveniente para êsse serviço. Si me contento com o plantio de Novembro a Dezembro, é porque só disponho da irrigação natural, que é a das chuvas. Quem, porém, tiver a vantagem de possuir a irrigação artificial e poder plantar cana à vontade, deve preferir o mês de Outubro. É o que me ensinou a longa prática de 24 anos.

Não pretendo atirar na balança êsses 24 anos de labor incessante, como se fôra a espada de Breno.

Sei que depois da invenção de Guttemberg se compra a experiência a vil preço, mas pelo fato da minha haver sido adquirida com acurada observação, julguei poder invocá-la sem vitupério.

S. Luiz - 26 de Março de 1903

Agrícola

O RELATÓRIO DO GERENTE DO ENGENHO CENTRAL S. PEDRO

III

Sem que possa ser increpado de presunção, parece-me que satisfiz o meu distinto amigo, o Snr. Cel. Caldas e Oliveira, com as explicações que humildemente lhe forneci sobre o plantio da cana, aconselhado ao Gerente da Usina Castelo.

Não me afastei, como viu, uma só linha do terreno prático, para mim sempre o mais importante nas questões agrícolas.

Não me referi à benéfica influência dos raios solares durante os meses de estiagem, e que vivificam ou revigoram a terra e desenvolvem nela extraordinário vigor e mais rápido desenvolvimento do que as que são feitas no fim do inverno. É esse um facto de simples observação, que não escapa à mais distraída atenção e já foi consagrado pelos séculos. "Depois de prolongada sêca até as pedras brotam" dizem com muita propriedade os nossos matutos,

Barthelemy (Voyage du Jeune Anacharsis en Grèce) refere que os gregos, quando plantavam uma árvore, abriam a cava com dois ou três anos de antecendência, para que os raios solares a fertilizassem.

Bem vê o Snr. Gerente que não é de hoje que são os raios solares aproveitados como fertilisantes e que a sabedoria antiga, acumulada durante dezenas de séculos, não pode ser impunemente desprezada. Não fiz também cabedal das riquezas vegetativas acumuladas na atmosfera, durante a estiagem, e que se precipitam sobre a terra, com as primeiras chuvas e que constituem um fertilizante de subido valor.

Não é sem razão que todos guardam suas plantações para depois das primeiras chuvas.

Não é só por causa da humidade, porque essa poderia num pomar, ou numa horta, ser suprida pela irrigação - mas pelo maior vigor da terra e fecundidade das primeiras chuvas. E porque a cana há de fazer excepção a essa regra? Nada o aconselha nem justifica.

Poderia também chamar a esclarecida atenção do Snr. Gerente para o facto que sabem todos os plantadores de cana e vem a ser - que as socas, as prediletas do Snr. Oliveira - as socas, digo, dos canaviais, chamados de Janeiro, são muito superiores às dos canaviais de Julho. A razão é óbvia, e abstenho-me de da-la a um provector profissional, mas sempre lhe direi que fui testemunha de fenômenos tão surpreendentes que só por si fariam pender a

balança para o meu lado. Alongaria, porém muito esta discussão e o que tenho dito parece suficiente para gerar convicção em espíritos esclarecidos, sem prevenção e de boa fé.

Antes, porém, de passar a outro ponto da nossa controvérsia, não me seja levado a mal pedir ao Snr. Caldas e Oliveira a explicação do seguinte tópico do seu relatório:

"Principalmente com o dispendioso trabalho rotineiro, que ainda adotamos, é preciso tratarmos da irrigação dos nossos canaviais."

Intrigou-me deveras esse "principalmente" que inicia essa objurgatória do Snr. Gerente.

Então a cultura extensiva necessita mais de irrigação do que a intensiva?

Canaviais que não foram localizados, que estão hoje aqui, amanhã ali; terrenos que têm de ficar em poise por mais, talvez de dois decênios, podem carregar com o dispêndio enorme de uma irrigação que muda todos os anos, por assim dizer e que chamarei itinerante?

Sabem todos e melhor ainda o Snr. Caldas e Oliveira que esses grandes melhoramentos, aconselhados pela agronomia, entre os quais ocupa lugar saliente a irrigação, exigem como condição "sine qua" a permanência, a estabilidade da cultura, sem o que se tornam impraticáveis aquêles melhoramentos. Como, pois, pretender a irrigação "para canaviais que, verdadeiros judeus errantes, jamais param e viajam eternamente?"

Esse desideratum do Snr. Caldas e Oliveira, deve forçosamente obedecer a algum motivo ponderoso, que me escapa, e cuja explicação solicito, sem pretender abusar de sua gentileza.

Esta primeira parte de nossa controvérsia, parece-me, está esgotada.

O ilustre Gerente do S. Pedro necessariamente pretenderá achatá-lo. Acredito que não lhe será isso difícil, porque a minha bagagem científica é muito leve, espero, porém, merecer-lhe a seguinte fineza: Na resposta com que me honrar, acompanhe-me terra a terra; faça o que eu procurei fazer, agarre um por um os meus argumentos e pulverise-os.

Só assim conseguiremos nos entender e colheremos resultados práticos que poderão aproveitar nossos colegas que, como eu, andam errados.

Antes porém de passar ao estudo das socas que o Snr. Gerente prefere às canas novas, devo fazer franca e leal confissão. Quasi todos os meus canaviais eram de Julho! Não se admire, nem bata palmas.

Condenando o plantio de cana nessa época, via-me todavia, forçado a fazê-lo por conveniência dos serviços. Era o único tempo disponível que eu tinha. Os meses de Junho e Julho, em Engenho regularmente administrado, são os mais desocupados e eu os aproveitava para as novas plantações; deixá-las para mais tarde, complicaria com a safra e seriam feitas a salário, por gente livre com extraordinário dispêndio. Tentei mais de uma vez parcialmente a experiência; ficava-me caro e mal feito o serviço. Entretanto saiba o meu ilustre amigo que algumas vezes, quando o verão era chuvoso em Dezembro perdia o amor ao serviço já feito, mandava roçar essas canas! É o caso: nem sempre se faz o que se deve fazer, faz-se o que se pode. Nisto consiste a sabedoria humana.

Este conceito é mais profundo do que muita gente supõe e o digno Gerente do Engenho Central é o exemplo vivo desta incontrastável verdade. No S. Pedro faz êle o que pode e não o que deve fazer e portanto não extranhará que me acontecesse o mesmo. A mim era impossível vencer a desídia e o desbrío dos trabalhadores livres, a êle não é dado curar a surdez crônica dos diretores da Progresso Agrícola que não ouvem os seus clamores de todos os dias, em todos os tons.

Eu suportava pacientemente (e para quem apelar?) o que havia de inconvenientes nas plantações, que era forçado a fazer fora de tempo.

E meu digno amigo, mais feliz do que eu, vingasse patenteando ao público, nos seus luminosos relatórios, o anacronismo do método de cultura ainda adotado no S. Pedro, e denunciando que a enxada nêsse importante estabelecimento agrícola é o mais aperfeiçoado instrumento rural nele empregado!

É uma vingança velada, nobre e delicada, que, mantendo o decôro conveniente dá, todavia, a cada um o que lhe pertence. E si não é obra de misericórdia o expôr aos olhos do público as faltas do seu próximo, não deixa, por isso de ser ação meritória, de acendrado patriotismo, combater denodada e incessantemente pela transformação urgente, imediata da lavoura do Engenho Central S. Pedro, numa terra refratária a todo progresso agrícola.

Para auxiliá-lo citarei um trecho de interessante estudo sôbre Mecânica Agrícola do Snr. A. Peselti de Moraes; diz êle:

"Ninguém haverá que possa de boa fé resistir à evidência e não se convencer de uma verdade tão material que poderá ser apalpada, etc. etc."

Como está o Snr. Peselti de Moraes enganado!...

Pois no Maranhão há muita gente que ainda não está convencida, que resiste à evidência de verdade tão material e palpável, e o que mais é para se admirar - homens inteligentes, respeitados, anchos do seu valor, para os quais o problema agrícola é coisa de nada.

É triste; é o caso de se dizer como a delegação da lavoura de S. Paulo: - "Mais alguns dias e teremos a miséria!"

Nessa ocasião já terei voltado ao Nada, mas o Snr. Gerente de S. Pedro se recordará, talvez, das previsões do seu amigo e admirador.

S. Luiz - 28 de Março de 1903

Agrícola

O RELATÓRIO DO GERENTE DO ENGENHO CENTRAL S. PEDRO

IV

Já é tempo de abordarmos o segundo ponto de nossa controvérsia, não menos, sinão mais importante do que o primeiro.

Observando o método que adotei, transcreverei os principais tópicos do relatório na parte referente à preferência que o Snr. Gerente manifesta pelas socas.

Diz êle:

"A circunstância de havermos feito uma safra unicamente com socas e estas maltratadas por falta de chuvas e de cultura, leva-me a consignar aquí uma opinião que nos vem da Louiziana, trazida para alí das Índias Orientais. Trata-se das vantagens decorrentes do abandono das socas, operando-se as safras exclusivamente com canas novas.

"Como quer que seja, cumpre-me chamar vossa atenção para a circunstância de estarmos concluindo uma safra trabalhada sòmente com socas, cujas despesas culturaes se elevaram a pouco mais de dois mil réis (2\$000) por tonelada de cana.

"Em face do que venho de expôr-vos, baseado em cifras, resta-me perguntar si haverá entre nós quem se incumba de cultivar canas novas, mesmo pelo duplo do custo das socas que estamos moendo. Quando houver quem nos forneça canas novas tão ricas de sacarose, tão baratas quanto as socas que expontaneamente nos dá a uberidade do nosso solo privilegiado, então sim, cuidaremos de imitar os agricultores americanos. Antes disso correríamos o risco de aumentar o número, já crescido, das imitações infelizes."

Antes de mais nada devo lembrar que há socas de 1ª e 2ª e até de 8ª folha e que não se pode aplicar indistintamente a qualquer dessas "folhas" o mesmo ditirambo, que entusiásticamente compôs o Snr. Gerente em honra da soca "nova".

Cada uma dessas folhas de canavial (socas) tem o seu "crédito" e o seu "débito" muito divergentes; e a soma de todos êsses créditos e débitos é que deveria ter sido balanceada com a cana nova. Sabe todo plantador de cana que as socas decrescem em quantidade e em qualidade à proporção das "folhas" que vão produzindo e que o seu custeio cresce na razão inversa. As socas, portanto, quanto menos valem tanto mais caras são. Eu me explico: Si as socas novas são o "produto expontâneo da uberidade do solo privilegiado do S. Pedro", como belamente se expressa o digno gerente, as ressocas,

que se lhe seguem, são o produto do manejo incessante da enxada que é o mais aperfeiçoado instrumento rural do S. Pedro, manejo que se vai acelerando na razão inversa da produção e na direta da idade da soca. Forçoso é portanto confessar que, si há socas do custo de 2\$000 a tonelada, também as haverá do de 8\$000 e de 11\$000. Ora, somando-se tôdas as despesas feitas com o cultivo e o corte de todos os canaviais de socas (da 2^a 3^a 4^a 5^a 6^a folha) e divididas pelas toneladas de canas produzidas por tôdas elas, não duvidarei afirmar que ficarão mais caras do que as canas novas, mesmo as plantadas em Julho, como prefere o meu amigo.

Já ficou também demonstrado em artigos anteriores que as canas novas, plantadas de Outubro a Dezembro, conservam-se sãs quanto às socas e que si não são tão ricas de sacarose como aquelas, são muito mais sumarentas e portanto mais rendosas.

Só em casos excepcionais, uma tonelada de canas novas, plantadas de Outubro a Dezembro ficará mais cara e produzirá menos assucar do que uma tonelada de socas e ressocas.

Esta distinção entre as diferentes folhas, ou categorias de socas que escapou ao digno Gerente, seria por si só suficiente para matar a questão "ab ovo" si outras e mais ponderosas razões não militassem contra essa opinião, desde que se tratar, não de canas que vegetam "expontâneamente" mas das que são cultivadas como aconselha a agronomia; não de canas que produzem 6 e 7% mas das que permitem uma extração de 20 toneladas de assucar por hectare. Quando chegarmos a essa demonstração, o meu amigo não duvidará confessar que o abandono da soca é vantajoso em uma cultura em que sejam observados os princípios agrônômicos. O Snr. Cel. Caldas e Oliveira, bem sabe que aproveitamos demasiadamente as socas para pouparmos o mato, isto é, para que os canaviais não ficassem em poucos anos, a grande distância do Engenho, o que seria a sua ruína.

Outros colegas nossos, além dêsse motivo, tinham também necessidade de aproveitar as cêrcas de que eram circundados seus canaviais.

E assim procedíamos todos porque o trabalho do escravo correspondia a 400 réis, que era a despesa que com êles fazíamos. Hoje porém que o salário é de 200 réis mais elevado, "devemos ser cautelosos na adoção de uma medida de maior relevância para nós, como esta de que tratamos" e que pode em muitos casos dar resultados negativos.

Mas, entendamo-nos bem. Não direi que na cultura "extensiva" as socas, em geral, não tenham valor apreciável, e que devem ser abandonadas "in limine". Não vou tão longe; podem "modus in rebus" elas, devem estar subordinadas a inteligente critério, de forma que o débito não exceda o crédito.

Este critério no Eng. Castelo é o seguinte: Sempre que a despesa orçada exceder a 4\$000 réis por tonelada presumível de cana, é a soca abandonada. Esse preço corresponde a uma média de 200 réis por quilo de assúcar. Não requeremos "brevet d'invention" e por isso a nossa "invenção" pode ser livremente adotada no S. Pedro, o que sobremodo nos desvaneceria.

O que afirmo, sem receio de ser sèriamente contestado, é que a cana nova é a base, é o nervo de tóda safra regular; as socas são simples auxiliares.

Ainda mesmo no Engenho Joaquim Antônio, naqueles paúes de inexgotável fertilidade, as soqueiras, depois de alguns cortes, devem ser arrancadas e substituídas por outras, novamente plantadas.

Velho, só vinho e amigo, como diz o rifão popular. Ora a cana não está compreendida no anexim e portanto não pode fazer exceção à regra geral.

S. Luiz - 29 Março 1903

Agrícola

a minudências que constituem o abc da nobre profissão que abraçamos; entretanto sou forçado a explicações que a nenhum de nós podem honrar pela sua trivialidade.

Qual o fim principal, sinão único da estrumação da terra que se pretende cultivar?

Restituir-lhe a fertilidade perdida, ou ainda melhor -dar-lhe a fertilidade de que precisa para produzir o que desejamos cultivar. Não?

É por isso que ao estrume estende-se também a denominação de fertilizante.

Si assim é, estrumado convenientemente um terreno e plantado, depois de colhida a cana, o que restará a essa terra para alimentar a soca que brotar das touceiras?

Em todo caso, e na melhor hipótese, muito menos do que antes de haver produzido. Isto é óbvio e não admite tergiversação.

Considere-se ainda que os estrumes e os fertilizantes em geral, não custam pouco dinheiro ao agricultor e que por isso não podem ser lançados à terra a esmo, nem a granel; aplicam-se-os "quantum satis" e nem mais nada. Ora absorvidos e assimilados que sejam pelas primeiras plantações, o que ficará para o desenvolvimento das socas? Só ficam os princípios nutritivos que não lhe são assimiláveis e para que êsses princípios não fiquem perdidos é que são empregados os "afolhamentos" que consistem em plantar-se no mesmo terreno, porém sucessivamente, espécies diferentes de cultura, a que êsses agentes podem aproveitar e também por serem mais fáceis de se alimentar ou menos exigentes na sua alimentação.

À vista do que fica exposto é evidente, é palpável que a soca, ou a renovação da mesma plantação nesse terreno "sem que êle haja sido de novo revolvido e estrumado" não pode dar resultado igual ao primitivo. Daí a preferência que têm as canas novas nas culturas perfeitas e a conveniência de converter as socas em canas novas.

Supôr que os cultivadores de cana de Java e do Hawai se movem como nós nos arrastamos; pensar que êles precisam do Almanac de Bristol, ou de outro qualquer mentiroso calendário astronômico para regular suas plantações, é confundir a luz elétrica com a de vela de sebo. Lá, cortado o canavial, é logo irrigado, revolvido, estrumado e plantado e as novas plantações acompanham a moagem. É para isso que lhes serve a irrigação e entretanto o meu amigo a reclama para garantir suas plantações de Julho, preparadas com o machado, o facho e a enxada!

Parece-me que estas explicações deverão ter calado no espírito ilustrado do Snr. Berente e que êle não mais condenará os nossos colegas das Índias Orientais por não fazerem grande cabedal das

socas dos seus canaviais, rigorosamente cultivadas. Esses não são beócios para abandonarem as suas socas, - si fossem, como entende o Snr. Cel. Caldas e Oliveira, a sua melhor e mais barata cana; êles sabem o que fazem e não nos dê cuidado a sua sorte, aliás invejável por todos os lavradores de cana do Brasil.

"Por não se haver munido de um bom salva-vidas" é que o meu bom amigo se agarra às socas, que "expontâneamente lhe fornece a uberidade do solo privilegiado do S. Pedro", supondo-as serem uma boa táboa de salvação.

Agarre-se de preferência à rabiça do arado, acompanhado de todos os seus corolários, sem receio de submergir-se antes de chegar à terra da promessa.

S. Luiz - 30 Março 1903

Agrícola

O RELATÓRIO DO GERENTE DO ENGENHO CENTRAL S. PEDRO

VI

Só falta ocupar-me do último, e por isso mesmo do mais difícil ponto da nossa controvérsia e talvez que também o mais interessante.

Já tive ocasião de dizer que hesito sempre em aceitar qualquer discussão. Evito-as porque quando não descambam para o terreno escorregadio das retaliações e dos doestos, nunca chegam elas a resultado definitivo e proveitoso. Por via de regra, nenhum dos contendores se confessa vencido; fica cada qual com sua opinião e o público, que olha com indiferença para essas questões, se decide, as mais das vezes, por quem mais fala, ou pelo último que se cala.

No meu primeiro artigo expuz os motivos que me levaram a contraditar opinião para mim muito respeitável e a opor embargos a práticas culturais que não me pareceram ortodoxas, porém sustentadas "bona fide" e expostas por quem sabe dizer o que lhe convém. Ainda assim eu não teria provocado esta discussão se não confiasse no cavalheirismo do meu contendor, e na sua lealdade que não lhe consentirão resvalar para terreno odioso e nem sofismar a verdade sempre que ela se lhe manifestar radiante, embora contrária. É sob o influxo desta convicção que prossegurei no estudo do relatório do meu distinto amigo, o Snr. Cel. Caldas e Oliveira.

Diz êle, com aquêle estilo terso e correto que todos lhe conhecem:

"Ou porque, e creio ser o caso, pela estreiteza dos meus conhecimentos de ferrenho rotineiro, não posso atinar com as vantagens de certos princípios científicos que tenho visto preconizados em nome da agronomia, não obstante a prática demonstrar o contrário, ou porque efetivamente se trate de uma teoria que não deve ser aplicada entre nós, embora seja a única aproveitável, à agricultura de outros países, do que não resta dúvida é que precisamos ser cautelosos na adoção de uma medida de maior relevância para nós, como esta de que tratamos.

"A necessidade de tôda a precaução mais se acentua se nos recordarmos que temos nos acostumado, nós republicanos brasileiros, a imitar muita coisa da poderosa República do Norte, sem podermos afirmar haveremos sido sempre felizes em tais imitações."

É pena que num trecho tão bem lançado e escrito com tanta elegância, o fundo não corresponda à forma.

Si no mundo moral, si no terreno político, as imitações podem deixar de ser felizes, por impensadas e não se adaptarem ao meio a que as querem calcar e amalgamar, em assuntos puramente

agrícolas não se pode dar o mesmo perigo.

Aplicar a um povo instituições só porque se adaptaram perfeitamente a um outro e o tornaram próspero e feliz, não é o mesmo que adotar práticas agrícolas.

No primeiro caso pode haver êrro porque a excelência das instituições políticas depende da raça de que procede o povo, dos seus usos e costumes, da sua índole, e, principalmente do seu grau de civilização. É por isso que as instituições de Atenas jamais se adaptaram a Sparta e vice-versa. É também pela mesma razão que nos tempos modernos E. Castelar, cujo republicanismo nunca foi suspeitado, dizia em relação à Espanha: "Não tenho pressa em possuir a república, porque é inútil ter instituições republicanas si a sociedade não é republicana." Na agricultura, porém, as condições são inteiramente outras.

O solo é o mesmo por tôda parte; a atmosfera que envolve o planeta, a água que por êle circula, o sol que o aquece, ilumina e fertilisa - "Todos os elementos vegetativos" - não variam conforme os climas; "Conservam a sua composição física sempre a mesma em tôdas as latitudes."

No reino vegetal a questão é exclusivamente de zona ou de clima, como queiram dizer. Ora, a divisão das diferentes zonas, como é geralmente sabido, procede do movimento de translação da terra e da inclinação do seu eixo sôbre a eclítica que ela percorre em volta do sol. A divisão das zonas, portanto, não influi absolutamente sôbre a composição física do solo, nem da atmosfera. Não fôra essa variedade de climas, e a terra produziria tudo indistintamente por tôda parte. O vegetal, portanto, adapta-se a qualquer parte do mundo, sempre que nela encontrar clima que lhe seja apropriado. A consequência lógica, indiscutível desta doutrina, que não pode ser contestada, é que os processos culturais da cana de assucar, que, nos Estados Unidos, nas Índias Orientais, ou em qualquer outro país deram surpreendentes resultados, no Brasil, forçosamente apresentarão os mesmíssimos e admiráveis efeitos.

Portanto não há, e nem poderá haver, teoria agrícola que seja aproveitável à agricultura de outros países, nas condições ditas, que não deva ser aplicada entre nós, como pretende o meu distinto amigo.

Si a aplicação dessas teorias agrícolas, proveitosas à agricultura de outros países, falharem entre nós, si os seus resultados forem negativos, ninguém deverá razoavelmente atribuir êsse fracasso ao fato de não serem elas adequadas à nossa agricultura. O insucesso será devido exclusivamente a êrro, ou a má aplicação dessas

teorias; porque não me cansarei de repetir que o processo cultural, conveniente a determinada região, o será também em tôdas aquelas, em que as condições climatéricas forem as mesmas.

Não é facil, e nem está ao alcance de qualquer a adoção perfeita e proveitosa de um processo agrícola; é preciso ter conhecimentos técnicos, que nos faltam, e daí as dificuldades e desastres. Nós, brasileiros, que não temos a tenacidade precisa para vencer as dificuldades, procuramos encobrir nossa pusilanimidade, atirando as culpas dos nossos insucessos a causas que nada têm que ver com as práticas agrícolas.

O violino, que na mão de um Paganini, era um instrumento divino, nas de muita gente é uma coisa horrível. Assim os instrumentos agrícolas, assim tudo neste mundo. Não vai nisto insinuação alguma, a quem quer que seja; falo, em geral, do nosso caráter inconstante.

Parece também descabida a censura articulada contra a agronomia.

Êsses princípios científicos (quaisquer que êles sejam) preconizados pela ciência agrônômica e cujas vantagens o ilustre Gerente desconhece, não os julgo menos verdadeiros, não obstante a prática demonstrar o contrário, como êle afirma. O meu amigo que procure, com o espírito desprevenido, investigar com cuidado quais as causas dessa aparente discordância entre a teoria e a prática e tenho certeza de que afinal verificará que a teoria é verdadeira e que a prática é que estava errada.

A ciência agrônômica não mente e nem é aventureira. Quando ela se apossa de um princípio novo e, depois de convencida de que é êle verdadeiro, o apresenta ao público como tal, é porque realmente êle o é.

As dificuldades quasi sempre consistem no meio prático de aplicar a nova teoria. É pois a prática que tateia por muito tempo, até conseguir resolver tôdas as dificuldades, vencer todos os embaraços e firmar definitivamente o novo princípio agrônômico.

É por isso que o inventor, ou o que primeiro tenta pôr em prática uma teoria nova e não raro também o que se lhe segue, são vítimas da sua aprendizagem, imolam-se no altar do progresso, mas deixam uma herança fecunda, rica de experiêcia que é recolhida e utilizada pelos seus sucessores que, as mais das vezes, até a glória da invenção lhes roubam.

Êsses homens crentes, embora vencidos na luta, é que são os verdadeiros beneméritos da humanidade, porque nunca duvidaram e levaram sua fé até ao martírio. A Moisés, por haver duvidado uma

vez, foi vedado entrar na terra da promessa, mas nem por isso lhe foi negado contemplar de longe o cume de Nebo, os férteis vales da terra de Canaan. A êsses mártires da civilização, bem feitores da humanidade, que jamais duvidaram da sua crença, nem sempre êste in timo favor é concedido pela ingrata sorte.

E são êsses princípios científicos, preconizados em nome da agronomia, por aqueles mesmos que, há muitos anos os praticam, que o meu ilustre amigo condena como contrários à prática, sem outras provas mais do que as colhidas no S. Pedro, desprovido de todos os recursos agronômicos e onde reinam o machado, o facho e a enxada!!!... Já é mais do que injustiça é crueldade, imprópria de espírito culto e magnânimo. É o caso de se dizer com o príncipe dos poetas latinos: "Tantaene animis coelestibus irae!..."

S. Luiz - 4 Abril 1903

Agrícola

O RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA F. E T.
DO RIO ANIL

Fui surpreendido pela notícia, que verifiquei ser verdadeira, de que o meu nome figura na relação dos devedores insolváveis da Companhia de F. e T. do Rio Anil.

Não sabia que era devedor dessa Companhia e creio que ela mesma o ignorava, porque nunca me foi cobrada quantia alguma. Lembro-me de que fui seu gerente no início da construção da fábrica e deixei esse cargo sem lhe ficar devendo.

Recordo-me também de que obtive para ela, do Banco da República, o empréstimo hipotecário de 600 contos de réis.

A digna Diretoria de então me havia investido de ilimitados poderes, e com esse intuito foi aberto um crédito de 40 contos no London and River Plate Bank. Todos compreendem o que isso queria dizer, mas retirei apenas dêsse crédito um conto e tanto para despesas de hipoteca, escritura, etc., como poderão verificar os seus atuais administradores.

Não solicitei e nem recebi comissão alguma pelo meu trabalho, embora tivesse para isso incontestável direito e também não tive necessidade de recorrer a certos meios, desgraçadamente usados pelos que obtem favores daquele Banco.

Posso, pois, dizer bem alto que não exerci advocacia administrativa e que, como recompensa dos meus esforços, nem a gratidão da Companhia me foi expressada em documento oficial, que eu pudesse conservar como lembrança. Só hoje, passados tantos anos, é que essa gratidão se manifesta, e de modo tão insólito, justamente por aqueles mesmos, a quem, de fato, beneficiei com o referido empréstimo! De credor que fui, transformaram-me em devedor insolvável!

Em tôda essa deplorável ocorrência o que mais surpreende é que firmas respeitáveis e que sabem que nunca se recua diante de meio algum para salvaguardar créditos comprometidos, não duvidaram em malbaratar levemente o crédito alheio!

Felizmente, vivemos em terra pequena, onde somos todos conhecidos e todos sabemos o que cada um de nós vale.

Si a Companhia do Rio Anil se julga minha credora, apresente a conta para ser conferida e paga.

S. Luiz - 24 Abril 1903

J.F. de Viveiros

Do "Federalista" de 28 Abril 1903 -nº 92

Do "O Federalista" -29 Julho 1903- nº 165

AO SNR. GERENTE DO E. CENTRAL S. PEDRO

I

Violentando a indolência mórbida que se assenhoreou de meu espírito nestes últimos tempos, sequência da terrível influenza, balbuciarei apenas algumas frases como resposta à série de brilhantes artigos com que me honrou meu bom amigo, o ilustrado Gerente do E. Central S. Pedro. É meu único intuito corresponder à sua gentileza e por êsse meio patentear-lhe, embora pàlidamente, a alta consideração que me merece.

Com aquela inteligência esclarecida, que todos lhe reconhecem, e com a facilidade de dizer -facilis ad dicendum- como dizia Cícero (habilidade ou astúcia igual à que era atribuída por Ésquilo a Demóstenes, o qual, embora vencido, acabara por convencer o auditório de que êle é que havia derrotado o seu adversário) arquitetou o Snr. Caldas e Oliveira a belíssima defesa que todos leram, que a mim próprio convenceria, e ainda lhe ficaria restando, si minhas crenças agrícolas me houvessem sido reveladas como o foram os dogmas da Religião Católica.

Não me defenderei das incoerências e de muitos outros pecados que me foram atribuídos. Os profissionais que se deram ao ingrato trabalho de lêr meus desprezenciosos artigos, confessarão a justiça que me foi denegada, de envolta com muitas amabilidades, pelo digno Gerente do E. Central.

Demais, a ninguém aproveitaria nossa anacrônica discussão. Nada mais faríamos do que dissecar um cadáver; é o único resultado a colher seria a verificação do morbus que, todos sabemos, está vitimando êsse enfermo impenitente que se deixa morrer de inanição pela desídia, acobertada por insubsistente e afetada incredulidade.

Não posso, porém, deixar de estranhar e de lastimar a falta de caridade do Snr. Caldas e Oliveira que me supõe ainda panegirista da rotina agrícola.

Já me penitenciei dêsse enorme pecado, mas perante o tribunal do meu amigo, parece que não há confissão que redima culpas passadas, nem arrependimento que mereça absolvição. Coloca-se êle acima da Igreja, sua mestra e seu guia, e condena in eternum, sem remissão tôdas as faltas.

Para Dracon, a pena única em que incidiam todos os crimes, era a de morte; o meu ilustre amigo se não pune com o mesmo rigor, não esquece o pecado alheio.

Não sendo embora, filho dileto, como o meu piedoso amigo, dessa comunhão religiosa, cujo Divino Fundador prescreveu a bondade por princípio, a justiça por preceito, a indulgência por escopo, e o perdão por paládio; dessa Religião, tôda amor e bondade, que manda matar o vitelo gordo para festejar o regresso do filho pródigo; não sendo, repito, seu par em crenças religiosas, quero dar-lhe, to davia, exemplo de verdadeira caridade cristã. Calarei todos os seus pecados.

Sôbre êles lançarei o cândido e imaculado véu, que envolve as castas virgens na ocasião do seu himeneu, e que lhes serve de recato ao pudor - "de quem vergonha é natural reparo" -

Isto farei em consideração ao martírio que lhe tem sido infligido pela P. Agrícola, que o força a praticar, todos os anos, o crime de lesa-agricultura, crime que sua ilustração e inteligência repelem, qual o devastar a ferro e a fogo, as matas virgens do S. Pedro, transformando o virente e ubérrimo vale do Pindaré em uma nova Arábia Central, como herôicamente o denunciou.

E com que intuito, Santo Deus?!

Para extrair 6% de assucar de canas, ricas de seiva e de água, porém pobres de sacarose?

Canas semelhantes a essas cortezãs, dotadas pela natureza de formosura satânica, que encantam a vista e excitam a cobiça, mas cujo valor e merecimento são apenas externos e aparentes e não vão além da epiderme.

É o viço luxuriante, a perspectiva brilhante e enganosa dos canaviais de Julho, seja dito à puridade, que extasiavam os olhares amorosos do digno Gerente do S. Pedro, como as formas esculturais da Célebre Frinéa enlevaram os sentidos de Praxíteles, quando ela, patenteando-lhe todos os seus divinais encantos, lhe servia de modelo às suas Venus.

Pois bem, fôra eu o S. Padre e o absolveria de todos os seus pecados, passados e presentes, e ainda em cima lhe lançaria a benção apostólica até à 5ª geração, tal é a dôr, que deve pungi-lo quando em pleno século XX é compelido a praticar semelhante selvageria.

Bem vê o meu distinto amigo quanto sou justo senão caridoso, e que ainda não desesperei de sua cura radical. Será demasiada pretensão minha? Bem pode ser; os velhos, em geral, são tão pretensiosos... a índole é boa; a inteligência, robusta; falta-lhe apenas a fé, que produz milagres; a ousadia e a tenacidade, que vencem os impossíveis. Ainda não lhe dominou a alma êsse querer, que para o americano genuíno é sinônimo de - poder -.

S. Luiz - 23 Julho 1903

Agrícola

"O Federalista" -nº 166- 30-7-903

AO SNR. GERENTE DO E. CENTRAL S. PEDRO

II

A suspeita de meu ilustre amigo, o Snr. Caldas e Oliveira, que me supõe ainda saudoso da rotina agrícola, depois de tudo quanto tenho escrito, obriga-me, a contragosto, a novo exame de consciência, e a penitenciar-me mais uma vez.

Minha conversão foi tardia, é certo, e a luz que me iluminou o espírito, como a Graça o coração de S. Paulo, (se não é sacrilégio comparar coisas humanas às divinas) serviu-me apenas para aclarar o meu pensamento, e permitir que eu visse perfeitamente a enormidade do meu erro, e tôda a extensão da minha falta, como lavrador.

Velho e alquebrado, não me restaram mais fôrças nem coragem para recomeçar. A rotina havia abatido o meu espírito, e esgotado tôdas as energias de minha alma. Resignei-me então a suportar, sem revoltas inúteis, as consequências fatais da minha imprevidência.

Impus-me, como penitência, o dever de vigiar pelo futuro agrícola dêste Estado, e de soltar o grito de alarma, sempre que visse um espírito reto, bem formado e bem intencionado, como o do meu amigo, prestes a se precipitar no abismo que me tragou. É o que tenho feito. Constituí-me, sem autorização sua, seu anjo, bom ou máu, como me queira considerar, para afastá-lo da senda errônea que trilhei por muitos anos e que bem conheço.

Quer mais franca e leal confissão? Irei mais longe ainda.

No dia em que ruiu a escravidão de modo tão brutal e imprevisível, dolorosa surpresa para a imprevidente e incauta lavoura, lancei os olhos para traz, percorri o meu passado, lastimei o largo lapso de tempo que eu havia dissipado, confiando demasiadamente em um estado de coisas, que não poderia perdurar e que subsistia só pela resignação de uma raça que se distingue pelo sentimento, mas a quem a longa escravidão havia atrofiado os sentimentos de dignidade humana.

Nesse mesmo dia compreendi também que "para a rotina agrícola havia soado a sua última hora de existência e que só uma cultura muito mais aperfeiçoada poderia comportar o pesado custeio do trabalho livre."

O escravo e só o escravo, com a sua resignação e paciente trabalho, havia conseguido alimentar a rotina agrícola, emprestar-lhe aparências de vida.

Êste instrumento de trabalho havia desaparecido, não poderia, pois, subsistir, nem mais um dia, o edifício que pesara exclusivamente sôbre seus ombros hercúleos e tolerantes.

Encarei então, com calma a situação, medi-lhe refletidamente todo o alcance e, resoluto, liquidei radicalmente o meu passado. Segui o exemplo dos Gregos diante de Troia: queimei os meus navios, para prevenir o arrependimento e não mais poder voltar atrás. E não me enganei - com a rotina ninguém se salvou ainda, nem se salvará. O Snr. Caldas e Oliveira já o denunciou quando muito bem ponderou que, nos atuais estabelecimentos agrícolas, só rende a "quitanda". Agrícola já teve ocasião de descrever os meios de que desgraçadamente se servem essas quitandas - para enriquecer seus insaciáveis exploradores.

No meu tribunal foram, como disse, perdoados todos os pecados do meu digno amigo, não por haver amado muito, como a Madalena, mas por ter pacientemente suportado três ou quatro diretorias da P. Agrícola. A sua absolvição, porém, (atenda bem) foi condicional como são tôdas elas, que importam sempre na obrigação da não reincidência. Acautele-se pois: o estigma de impenitente, que me foi prodigalizado, não está longe de lhe ser aplicado, e com... justiça.

Infelizmente, já tem a terra percorrido muitas vezes a sua eclítica ao redor do sol, e Agrícola nada tem conseguido, nem terreno algum há conquistado. Será por inaptidão?

Bem pode ser.

Seja porém como fôr, a prova dessa triste e desoladora verdade me é fornecida a cada passo e a vejo agora corroborada pela confissão do Snr. Caldas e Oliveira, que se diz esgotado, e constantemente contestado, na sua propaganda contra a rotina, por cavalheiros dotados de inteligência esclarecida e cultivada, de espírito adiantado e progressista, mas que infelizmente não vêem que a rotina agrícola é a negação do bom senso, a condenação do progresso agrícola, a glorificação da força bruta, o hino de vitória da ignorância refratária sobre a inteligência e a ciência; é ainda a pretensão estólida de querer tapar o sol com a mão, a maior das cegueiras que não vê o desenvolvimento agrícola e industrial, que por tôda a parte nos assombra, em uma palavra será o suicídio da lavoura do Estado.

Agrícola, porém, já está habituado ao indiferentismo desta terra e ao seu modo de encarar e de resolver os graves problemas que entendem com o futuro do Estado e bem poderia, como Diógenes, andar com uma lanterna, ao meio dia, à procura, não de um homem, mas de um patriota.

E ainda haverá "quem lastime que eu não esteja permanentemente na brecha"?!

"Clama ne cesses", diz o Evangelho. Mas... aqui os ouvidos são de pedra, a voz não tem éco, porque nos cerca o vácuo.

O ferro frio é hoje malhado e fàcilmente destendido pelo martelo mecânico. Pois bem, pudessem a desídia, a indiferença, a teimosia e a incredulidade da lavoura do Maranhão ser submetidas a um dêsses potentes e irresistíveis instrumentos e ainda assim não seriam adelgaçados e nem siquer se lhes notaria a mais tênue mos-sa!!!

O exemplo, só o exemplo, palpável, brilhante, irrecusável, poderá destruir a incredulidade e incutir a convicção nesses espíritos saturados de rotina e por ela embrutecidos.

Ao Snr. Caldas e Oliveira e a outros, dotados pela natureza de aptidão, inteligência e abnegação, é que incumbe o apostolado agrícola do Maranhão e não a Agrícola que, a despeito do seu nome de guerra, já foi compulsado pelo seu jovem amigo e atirado para a respeitabilíssima classe dos "venerandos".

Eia pois, nada de desfalecimentos. Agrícola o acompanha rá com seus ardentes votos e será o primeiro a saudá-lo efusivamente, antes que as bênçãos da posteridade o sagrem... - benemérito da pátria maranhense.

S. Luiz - 23-7-1903

Agrícola

O Federalista -nº 167- 31-7-903

AO SNR. GERENTE DO E. CENTRAL S. PEDRO

III

Para avivar a memória feliz do meu preclaro amigo, que nem êsse defeito da natureza me relevou, farei reeditar um artigo que, sob a epígrafe - Rotina - foi publicado no nº 90 do Jornal da Manhã - de 3 de Outubro de 1900, firmado por Agrícola.

Relendo-o o Snr. Gerente do S. Pedro se convencerá de que minha crítica ao seu método de cultura visava unicamente desviá-lo de uma prática que me parecia errônea e perigosa por partir de tão alto e que foi defendida ou confessada ou melhor -que não foi defendida nem confessada (não sei bem como deva dizer) pelo meu digno amigo.

Justificando as práticas do Engenho Tramaúba, disse Agrícola que - nem sempre se faz o que se deve, mas o que se pode.

Êsse aforisma não mereceu do digno Gerente o devido acatamento, sendo aliás de um bom senso que se impõe e que o torna universalmente aceito. Entretanto, aquele mesmo que o menospresou, a êle se obriga todos os dias, sendo essa a única explicação aceitável aos seus infrutíferos esforços pretendendo reanimar um cadaver.

Não obstante o descaso do meu bom amigo pelos aforismos, que aliás são a síntese da experiência acumulada durante dezenas de séculos, anima-se Agrícola a oferecer-lhe um outro, que lhe parece ter perfeita aplicação às atuais condições do S. Pedro.

"Dos males o menor" diz a sabedoria popular e é o que todos devemos fazer sempre que não é possível evitar o conjunto de males que nos assoberbem.

Farei também sentir que, felizmente para a humanidade, nada há neste mundo que seja absolutamente máu, nem também absolutamente bom.

A sabedoria humana consiste em utilizar o bom e evitar o máu de cada coisa.

São velharias sedições, mas que nada se perde em ter sempre presentes ao espírito.

Fazendo aplicação dêsses princípios à rotina agrícola, peço permissão para observar que, na indústria assucareira, não é a cana que pelo seu excessivo desenvolvimento, deita e enraiza, a que tem maior valor sacarífero, assim como a beterraba volumosa e muito sumarenta, não é a mais rica e apetecida pelos fabricantes.

Parece obedecer êste fenômeno a uma lei natural e da qual a humidade não foi excetuada.

O mérito do homem não se mede aos centímetros e a prova palpável dessa verdade tem em sí o meu bom amigo.

Continue pois a plantar cana na época que julgar preferível, mas de forma que ela não brote, como expressivamente dizem, isto é, que não deite e enraíze, o que a deprecia extraordinariamente, se é que não lhe tira todo o valor.

Êste ponto é capital, creia-me, quer num, quer no outro sistema de cultura.

A cana, logo que se deita em terreno húmido, enraiza e em seguida brota. Ora, assim como o feto degenera o leite da mulher, assim o broto degenera o caldo da cana, o tubérculo, da mandioca.

A propósito, vou referir-lhe um fato, que vem a "talho de foice."

O Dr. J.A. Coqueiro, supondo extasiar Mr. Bouchée, agente no Rio, da Companhia de Frères Lisle, diante da exuberante vegetação dos seus canaviais, no E. Castelo, levou-o um dia a percorrê-los.

O homem conservava-se calado em presença daquele emaranhado de canas enormes e magníficas e o Dr. Coqueiro intrigado pelo seu persistente silêncio. Depois de haverem percorrido alguns canaviais, o Dr. Coqueiro não se conteve e perguntou-lhe: Então, o Snr. o que diz? o que acha destas canas soberbas?

Estas canas não tem valor algum, respondeu-lhe o illustre agente. Em Demerara, em Java, por tôda a parte onde se cultivava cana, preço algum lhe ofereceriam por elas! A cana que deita e enraiza, nada vale!

Tableau! Depois de tão explícita declaração, feita por um homem muito viajado, e competente... silêncio, nem mais uma palavra. Curvemos a cabeça, e vedemos o rosto com as mãos. E foi o que naturalmente fez, enfiado, o Dr. Coqueiro.

Siga a rotina a que, infelizmente, está condenado pelos ilustres Diretores da P. Agrícola, mas procure torná-la, não inócua, o que é superior à fôrças humanas, mas ao menos o menos prejudicial possível.

Dos males, o menor.

Eis o último conselho do seu venerando amigo. E para não mais falar da rotina agrícola, reproduzirei o que em 1563 (há mais de 300 anos, notem bem) já dizia Bernardo Palissy da agricultura de França:

"Fico indignado e furioso quando vejo esta agricultura, que exige tanta inteligência e tão profundo saber em os que a exercem, praticada de forma tal, que se poderia dizer que a terra é profanada, senão violada, todos os dias!

Surpreende que esta maravilhosa mãe, tão previdente e generosa, não brade por vingança contra assassinos ignorantes e ingratos, que nada mais fazem do que estragar, a título de plantar, sem consideração alguma."

Há mais de 300 anos já havia quem assim pensasse em França, e três séculos depois ainda há quem no Maranhão seja partidário da rotina agrícola!

S. Luiz - 31-7-903

Agrícola

O Federalista nº 170 - 4-8-1903

AO SNR. GERENTE DO E. CENTRAL S. PEDRO

IV

Vou concluir. Antes, porém, de despedir-me do meu ilustre amigo, o Snr. Caldas e Oliveira, não me parece fora de propósito liquidarmos nossa discussão, e firmarmos de modo positivo as conclusões a que chegamos. Será para mim grata consolação constatar que não foi, por mim, completamente desperdiçado o precioso tempo do Snr. Gerente do S. Pedro.

Primeira conclusão.

Cedo a palavra ao Snr. Caldas e Oliveira:

"Sem a transformação agrícola, o S. Pedro não deverá persistir na luta. Si insistir, o desastre futuro a ninguém deverá surpreender."

"Será um erro agravado pelo conhecimento prévio do tremendo mal causado à agricultura maranhense, e que desgraçadamente refletirá sobre o futuro econômico do Estado."

Muito bem. Com a autoridade que lhe dão o perfeito conhecimento das condições do S. Pedro, e sua proficiência agrícola, afirma categoricamente, sem hesitações, o Snr. Caldas e Oliveira o mesmo que Agrícola, a medo e em frases incorretas, já por mais de uma vez, aventurou-se a dizer. Quem continuar a duvidar assumirá, perante o futuro, tremenda responsabilidade.

Sua alma, sua palma.

Segunda conclusão.

Continua com a palavra o Snr. Caldas e Oliveira.

"A indústria assucareira maranhense que se una, formando um sindicato agrícola, que observe bem entendida economia, que desenvolva um pouco mais de esforço e perseverança e então veremos que ha de vencer."

Apologista extremo dos sindicatos agrícolas e dos industriais, aplaudo imenso os judiciosos conceitos do meu digno amigo. Permita-me, porém, ligeira observação, que em nada alterará o valor das suas palavras.

Pretende êle que os sindicatos agrícolas, só por si, terão o poder de armar a indústria assucareira maranhense de modo a permitir-lhe a concorrência, ou a luta com a sua temível rival - a beterraba.

Parece-me que é exigir demasiado dos sindicatos. O fim dessa admirável e potente instituição é principalmente a

defesa da classe agrícola, e dos produtos da lavoura que tem vivido até hoje à mercê dos intermediários que absorvem todos os proventos do trabalho no seu exclusivo interesse, sem coisa alguma deixarem ao produtor e nada lucrando o consumidor.

Trabalhamos todos, lavradores e industriais, para o intermediário, que vive na abastança, sinão na opulência e enriquece, ao passo que o produtor moureja noite e dia, vive sempre na indigência e morre pobre.

É esta uma verdade hoje incontestável, e que não escapa aos olhares menos perspicases. O papel, pois, dos sindicatos, a sua principal função, como disse, consiste em defender a classe e desoprimí-la das unhas aduncas do intermediário. Mas para "facilitar e baratear o trabalho", aumentar e melhorar a produção, só a agricultura por meio de instrumentos racionais e dos processos acon-selhados pela agronomia moderna.

Feita esta observação, jubiloso subscrevo o conselho do Snr. Caldas e Oliveira.

Terceira conclusão.

"A cana que acama e enraiza degenera e perde bôa parte de seu valor sacarífero, embora enraize ela em pé, como jocosamente disse o meu bom amigo."

Quem o atesta é Mr. Bouché baseado no que viu em Demerara, em Java, nas ilhas de Sandwich etc. e a razão aceita esta verdade.

A ciência moderna ensina que há leis gerais a que estão submetidos todos os seres da natureza e os ligam entre si, demonstrando a sua origem comum, a despeito do que afirmam os sábios da escritura.

As três conclusões a que chegamos, e que ficaram fora de dúvidas, são importantes e amplamente compensam o tempo que lhes dedicamos. Foi, talvez, a primeira conquista de Agrícola, que a oferece, como primícias ao seu digno colaborador.

Compenetrado das verdades que já ficaram demonstradas, deixou-se, entretanto, entusiasmar o Snr. Caldas e Oliveira pelas palavras do Dr. Afonso de Mendonça, que provou, com dados estatísticos, que o solo nacional, embora não arroteado, produz muito mais do que o solo perfeitamente cultivado de Países que caminham na van-guarda do progresso agrícola.

Não é a primeira vez que leio semelhante len-lenga, que a mim mais entristece e envergonha, porque patenteia a nossa inferioridade como raça. Não fôra eu brasileiro e diria ao Dr. Mendonça que êle apenas provou que a natureza desperdiçou pérolas com por-cos, porque é êle o próprio que confessa que "desgraçadamente a extraordinária produtividade dos nossos terrenos não é econômicamente

aproveitada e tendo a nosso favor tão poderosos elementos naturais, a nossa produção assucareira não pode concorrer favoravelmente aos mercados dos consumidores e está às portas de completa ruína!"

À primeira vista parecerá absurdo que aquele que colhe maior quantidade de assucar de uma certa área, não possa concorrer com quem colhe muito menos em área de igual extensão. Entretanto, essa é a triste verdade! A causa se encontra nos métodos de cultura empregados em um e outro caso.

Agrícola já teve ocasião de demonstrar, com dados fornecidos pelo Dr. Gomes Carmo, colhidos de experiências feitas no Estado de Minas, v.g. o milho, cultivado pelos processos modernos, fica ao produtor por 496 réis o alqueire de 50 litros, ao passo que o plantado segundo a rotina, "que adoramos", representa 2\$155 reis!...

Tôdas estas coisas são repetidas muitas vezes, demonstradas praticamente, tornadas palpáveis, mas no Maranhão ninguém crê, nem lhes liga importância, a principiar pelos espíritos cultos, o que é ainda mais triste e vergonhoso.

Já não é mais cegueira, é pior do que o pirronismo - é a fatalidade, que pesa sôbre a lavoura do Estado, e que a arrastará necessariamente a irreparável ruína.

Do excesso de miséria talvez que surja a reação, pois é o que acontece aos fracos e pusilânimes, que só se movem aguilhoados pela fome.

Infelizmente, pertencemos ao número dêsses covardes, que têm horror pela luta, e que preferem sofrer resignadamente a reagir e combater.

É com razão que o nosso distinto coestadoano, o Dr. Graça Aranha, autor do festejado romance -Chanaan- apela para a transfusão em nossas veias do sangue da raça anglo-saxônica, mais forte, enérgica e progressista, como meio de apressar, sinão de produzir a evolução que poderá salvar a nossa nacionalidade que tende para o laisser-allér.

Tenho concluído.

É com a mais viva satisfação que congratulo-me com o meu jovem amigo pela esplêndida e deliciosa jornada que fizemos, sempre de bom humor, de braço dado, como dois desocupados a flunar pelo mundo carunchoso da rotina agrícola, lobrigando, de longe, com olhos ávidos e cubiçosos, os esplendores da cultura moderna.

Não me seja também levado a mal, pela crítica severa e rabujenta o haver espargido algumas flores, embora murchas e inodoras, pela estrada que trilhei: era único meio de tornar a jornada menos fastidiosa e um pouco mais divertida. Dizia alguém que tocava para

se entregar aos braços de Morfeu: "Para tudo neste mundo é preciso um pouco de fantasia".

E êsse alguém tinha razão.

O meu jovem amigo não me queira mal por haver destendido as venerandas rugas do meu rosto e volvido, por algumas horas, aos bons tempos da minha juventude, para lhe dar o shake-hands da despedida. - Farewell.

S. Luiz 2-8-1903

Agrícola

CONCLUSÃO

"Nossos mortos queridos não estão mais dominados pelas leis rigorosas da ordem material, nem da ordem vital. Muito ao contrário, são as leis peculiares à ordem humana, sobretudo moral e social que regem bem melhor do que durante a vida a existência que cada um deles conserva em nosso cérebro."

Augusto Comte

Eis-nos chegados ao termo de nossa piedosa peregrinação através da vida e da obra de nosso Pai.

Foram dias de intensa vida interior aquêles em que convivemos tão estreitamente com Ele e podemos dizer que, terminado nosso trabalho, já nos deixa saudades.

Muito agradecemos a nosso Primo, o Professor Jerônimo José de Viveiros, a bondade com que acedeu ao nosso pedido de pesquisar minuciosamente os arquivos onde era possível encontrar dados sobre nosso Pai.

Muito agradecemos também o precioso concurso dos Desembargadores Modesto Perestrello de Carvalhosa e Arthur Q. Collares Moreira.

Os artigos que transcrevemos revelam uma mentalidade larga, aberta às grandes idéas. Como tudo o que é grande não tem época, são atuais como quando foram escritos.

São principalmente notáveis seus artigos sobre educação dos operários, sobre sindicatos agrícolas, sobretudo quando refletimos em que nasceu e se criou num meio escravocrata, tendo sido ele mesmo, apesar de sua instintiva repugnância, senhor de escravos - mas um senhor em cujo engenho, depois da abolição, continuaram todos os escravos a trabalhar como homens livres.

Impressionantes também, pelo contraste com a retrogradação atual, suas largas idéas sobre cooperação fraterna, sobre a subordinação do indivíduo à família, desta à pátria e desta à ... coletividade.

Era o que dizemos hoje - um espiritualista.

Tinha a sensação de vida subjetiva "nos ânimos por ele melhorados" quando disse esperar como única recompensa a delícia de ter concorrido para o bem dos pósteros.

E como sentiu também a questão social, entre nós apenas em esbôço naquele tempo - envôlta no véu de preconceitos que cegava a maioria!

Na filial homenagem que lhe viemos prestando, encontramos uma grande felicidade - certo como é que o gôzo supremo é amar!

Essa felicidade é tê-lo junto a nós, vivo em nossos corações, mais do que nunca!

